

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 06/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 4.ª Sessão Ordinária
25 de setembro de 2020** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:**
- *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente **Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues** e pelos Senhores Vereadores:*
 - ***Orlando Ferreira Pires***
 - ***Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo***
 - ***Vera Cristina Quintela Pires Preto***
 - ***Manuel Carlos Pereira Rodrigues***
 - ***José Miguel Romão Cunha***
 - ***Sílvio António dos Santos***

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado já haver quórum está aberta a 5.ª Sessão da Assembleia Municipal, começo por cumprimentar todos os Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, bem como aos Senhores membros do público, com um cumprimento muito especial aos alunos do IPB, que hoje nos quiseram acompanhar nesta Sessão e também a três Estagiários da Câmara Municipal que o pretendem fazer. Muito bom dia a todos.

A Sessão de hoje é num espaço diferente do que é normal e que deu muito trabalho para se conseguir concretizar, como sabemos, dada a pandemia presente, dada a necessidade de ter as maiores cautelas, só em última instância é que nós conseguimos que nos fosse validado este espaço. Aliás, quem trata do espaço das Sessões da Assembleia Municipal, quem tem essa responsabilidade é a Câmara Municipal, no entanto, pelos esforços que fez e na pessoa da Senhora Presidente, eu quero agradecer o ter conseguido em tão pouco tempo, que a realização desta Sessão fosse uma realidade. Nós não fazemos bem ideia do tão complexo é, conseguir condições num espaço que normalmente não é usado para o efeito e por isso quero também agradecer à equipa que se envolveu neste trabalho, desta feita, à Senhora Coordenadora da Proteção Civil Municipal *Maria Manuel Gouveia*, à Unidade de Saúde Pública Senhor Delegado de Saúde *Rui Ferreira*, pela Assembleia Municipal à *Luísa Belchior*, ao Setor de Apoio aos Órgãos Municipais *Carla Assis* e *Patrícia Gueirês*, ao Serviço de Desporto e Juventude *Ricardo Gomes*, ao Serviço de Gestão de Recursos Culturais *Ricardo Pires*, ao Serviço de Eventos *João Vinhais*, para além das equipas de trabalho da Câmara Municipal que também se envolveram, o meu obrigado a todos.

Vou também tecer aqui algumas considerações e informações. Uma das informações é que, contrariamente àquilo que pensávamos, a transmissão *online* não se vai verificar e eu necessariamente tenho de vos contar um pouco da história. A Comissão Permanente já sabe dos subterfúgios que aconteceram numa primeira fase e nós todos sabemos que há cerca de um ano houve um Protocolo verbal entre a Câmara Municipal e a empresa que presta esse serviço para se fazer a transmissão *online*, bem como sabemos que a Assembleia Municipal aprovou essa transmissão, aprovou o Regulamento das transmissões, mas ainda nunca houve transmissão *online*. Da última vez tivemos de fazer uma reunião com a empresa e ficou determinado que hoje haveria de ocorrer essa transmissão *online*. Nem vale a pena eu ler-vos o comunicado que recebi, mas numa primeira fase há cerca de um mês essa empresa solicitou-me o local da Sessão e eu respondi imediatamente que não sabia, mas logo que soubesse lhe comunicaria.

Depois, quando há oito dias nós soubemos onde é que iria ser a Sessão, comunicamos com a empresa para vir aqui ver as condições, a empresa não apareceu, comunicando-me mais tarde que veio aqui numa quarta-feira e que não havia condições. Eu voltei a insistir por *e-mail* dizendo-lhe que no dia de ontem havia novamente uma reunião aqui no pavilhão e que gostaria que estivesse presente e a resposta que recebi por *e-mail* é mais ou menos isto: “Bom dia Senhor Presidente, agradeço desde já a celeridade do vosso *e-mail*, no entanto, vimos por este maio dar conhecimento de que as regras apertadas, mediante a situação de emergência que o país e o concelho atravessam, já estavam há muito identificadas, motivo pelo qual esta empresa solicitou

urgência na primeira reunião...”, já se sabia que havia uma pandemia, eu tinha a obrigação de ter “adivinhado” onde é que o Senhor Delegado de Saúde nos ia permitir fazer esta Sessão!

Vou dizer a esta Assembleia Municipal uma coisa, na próxima reunião da Comissão Permanente, porque eu não vou tomar a decisão sozinho, mas espero que me seja dado aval, nós vamos dispensar esta empresa de fazer a transmissão *online* destas Assembleias, jamais, se a Comissão Permanente me acompanhar, jamais esta empresa irá fazer um serviço a esta Assembleia.

Vou propor sim, arranjar-mos outra alternativa e se não conseguirmos, ficamos sem transmissão *online*, alguém há-de ficar com o ónus dessa questão. É impossível este trato com alguém que tem a obrigação de prestar um serviço ao Município e pelos vistos presta muito mal e que não é propriamente barato aos cofres do Município, estamos a falar de uma cedência de instalações e de cerca de 15 a 20 mil euros.

E porque estou a falar da comunicação social, a Mesa decidiu salientar aqui, aquilo que é positivo na comunicação social e deixar uma referência `Rádio Terra Quente e ao seu jornalista *Fernando Pires*, pela qualidade de informação que nos tem prestado e pela quantidade de informação que nos faz chegar a casa sobre a Covid-19.

Têm feito um trabalho extraordinário, nós sabemos como as coisas correm no nosso concelho praticamente por via da Rádio Quente, mais, o *Fernando Pires* ainda tem o cuidado de partilhar na sua página do *Facebook* e enviar por *Messenger* aos seus amigos aquilo que se vai passando. Obrigado Rádio Terra Quente, obrigado jornalista *Fernando Pires*.

Também e porque estamos no fim do ano e nós na Mesa sentimos sobremaneira, salientar o trabalho imenso e de qualidade prestado à Assembleia Municipal e à Comissão Permanente, pela veterana *Carla Assis* e o apoio da *Patrícia Gueirêz*. Isto vale o que vale, mas gostaria que, se eventualmente fosse possível, aqueles que avaliam os seus trabalhos, pois não somos nós que fazemos essa avaliação, que o tenham em consideração, porque elas merecem de facto a melhor das avaliações pela nossa parte.

Para terminar, fazer uma referência à Comissão Municipal de acompanhamento da Covid-1, que aqui foi criada.

Tem sido uma Comissão atenta, uma Comissão que para além do tratado nas Reuniões, vai comunicando entre si a evolução epidemiológica e seu combate e é uma Comissão que luta para que haja um contributo forte da Assembleia Municipal em todo esse processo. O Senhor *José António Ferreira* fez um resumo das últimas questões apresentadas à Câmara e que eu solicito à Senhora Secretária para vos ler, antes de iniciarmos esta Sessão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia.

Muito obrigada Senhor Presidente, passo então a ler o referido Relatório

“O Relatório refere-se à segunda Reunião desta Comissão, que se realizou no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mirandela, aos 09 de outubro de 2020 e teve como presenças dos intervenientes o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal *Luís Guimarães*, o Senhor Segundo Secretário *José António Ferreira*, do PS o Senhor *Rui Pacheco* e a Senhora *Patrícia Bernardo*, do PSD o Senhor *Paulo Pinto* e o Senhor *António Martins*, do CDS/PP o Senhor *Virgílio Tavares*, dos Independentes o Senhor *Rui Melo* e a Senhora Coordenadora da Proteção Civil *Maria Gouveia*.

A Comissão de Acompanhamento da Covid-19 no âmbito da Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 09/10/2020, contou com uma primeira parte em que foi baseada em troca de informação entre os participantes e com informações sobre a atuação dos serviços de Proteção Civil por parte da Coordenadora Maria Gouveia, e uma segunda parte em que foram colocados alguns contributos e recomendações no combate à pandemia Covid-19.

Desses contributos e recomendações, bem como das informações pedidas e colocadas, a Comissão apresenta e endereça-as ao Executivo Municipal da Câmara Municipal de Mirandela:

- Aplicação das verbas Covid-19 previstas e orçamentadas no valor de 2,5 milhões de euros – Estão a ser gastas ou não? Se estão, como e onde?
- Qual a razão para o Conselho Municipal de Segurança não reunir?
- Apoio existente às IPSS`s – há articulação entre as entidades institucionais?
- Qual a situação vivida nos Lares de Idosos do Concelho?
- Qual a capacidade de testagem e de resposta no Concelho, face ao maior número de possibilidades de contágio?
- Foi colocada ênfase na importância no papel ativo por parte da Proteção Civil;
- CLDS – poderia no âmbito das suas funções fazer uma intervenção porta-a-porta. Utilização da viatura “Balcão Móvel”;
- Maior fiscalização de segurança na Restauração/espços públicos, reforçando medidas sanitárias. Preocupação também manifestada com a segurança dos ginásios;
- Reforçar normas de distanciamento e higiene, bem como nos espaços públicos e Feiras, de forma a garantir as medidas de proteção obrigatórias;
- Preocupação acrescida com comunidades mais isoladas e desprotegidas onde deverá haver um reforço do apoio a estas populações, nomeadamente comunidades rurais – mais vulneráveis pelas ligações familiares avós-netos – com abertura das escolas;
- Reforço de alertas por mensagem áudio/sonora – viatura de alerta sonoro, de forma a induzir uma maior responsabilidade individual reforçando comportamentos de segurança individual e coletivos;
- Preocupação com a segurança no Mercado Municipal;

- ULS - Hospital / Centros de Saúde – condições de acesso e entradas nos serviços de saúde: consultas externas, exames e cirurgia ambulatorio. Os utentes esperam nos espaços exteriores, sendo uma solução possível a criação de uma pré-sala – tenda ou abrigo, nomeadamente num momento em que vamos entrar no Inverno;
- Presença da PSP na aplicação das normas de segurança;
- Todas as autoridades sociais têm o dever de cooperar e alertar;

Nota: As informações aqui apresentadas, bem como as recomendações colocadas não obedeceram a nenhuma ordem hierárquica de importância ou precedência. São o resultado global do trabalho saído desta 2.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da Covid-19.”

Também informo a Assembleia Municipal, que relativamente a este Relatório ainda não se obteve resposta, aguardamos essa resposta por parte do Executivo.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*.

O Senhor Deputado *José António Costa Ferreira* é substituído pela Senhora Deputada *Daniela Alexandra Alves Rodrigues*.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas, *Mário Domingos Morais* é substituído por *Manuel Alcino Gomes*.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *António André Batista Geraldo* é substituído por *Delfim Fernando Barroso Esteves Geraldo*.

O Senhor Deputado *Luís José Herdeiro Mosqueiro* é substituído pelo Senhor Deputado *José Leopoldo de Almeida Pinto*.

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

O Senhor Deputado *Rui Filipe Pacheco Carrazedo* é substituído pelo Senhor Deputado *Pedro Miguel Morais Esteves*;

O Senhor Deputado *José Manuel de Lemos Pavão* é substituído pela Senhora Deputada *Raquel de Oliveira Alves*.

Registo de Faltas.

Rita Bárbara Pires Messias, José António Costa Ferreira, Mário Domingos Morais, António André Batista Geraldo, Luís José Herdeiro Mosqueiro, Sandra Cristina Bento Gomes, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, José Manuel Lemos Pavão e Marlene Margarida Grifo Baptista.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *José António Costa Ferreira*: Sessão de 18 de dezembro de 2020;
- *Mário Domingos Morais*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *António André Batista Geraldo*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *Luís José Herdeiro Mosqueiro*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *José Manuel de Lemos Pavão*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 18 de dezembro de 2020.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2020.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A Ata tem erros de *e-mails*, não são os *e-mails* que estão na Ata que estão corretos. Eu estive a ler a Ata e naquilo que me importa a mim tem erros, os *e-mails* que constam da Ata não estão corretos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, é natural que uma Ata com tantas páginas...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou a falar com ela...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:



Mas eu é que lhe vou responder...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas eu estou a falar com a Senhora Secretária, eu estou-lhe a dizer que não são os *e-mails* que lá estão, é autoridadeauditoria@igf.pt e o outro é apoiodgal@dgal.gov.pt estão estes dois errados.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado Senhor Deputado.

Sobre os erros da Ata, é natural, embora ela seja revista por quatro pessoas, que surjam alguns erros, mas nós estamos aqui para corrigir os erros. Muito me surpreende esta observação do Senhor Deputado, dado que o Senhor parece nem mostra grande apetência para a escrita, pelo menos na correspondência quer comigo troca, a mesma surge normalmente com diversos erros, vir aqui hoje e como já é costume, fazer uma observação de erros a uma Ata da Assembleia Municipal.

De qualquer forma, o meu muito obrigado Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente está-se a portar com uma infidelidade tremenda, erros dá-os o Senhor quando me envia *e-mails* e quando faz as Atas, eu tenho a 4.ª Classe, o Senhor tem o 7.º Ano.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhor Deputado pelo alerta dos erros nos dois *e-mails* que o Senhor indicou e iremos proceder à sua correção.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 47 votos a favor, aprovar a Ata 4.ª Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2020.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes da minha intervenção, quero deixar aqui uma nota, tive conhecimento através da Comunicação Social que o Presidente da Junta de Freguesia do Cobro teve perca de mandato, gostava que me pudessem informar nesta Assembleia Municipal do que se passa, se alguém souber.

Na última Assembleia Municipal reclamei que os contentores do lixo estavam com um cheiro insuportável, falei à Senhora Presidente e nada foi feito.

Senhor Presidente, o choupal perto da Cocheira mais parece um rebanho de crocodilos, ninguém por ali pode passar a passear, porque se tropeça muito facilmente nas raízes.

Reclamei numa outra Assembleia Municipal por causa do parque infantil e nada foi feito até ao momento no bairro Tua Sol. Há dinheiro para umas coisas, não há dinheiro para outras.

Senhor Presidente, falando do bairro Tua Sol, quando fazem a limpeza, as pessoas que ali fazem a limpeza deviam ter cuidado para não sujarem os espaços destinados a cada um, as roçadoras projetam pedras que batem contra os portões e danificam os portões, não somos obrigados a suportar estes prejuízos.

Senhor Presidente, a estrada do Aeródromo até à ponte de Vilarinho e do Melo até ao cruzamento que dá para a minha aldeia e São Pedro de Vale do Conde, o piso é extremamente perigoso, é muito escorregadio, devia levar um tapete antiderrapante.

Senhor Presidente, é uma vergonha a lixeira que se encontra do lado direito da estrada para a Bronceda, criticavam o anterior Presidente da Câmara e até ao momento, a Senhora Presidente que tanto criticava, nada fez.

Senhor Presidente, se falo porque falo, se não falo porque não falo, dizem-se as coisas e nada é feito. Reclamei por causa das fontes da Freguesia do Cobro que estavam a ficar danificadas, falei com o Senhor Arqueólogo, falei com a Senhora Vereadora *Vera Preto*, disseram que iriam lá ver e que iriam tomar uma medida para que algo fosse feito, até ao momento nada foi feito.

Eu sei, Senhora Presidente, que quando eu “calcava” em cima do PSD, toda a gente batia palmas, toda a gente me elogiava, hoje toda a gente me critica, mas isso não me tira o sono. Por acaso não dependo da Câmara Municipal de Mirandela para sobreviver, muito menos da Junta de Freguesia do Cobro, graças a Deus não preciso.

Em relação às fontes, por casualidade encontrei há dias o Senhor Vereador *José Cunha* e abordei-o por causa das fontes, perguntei-lhe se tinha ponderado alguma coisa em relação às fontes, resposta: “Nem ponderei, nem quero saber” e eu disse-lhe para não ser tão arrogante e tão prepotente, resposta: “se está muito preocupado com as mesmas, para o ano vai haver eleições, candidate-se e poderá fazer o que quiser”, eu perguntei-lhe se já não se lembra do “prato onde comeu”?

Senhor Presidente, foi prometido na última Assembleia Municipal que a Ponte Açude iria ser reparada, o piso está muito danificado, a Ponte Machado Vaz é uma vergonha, as grades, o piso, os passeios estão muito perigosos.

Quando é que iniciam a rotunda junto ao Hospital? Prometeu que iria ser feita e até ao momento nada foi feito.

Estacionamento na av. 25 de abril, continua a ser pago, reclamavam do anterior Executivo, este faz igual. Porque é que não suprime o pagamento dos parquímetros, como outras cidades o fazem na crise em que estamos?

Na Freguesia do Cobro, mais propriamente em Rego de Vide, na rua D. Manuel I, prometeram colocar ali um poste de luz, porque é um beco muito escuro e fazia falta colocar ali um ponto de luz, promessas falhadas por parte do anterior Presidente *José Silvano*, *António Branco* e da Senhora Presidente atual.

Senhor Presidente, quanto a mim, este Executivo é como um carro sem condutor.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradeço a intervenção do público, o nosso município *Manuel Brízido*, quanto à Junta de Freguesia do Cobro, existiu um processo judicial e de facto a Câmara Municipal não foi notificada oficialmente de qualquer decisão. Em relação aos contentores do lixo, a informação foi vinculada à empresa Resíduos do Nordeste, como sabe esta é uma empresa intermunicipal e são eles que fazem o processo de recolha de lixo e lavagem dos contentores. Vamos voltar a alertar a empresa.

Relativamente ao parque da Cocheira, é um parque na cidade, é um parque que tem árvores de grande porte, é um espaço aprazível, vamos tentar solucionar a questão das raízes, mas o corte de árvores não é o nosso propósito, mas iremos tentar resolver esta situação.

Relativamente ao bairro Tua Sol, há um projeto de um parque infantil, está em fase de adjudicação, neste momento demos prioridade aos parques nas escolas, apesar de com esta situação de pandemia os mesmos não estão a ser utilizados, mas o projeto já está executado. Pensamos que no próximo ano será executado.

Relativamente à estrada do Rego de Vide, não se trata de um tapete antiderrapante, de facto é uma estrada que carece de melhoria urgente, todas as soluções que são encontradas para o tapete junto ao Aeródromo, são os engenheiros que decidem aquilo que é colocado, mas um tapete antiderrapante não me parece que seja a solução mais indicada.

Quanto às fontes do Cobro, vou tentar obter esta informação junto da Divisão da Cultura. Relativamente às conversas pessoais que tem com os Membros do Executivo, não vou fazer qualquer comentário.

Quanto à rotunda junto ao Hospital, o projeto está feito, está aprovado, foi a concurso público a execução da rotunda, a empresa que ganhou a empreitada está com algumas dificuldades nas ligações de água, uma vez que tem redes de água novas, num material que está praticamente esgotado e nesse sentido vamos ver quando é que vamos conseguir iniciar, sendo que não vamos iniciar enquanto não tivermos garantidas todas as condições para acabar e terminar uma obra, uma vez que é um local muito sensível, numa das entradas da cidade, com muito trânsito e junto a um Hospital e por isso não vamos iniciar a obra enquanto não estiver garantido o abastecimento de todo o material por parte do empreiteiro.

Relativamente à estação ferroviária, vamos iniciar um novo procedimento, o primeiro ficou deserto, relativamente aos parquímetros, dizer-lhe que os parquímetros foram suspensos na altura de confinamento. Os parquímetros são úteis para o comércio, principalmente em zonas comerciais, foi ponderada a situação de suspensão, mas de facto nesta altura do ano, especialmente em ruas comerciais, os parquímetros são fundamentais para o acesso às lojas.

Relativamente ao ponto de luz, necessitava de mais informações sobre a localização para poder enviar o assunto aos Serviços de Energia que farão o contacto com a EDP.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu lamento, porque sei o trabalho que eu organizar esta Assembleia, muita gente se envolveu nisto, mas a realidade é que eu sinto-me nesta Assembleia um número e não um participante. Não consigo perceber absolutamente nada, talvez defeito meu pela idade e começar a ter problemas de audição, mas na realidade não consigo. De modo que eu ia fazer uma proposta, para não ser só negativo.

Que interrompêssemos a Assembleia Municipal por 15 minutos e tentássemos desligar duas colunas, ficassem aqui as da frente e virá-las para o outro lado por causa do eco, se conseguirmos resolver o problema muito bem, se não eu faço a proposta de suspender a Assembleia Municipal, porque estarmos aqui só para fazer número não vale a pena.

Peço muita desculpa Senhor Presidente, mas acho que não há condições para podermos continuar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Se estivermos em silêncio ainda conseguimos ouvir alguma coisa, naturalmente que estamos com umas condições péssimas se som, tentamos privilegiar aquilo que é neste momento o maior perigo, e se calhar descuramos um pouco a questão do som. Também a

realidade com todos aqui é uma e num teste é outra. Já alguém sugeriu suspendermos durante 10 minutos, penso que não vale a pena porque os técnicos dizem que não conseguem melhorar.

Aquilo que eu vos peço, nesta parte da manhã, é tentarmos adaptar-nos da melhor forma e vamos ainda tentar que durante a tarde haja uma troca de colunas, alguém que nos preste esse serviço extra Câmara, porque este é o equipamento que a Câmara dispõe, para tentar melhorar, porque temos que “cair” na realidade, esta Sessão de dezembro é obrigatória, há um Orçamento que tem de ser aprovado em dezembro e nós temos que nos adaptar nestas circunstâncias, não há outra hipótese. É isso que eu vos peço, muita paciência, aqui, como se costuma dizer, “a culpa não morre solteira”, eu assumirei naturalmente esta culpa, mas foi o melhor que conseguimos.

Naturalmente que na próxima Sessão, se o Auditório ainda não estiver disponível, iremos escolher outro tipo de soluções, tenham paciência.

Vamos suspender esta Sessão por meia hora, para ver se conseguimos que alguém nos coloque aqui um som mais fiável.

Vamos dar continuidade a esta Sessão, minorou-se um pouco o problema, não está bem, mas penso que está audível para a maioria dos Senhores Deputados.

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“No ponto 4.9 da ordem de trabalhos da última Assembleia Municipal, relembro o assunto - SACOR - ou seja:

“Desafetação do domínio público do Município de duas parcelas de terreno com a área total de 136, 5 m² tendo em vista a integração no domínio privado para posterior permuta com duas parcelas privadas com área igual a afetar ao domínio público do Município.”

No acalorado das intervenções, por vezes, dizem-se e proferem-se algumas expressões quer no conteúdo, quer na forma, que depois quando lemos as atas não nos revemos na totalidade do que ali foi dito.

Portanto, dirijo-me ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa a todos quantos estiveram presente na pretérita Assembleia Municipal, com uma penitência sobre eventuais excessos da minha parte. Porque eu também relevei outros que preferiram alguns adjetivos menos próprios sobre a minha pessoa e outros ainda que tentaram contextualizar o assunto como sendo de interesses pessoais, que não o sendo também nada tinham a ver com a essência do que ali estava a ser discutido.

Contudo, e porque o assunto se reveste de elevado interesse para Mirandela, para os Mirandelenses e particulares envolvidos, pretendo clarificar:

1. Em 2001, quando era um dos administradores do condomínio dos prédios de habitação da Urb. D. Dinis, fiz em nome do condomínio uma carta à CMM a questionar da oportunidade de ali (SACOR) licenciar um estabelecimento de venda de bebidas, entenda-se BAR.

A carta dirigida ao Município em nome do condomínio, obviamente que teria que ser subscrita por mim à condição de administrador. E se nunca a exibi é porque não a tenho, perdía.

2. Em três momentos distintos, entenda-se três Assembleias Municipais consecutivas, pedi como Membro da Assembleia ao Executivo Municipal que esclarecesse esta Assembleia sobre a permuta de terrenos que envolviam a área da SACOR.

Obtive em todas as Sessões promessas vãs de que o processo seria facultado. Não o tendo sido vi-me impedido de, em sede de “Consulta Pública” poder, fundamentadamente, pronunciar-me sobre a dita permuta.

3. Uma semana antes da Assembleia Municipal de setembro publiquei no facebook as peças desenhadas, fotografias aéreas e alguns documentos que achei pertinentes, com o objetivo de levar a conhecimento dos Mirandelenses o que estava em causa e que iria ser votado na Assembleia Municipal de 25-09-2020.

Fi-lo na perfeita convicção, já que doutra forma, pese embora o esforço e quase 20 anos pelo meio, não tivessem sido suficientes para que o processo nunca tivesse chegado aquilo que chegou. E também porque sei que o poder, passo a expressão, é “guloso”, tornando-se relativamente fácil, por vezes, arregimentar o sentido de voto em direção contrária ao interesse público.

Dos quase 16 anos que levo desta Assembleia Municipal, neste como noutros processos e causas pelos quais me tenho debatido, admito que nem sempre o tenha feito na direção certa, mas fi-lo e faço-o com a plena convicção de defesa da causa pública, aliás, não é nada que não seja a nossa obrigação em representação dos que nos elegeram.

Finalizo, Senhor Presidente, e porque até prova em contrário todos somos pessoas de bem, que não duvido da idoneidade doutros, por isso não me revejo na acusação de que insinuei que o que ali poderia estar em causa era um “arranjinho”. Como também não me revejo nas palavras proferidas pelo Senhor Vereador *José Cunha* numa Reunião de Câmara Municipal, que passo a citar: *“Já vi que a pessoa em questão mandou recado por si e recado pelo Senhor Deputado Rui Sá”*. Já tenho idade suficiente para só fazer os recados que quero, não os que me mandam, quando ajo faço-o em meu nome e assumo os meus atos.

Termino, com votos de Boas Festa para todos e que 2021 seja próspero com novo rumo.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:



Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“O assunto do momento - Terceira vaga Covid-19 e os tempos que se lhe seguem.

Chegados que somos ao mês de dezembro de 2020, neste ano tão atípico e difícil nas nossas vidas, importa perspetivar o que nos espera, olhando para a forma como soubemos agir e reagir aos tempos de pandemia, no nosso concelho.

Ao longo destes quase 9 meses, foi possível perceber que, quer da parte da autarquia, quer da sociedade civil, foram tomadas diligências que minorizaram impactos pessoais, escolares, profissionais, empresariais e sociais.

Aos alunos, foi dado apoio para ensino à distância, com um reforço significativo neste mês de dezembro.

Os empresários e produtores locais contaram com apoio para fazer face à escassez da procura pelos meios tradicionais, destacando-se a plataforma Mirandela&agricultura e a introdução do Cartão Mirandela, já com dois períodos de vigência. Deu-se assistência também à realização das variadas feiras do concelho.

As IPSS's de Mirandela, e particularmente as mais afetadas pela Covid-19, sentiram da parte dos Órgãos Autárquicos e Proteção Civil, o esteio desejado face às suas necessidades e de tantos dos seus idosos.

Foram criadas linhas de apoio psicológico, reinventaram-se formas de pagamento de pensões, e desenvolveram-se programas de animação à distância.

Os cidadãos que passando dificuldades, puderam contar com o apoio e com entrega de cabazes solidários, com a moratória de vencimento das faturas e ajuda para medicação, face à pandemia.

Reinventaram-se espaços e meios de testagem para que fosse mais célere e mais próximo o diagnóstico dos casos positivos, e agir em conformidade dos mesmos.

Decorreram ainda trabalhos para a minimização da propagação da Covid-19, com especial enfoque na abertura das escolas, na organização dos transportes escolares, na retoma de atividade das coletividades, dinamizaram-se sessões de formação/sensibilização sobre higiene e limpeza, e fizeram-se e refizeram-se Planos de Contingência.

Manteve-se e bem, a difusão de mensagens sonoras pela carrinha da Proteção Civil, desinfetaram-se ruas, deu-se apoio especial e urgente às entidades e Freguesias onde a pandemia mais grassou, continuaram-se os contactos com as autoridades de saúde, forças de segurança, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários...

Continuou ainda a distribuição de equipamentos de proteção individual e reforçou-se o apoio ao grupo de voluntários, desta causa.

Nos últimos meses, e face ao aumento de casos, foi necessário o apoio a pessoas em isolamento, e sobretudo apoio logístico a alunos da ESACT, e o Município esteve lá e bem, bem como no apoio às unidades de saúde locais, agindo em total sintonia, face às necessidades sinalizadas.

Resumidamente, agiu-se em três grandes frentes – apoio à economia local; investimento na saúde, pela prevenção e contenção da pandemia; e por fim, e de sobremaneira, a ajuda às famílias.

Neste domínio, apraz-nos registar que fizeram muito, fizeram bem, e pelo bem de todos.

No âmbito dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento concelhio ao impacto da Covid-19, formada por elementos desta Assembleia Municipal, dar-vos ainda conta que este coletivo já teve oportunidade de reunir por duas vezes e sendo espaço de partilha e de questionamento, foi possível acompanhar a implementação das políticas concelhias, os investimentos, as prioridades, e a razão da premência destas políticas e ações.

Abordamos:

- A aplicação das verbas Covid-19,
- A necessidade de operacionalização do Conselho Municipal de Segurança,
- O apoio às IPSS's, face à situação vivida nas estruturas residenciais para idosos do Concelho,
- A capacidade de testagem e de resposta em Mirandela,
- As possibilidades reinventadas do “Balcão Móvel”,
- A necessidade de maior acompanhamento dos espaços públicos em razão de maior segurança para todos,
- A atenção especial com as comunidades mais isoladas e desprotegidas, impondo-se um reforço do apoio a estas populações,
- O reforço de alertas por mensagem áudio pelas viaturas de alerta sonoro, de forma a induzir uma maior responsabilidade reforçando comportamentos de segurança individual e coletivos,
- O reconhecimento face ao papel ativo desenvolvido pela equipa concelhia da Proteção Civil,
- E restou-nos o sentimento de que todas as autoridades sociais têm o dever de cooperar e alertar pois todos somos poucos para enfrentar este inimigo invisível, de seu nome Covid-19.

E se 2020 foi um ano particularmente difícil, mais ansiosos nos deixa 2021.

Assim, Senhora Presidente questionamos, será possível da sua parte a partilha de informação sobre as estratégias concelhias futuras para combater a Covid-19, em 2021, e face à 3.ª vaga que se anuncia?

De que forma pensa continuar a mitigar impactos económicos nas empresas locais?

Que medidas de reforço à saúde dos municípios estão na calha deste Executivo para o novo ano?”

Desejo a todos um Santo Natal e um próspero Ano Novo.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Na Reunião da Câmara Municipal do dia 05 de novembro, foi aprovado um Protocolo com uma Associação *Dignidade* de Coimbra, para a vacinação local, vacinação da gripe sazonal e vacinação Covid-19. Parece que o objetivo desta Associação é a vacinação nas farmácias comunitárias, disponibilização de vacinas e pagamento às farmácias, francamente não entendo porquê uma empresa de Coimbra? Qual a sua missão nesta vacinação? Nunca vi qualquer referência a esta empresa nos órgãos de comunicação social.

Por isso, peço à Exma. Vereação o favor de um esclarecimento. Espero que não seja uma loja qualquer de Coimbra.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Quatro notas muito breves:

Começo por felicitar o Executivo pela atribuição do primeiro subsídio extraordinário à Junta de Freguesia de Frechas após terem decorrido três anos de mandato, entendeu, a meu ver e bem, a pavimentação da rua Manga do Prado em Frechas, que a Junta de Freguesia deu início à sua pavimentação em setembro de 2020, que não devia ficar iniciada, mas sim concluída, à semelhança do que aconteceu com as restantes ruas da Freguesia. A Junta de Freguesia continua disponível, como sempre esteve, para colaborar com o Executivo da Câmara Municipal, sempre que seja para defender os interesses da Freguesia e consequentemente da sua população.

Fogueira de Natal, depois de ter mostrado o meu descontentamento em relação à cobrança da taxa de 10 euros, na Assembleia Municipal de dezembro de 2019, a Senhora Presidente afirmou na Assembleia Municipal de fevereiro de 2020, na página 44 da Ata que passo a citar: “Em Reunião de Câmara 07 de fevereiro de 2020, o valor vai ser restituído de forma global para todos os que pagaram o licenciamento das fogueiras”, fim da citação. Passados 10 meses ainda nada foi devolvido à Junta de Freguesia de Frechas. Não é pelo valor em causa, mas sim pela atitude. A Senhora Presidente fez passar a mensagem para os Senhores Deputados e público em geral e fica bem na fotografia e como diz um ou outro Vereador, o Presidente da Junta de Frechas é que é muito conflituoso, nada disso, é muito exigente e quer cumprir e fazer cumprir o programa eleitoral, porque o eleitorado não pode e muito menos deve ser enganado.

Relativamente à Covid-19, fico impressionado da forma como o Presidente da Junta tem conhecimento dos casos positivos na sua Freguesia, por mim falo, pois tenho conhecimento sempre pela comunicação social, presumo que com os meus colegas aconteça o mesmo. Não faz sentido andarem a convocar para reuniões os Presidentes de Junta e depois não haver o elo de ligação e articulação com eles. Mesmo que queiramos ajudar, não o podemos fazer porque não sabemos quem são os casos positivos na Freguesia, isto quanto a mim é grave e a Senhora Presidente enquanto autoridade máxima da Proteção Civil, deve tomar medidas para inverter esta situação.

Tive conhecimento que a Senhora Presidente esteve nesta terça-feira, no Jardim de Infância em Frechas a oferecer umas prendas às crianças, prática que é recorrente deste Executivo da Junta de Freguesia. Senhora Presidente, permita-me que a questione onde esteve no Natal de 2017? Com a Escola Primária ainda no ativo com 14 alunos e o Jardim de Infância com 7 alunos, onde esteve no Natal de 2018 e 2019? Porquê este ano? Será por ser ano atípico devido à Covid-19? Ou por ser o último Natal que antecede as eleições autárquicas?

Nesta quadra natalícia, que para mim certamente será a última como Membro da Assembleia Municipal, quero desejar a todos um Santo e Feliz Natal.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em primeiro lugar queria agradecer ao Senhor *Orlando Ferreira*, porque é sempre bom termos pessoas da casa que nos venham socorrer e que venham aqui prestar o auxílio como hoje foi necessário para que pudéssemos dar continuidade a esta Assembleia Municipal, com as condições mínimas e é sempre de salutar dar-lhe esse agradecimento, porque não é fácil de um momento para o outro estar disponível para o fazer e eu quero agradecer-lhe por ter vindo a esta Assembleia resolver o problema do som.

E em segundo lugar Senhor Presidente, fico contente porque já ando aqui há dois anos a dizer que alguém não tem capacidade, não tem idoneidade e não tem outras coisas, nem qualidades para fazer um determinado trabalho. E ainda bem que o Senhor Presidente hoje, se reviu naquilo que eu ando a dizer há dois anos, que há um determinado Órgão que anda por aí, que não tem condições para fazer aquilo que anda a fazer e anda a ser bem pago por isso. Quero-lhe agradecer, porque hoje ao fim de dois anos ouvi mais alguém nesta Assembleia Municipal dizer aquilo que eu tenho dito. Agradeço-lhe por isso e acredite que tem aqui uma pessoa que em fevereiro vota essa sua posição favoravelmente.

Queria colocar duas questões, gostaria de saber se o assunto do cadeado que me trouxe aqui na última Assembleia Municipal, se já tem andamento em termos do Tribunal? Eu recebi um Parecer que me foi remetido pela Câmara Municipal, em que o assunto iria ser encaminhado para as instâncias que tem de ser encaminhado e gostaria de saber por parte da Câmara Municipal se há ou não algum desenvolvimento, para eu poder também dar essa informação aos meus fregueses.

Uma outra nota, dirigi à Câmara Municipal em setembro uma situação, que eu gostava de ver clarificada, porque tenho conhecimento por uma intervenção direta num processo e também de outros colegas meus, que no PDM – Plano Diretor Municipal que está em vigor e que foi aprovado em 2015, foram aprovadas umas plantas que fazem parte do PDM, tem a ver com o risco de incêndio. Essas plantas pelo que eu percebi foram alteradas em 2017 no âmbito do Plano da Floresta Municipal, penso que foram aprovadas em 2017 e a minha dúvida é esta: é perceber se essas plantas que foram aprovadas pelo ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e que são incorporadas no PDM, para depois serem usadas como um instrumento de regulação, têm ou não de ser aprovadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal? Se têm ou não o tratamento de uma alteração ou de uma revisão de um PDM? Tenho esta dúvida já desde setembro, tenho enviado alguns e-mails para a Senhora Presidente por causa disso, sei que também tem feito o esforço para enviar essa informação para os Serviços Técnicos, mas o que acontece é que até hoje não temos respostas. E eu precisava de saber isto, porque há um investimento que está parado com base numa avaliação, que

eu tenho dúvidas se ela é legal. Porque se é uma alteração do PDM eu não sei se ela resulta ou não pela aplicação de uma deliberação de um Órgão que é o ICNF ou se ela tem de ser votada aqui na Assembleia Municipal. Tenho esta dúvida e gostava de a ver esclarecida.

Desejo as Boas Festas a todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui falar hoje como representante do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. Em exemplo do que fiz em Sessões anteriores, cumpre-me informar a Assembleia Municipal sobre o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, uma vez, como todos sabem, fui designado pela Assembleia de 29 de dezembro de 2017 para representar as Freguesias neste Conselho Municipal.

Assim, o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Mirandela, apesar das dificuldades para encontros presenciais resultantes do surto pandémico, reuniu no dia 12 de outubro de 2020, abordando diferentes temas relacionados com questões da caça e da conservação da fauna e do território, com destaque para o seguinte:

- O Protocolo celebrado com a Associação de Caçadores gestora da Zona de Caça Associativa do Franco, no âmbito da estratégia de gestão cinegética e piscícola do Concelho de Mirandela;
- Apresentação de um Geo Portal criado pelo Gabinete Técnico Florestal do Município para uso e consulta das organizações de caçadores que aderiram ao Protocolo;
- Informação sobre a realização da primeira edição do Curso Exame Inicial de Caça Maior Selvagem abatidas em zonas de caça, decorreu nas instalações do Complexo Agroindustrial do Cachão, nos dias 02 e 03 de outubro de 2020, formação validada pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, que permitiu qualificar formandos para a deteção de algumas patologias e prevenção da sua eventual transmissão aos consumidores;

Gostaria de informar que eu fui uma das pessoas que participou nesta formação e que de facto foi muito útil para todos nós para no momento podermos aplicar estes conhecimentos e evitar essa propagação.

- Apreciação dos pedidos de renovação da transferência de gestão das Zonas de Caça Municipais das Aguieiras, de Frechas e de Suçães, tendo todos sido merecedores de Parecer favorável;
- Pedido de informação sobre o processo da desanexação de terrenos cinegéticos da Zona de Caça Municipal de Beira Tua na área de Valverde da Gestosa e Barcel.

Nesta reunião foram também abordadas questões relacionadas com os Planos Globais de Gestão, sobretudo no que respeita à realização de montarias, embora não se soubesse ainda na ocasião se essas montarias pudessem vir a ter lugar ou não em função da pandemia e pelos vistos não poderão ser feitas.

Foi ainda referido que o pedido de esvaziamento da massa de água da albufeira da Ponte Açude para a realização de obras de manutenção do equipamento da Mini Hídrica podiam interferir com o ciclo biológico da fauna piscícola, não chegou a ser concretizado, porque a empresa requerente encontrou uma solução que dispensou o esvaziamento.

Isto foi o que me pareceu importante e pertinente trazer aqui a esta Assembleia Municipal.

Votos de um Bom Natal e de um Novo Ano diferente, para melhor do que o que estamos a viver agora, pelo menos com muita saúde.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O “Outro Caminho” continua fora da realidade, *Júlia Rodrigues* não aprende, depois de ter encerrado abusivamente os restaurantes de Mirandela nos dias das Festas da Cidade, medida que não foi replicada nos Municípios de Bragança e Valpaços, agora, em plena época natalícia gasta cerca de 73 mil euros nas iluminações de Natal, valores manifestamente exagerados, quando deveriam ser concentrados esforços e meios no combate à Covid-19. Estes desajustes da realidade vêm uma vez mais demonstrar a falta de consistência nas decisões de *Júlia Rodrigues*, porque neste momento difícil e diferente para todos, devia imperar por parte de quem nos governa alguma contenção e bom senso nas decisões a tomar, até porque o erário público o exige.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei incomodado e pasmado no Ponto 4.8 – “Proposta de Ação de Relevante Interesse Público - Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal” na Assembleia que se fez no dia 25 de setembro, em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu estive a ler e diz assim: “Há uma pequena coisa, Senhor Deputado, uma questão de critério, em relação ao anterior projeto e ao de agora. É que no anterior o Senhor Deputado gritou aqui bem alto, que não devia passar a bem do interesse municipal...”, referia-me à “Cedilhavulso” por causa da idoneidade, sem projeto ambiental, o Senhor não sabe e agora eu digo para o Senhor, o Senhor não sabe nada do urbanismo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O urbanismo tem a ver com sistemas das eco cidades, proponho-lhe que leia o livro “A imagem da cidade”, “A cidade Linear”, “O urbanismo” de *Leonardo Benevolo*, isto é a minha “praça”, quem manda nisto é o IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, coordena o território, nem é a CCDR-N. quando uma pessoa não sabe, não fala e quando fala só diz disparates. Eu como tenho a 4.ª Classe e ele é Dr., porque eu não sei escrever, nem sei dizer “uma para a caixa”, que é que eu hei-de dizer mais?! Gostava de tratar estas coisas mais *soft*, mas a mim puseram-me já aqui o nome de mentecapto, de



idiota, de mal criado, de mal-educado, tudo e mais alguma coisa, eu tenho a 4.ª Classe e gosto de ter a 4.ª Classe, se calhar o Senhor fez o 7.º Ano no 25 de Abril, pós 25 de Abril, não sei.

Tinha aqui uma palavra a dizer também, em relação ao Senhor *Orlando Ferreira*, pessoa que esta Câmara Municipal sempre desprezou e despreza continuamente, tive várias reuniões, várias reuniões não, apareci lá uma vez ou duas porque a Senhora Presidente me convidou, para resolver o problema do Senhor *Orlando Ferreira*, o problema do Senhor *Orlando Ferreira* nunca foi resolvido e ele veio aqui hoje para resolver um problema à Câmara Municipal. Tudo isto por causa de 90 cm. Esta Câmara é uma Câmara sem caráter, sem conduta, sem valores e vivemos numa democracia racial, que está encapotada pelo medo, o medo é o silêncio e recebi agora uma mensagem da Polícia Judiciária, para que todos saibam, da Polícia Judiciária, que o lote do Pombal está mal licenciado e a Senhora vai ter a Polícia Judiciária à sua perna. E o Senhor Presidente devia ver estas situações, porque a culpa também é sua.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Início esta intervenção endereçando mais uma vez, uma palavra de apreço a todos os profissionais de saúde que estão na linha da frente no combate a esta pandemia, que teima em não nos deixar. Deixo aqui também um registo de desejo de boa saúde ao nosso Primeiro-Ministro e com os cotos de um rápido regresso ao leme da governação deste país.

A minha intervenção principal tem a ver com um tema que me é muito querido e que tenho falado em vários eventos e que pressuponho que vai ser muito falado nos próximos tempos, é o Cadastro Predial Simplificado.

Segundo informação da estrutura de missão para a expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, 90 % dos Municípios não têm cadastro do seu território, um número significativo de Municípios candidatou-se a um total de 24 milhões de euros de apoio para financiar o Balcão Único do Prédio designado BUPi e avançar assim para o cadastro simplificado dos seus territórios. 90 % equivale a cerca de 153 Municípios, sendo que 138 apresentaram candidatura a estes Fundos Comunitários e destes, 68 Municípios são da região norte e 70 da região sul.

As verbas em apreço irão financiar despesas como: pessoal, assistência técnica, consultoria, equipamentos de informática, *software* específico e outros. São meios considerados para ser possível efetuar o registo de terrenos via BUPi e deste modo se utilizar o cadastro simplificado.

O objetivo final é conseguir ter identificado estes 90 % dos imóveis rústicos, isto é, onde começam e onde acabam e quem são os seus reais proprietários.

Posto isto interessa perguntar qual o posicionamento do Município sobre esta matéria, que considero de primordial para a gestão do seu Município.

Boas Festas.

----- O Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Mascarenhas *MANUEL GOMES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Quero dar uma palavra de agradecimento e este Executivo pela seguinte razão: há poucos dias fez-se na minha Freguesia a vacinação contra a gripe e provou este Executivo que quer estar próximo dos utentes, das pessoas mais necessitadas, das pessoas mais idosas. Há muito tempo que não se via tamanha adesão na minha Freguesia de tanta gente, eram cerca de 100 pessoas que tínhamos inscritas, participaram pelo menos 102 ou 103, as outras por outros motivos deram a vacina da gripe na farmácia, o que é normal, mas quero dizer que futuramente nós precisamos cada vez mais da proximidade da saúde dos nossos idosos, das pessoas que têm dificuldade em se deslocar ao Centro de Saúde ou aos Hospitais.

Agradeço também às enfermeiras que lá estiveram, que de bom grado foram a casa das pessoas que não se podiam mobilizar, dando-lhes a vacina em suas casas, a Junta de Freguesia disponibilizou também o transporte a outros que não tinham meios e fez-se um dia diferente daquilo que as pessoas pensariam ter.

Deixo aqui mais uma vez um agradecimento e que no futuro pensem em aproximar a saúde de todas as pessoas que por vários motivos não se podem deslocar aos Centros de Saúde e Hospitais.

Termino assim, dando conhecimento a todos deste agradecimento e um Bom Natal para todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer todas as questões que foram colocadas, vou tentar de forma resumida responder a todas. Começo por agradecer a disponibilidade do Senhor *Orlando Ferreira* para estar aqui presente e ajudar-nos a resolver este problema, a Câmara Municipal de Mirandela e não falo só em nome deste Executivo, tem trabalhado ao longo dos últimos anos com o Senhor *Orlando Ferreira*, pagando obviamente aquilo que é devido. Agradecer a disponibilidade, porque de facto é uma pessoa disponível, é da nossa terra e não há de todo qualquer confusão entre aquilo que é um requerente e aquilo que é um fornecedor de serviços, ao qual muito agradecemos a disponibilidade.

Na altura própria falarei sobre o assunto que trouxe aqui o Senhor Deputado *António Figueiredo*, mas começo por responder ao Senhor Deputado *Rui Sá* em relação ao assunto da Sacor.

Pese embora os excessos que houve na última Assembleia Municipal a que todos, ou quase todos assistimos no passado dia 25 de setembro, de facto é uma situação que nos preocupa a todos, mas aqui o que eu vos queria informar relativamente a este processo é que, foi notificado o proprietário do bar, houve já uma reunião com o Advogado e com o proprietário, foi notificado relativamente à avaliação das duas parcelas e houve a apresentação de uma contra proposta, a apresentação da contra proposta foi enviada pelo Advogado e nós respondemos a não aceitação da contra proposta, porque haviam premissas que não estavam, segundo o Parecer da



Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e também do Gabinete de Apoio Jurídico, não estão contempladas no nosso Regulamento Municipal relativamente às taxas e portanto não foram aceites.

Neste momento encontra-se em fase de negociação, o valor das parcelas é aquele que todos conhecem, julgo eu, eu acho que também foi feita uma avaliação por um Perito externo e que caso possamos chegar a um acordo, vai entrar em processo de expropriação.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, dizer que de facto é um ano atípico e foi um ano atípico e difícil nas nossas vidas. Aquilo que nós prevemos é manter a Proteção Civil Municipal a dar todo o apoio, a ser o interlocutor único na Câmara Municipal com todas as outras entidades, achamos que foi uma boa solução haver um interlocutor único, que possa centralizar toda a informação e fazer a ligação direta com toda a sociedade civil e também quero dizer-vos que todos os pedidos que chegam à Proteção Civil são de imediato assegurados.

Tivemos infelizmente alguns casos em Lares e houve uma monitorização constante de todos, inclusivamente das Direções dos próprios Lares e também da Autoridade de Saúde, Bombeiros Voluntários e Forças de Segurança. Julgo que a linha que definimos e a estratégia pública que definimos no combate à Covid-19, é uma estratégia que tem dado resultado, porque há um interlocutor único, ou seja, a informação é toda centralizada e é decidida na hora. Não podemos estar à espera de outros serviços para podermos decidir.

Relativamente a tudo aquilo que foi feito e que muito bem enumerou, também saúdo a questão de falar da Comissão de Acompanhamento da Covid-19 em que a Coordenadora da Proteção Civil tem estado sempre presente e tem dado a informação necessária.

Estamos todos ansiosos para 2021 e aquilo que vai acontecer, neste momento aquilo que nós estamos já em conversações até com a Unidade Local de Saúde, por causa da estratégia de vacinação que vamos implementar, obviamente que estamos dependentes do Ministério da Saúde e do próprio Governo, mas tudo aquilo que neste momento nos está também a preocupar é o cenário pós Covid-19 e a forma como Mirandela vai reagir sob o ponto de vista económico e financeiro, à retoma económica que todos queremos que aconteça o mais rapidamente possível. Vamos estudar soluções, vamos criar um Plano de Ação no primeiro trimestre de 2021, criando e preparando o Concelho de Mirandela para o cenário pós Covid-19.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, a Associação *Dignitude* não é uma empresa de Coimbra, é uma IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social que gere o “Programa Abem”, que é a rede solidária do medicamento que já está a trabalhar em Mirandela há algum tempo connosco, tem um Protocolo com a Associação Nacional de Farmácias, que funciona bastante bem, porque com este “Cartão Abem” nós conseguimos com o mesmo investimento ter muitos mais medicamentos para os idosos.

Este Protocolo que assinamos relativamente à vacinação e à Rede Solidária da *Dignitude*, tem a ver com a ampliação da oferta da vacinação a mais utentes. A verdade é que, como muito bem falou o Senhor *Manuel Gomes* da Junta de Freguesia de Mascarenhas, dizer-vos que a vacinação foi efetuada com muitas dificuldades, porque não há vacina da gripe, quem tem estado a procurar a vacina da gripe sabe que está esgotada, com dificuldades de *stock* e tudo o que pudermos fazer para chegar a vacina a mais pessoas, vamos efetivamente fazer, mas a Associação *Dignitude* é realmente uma IPSS.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, já tive oportunidade de ir percorrer a rua Manga do Prado em Frechas, julgo que ficou um excelente trabalho, por isso também felicitar toda a população e também a Junta de Freguesia e todo o Executivo.

A Câmara Municipal de Mirandela tem todo o gosto em colaborar com todas as Juntas de Freguesia e também com a Freguesia de Frechas, como é óbvio. Em relação às fogueiras de Natal, o valor restituído a todas as Juntas de Freguesia, vou verificar a situação, uma vez que eu falei com base numa informação que tinha da Proteção Civil, que se propôs fazer uma informação para os Serviços de Contabilidade para restituir o valor, julgo que eram 10 euros que foram pagos, não é o valor que está em causa, é de facto a atitude como muito bem disse, concordo e vou tentar saber qual é o ponto de situação da restituição deste montante.

Relativamente aos casos positivos nas Juntas de Freguesia, este é um assunto já debatido em todas as Comissões Distritais de Proteção Civil, onde estão presentes todos os Presidentes das Câmaras Municipais, onde estão presentes os responsáveis da Saúde, das Escolas, das IPSS e todos nós, desde o início da pandemia preocupamo-nos muito com os casos positivos, a verdade é que são casos estritamente sigilosos, ou seja, só a Autoridade de Saúde e as Forças de Segurança que fazem a fiscalização dos casos, é que têm acesso aos dados pessoais das pessoas infetadas, é certo que todos nós a informação que obtemos é sempre da comunicação social.

Eu não posso transmitir uma informação que não tenho, nem tenho que ter, eu não tenho que saber que determinada pessoa está positiva, porque também há aqui a proteção das pessoas, se a Autoridade de Saúde contacta o próprio, se o próprio não pode sair de casa, se precisa de ajuda tem que efetivamente contactar familiares, a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, mas também é preciso proteger as pessoas e apesar de alguns Presidentes de Câmara e algumas Juntas de Freguesia quererem que fossem revelados os nomes dos casos positivos, não é permitido que isso aconteça.

Quem precisa de ajuda, deve pedir ajuda à família, às Entidades, à Saúde, aliás, uma das questões que o Senhor Delegado de Saúde me garante que é feita a todas as pessoas é, nós temos meios para ajudar, caso necessitarmos para o informarmos e por isso, protegendo as pessoas e protegendo o sigilo a que é obrigada a comunicação de todos os casos positivos, eu entendo são dados que não podem ser divulgados, obviamente que estranhámos que a comunicação social tenha acesso a alguns elementos, mas de facto é completamente alheia à nossa vontade.

Em relação aos Jardins de Infância, dizer-lhe que de facto nós todos os anos na altura do Natal fazemos uma grande festa, no ano passado foi aqui neste pavilhão, com as crianças do Pré Escolar e do 1.º Ciclo, este ano por causa da Covid-19 não houve festa, no ano passado no final da festa entregamos um livro a cada criança e como este ano não houve a possibilidade de juntar as crianças, a Câmara Municipal decidiu comprar alguns mimosinhos de Natal para as nossas crianças, tanto do Pré Escolar, como do 1.º Ciclo, prendas diferenciadas, porque são crianças com idades diferentes e fizemos a entrega ao longo desta semana, porque as aulas terminam hoje. Daí a justificação de eu estar cá nos Natais de 2017, 2018 e 2019, mas de facto a Câmara Municipal sempre fez a festa de Natal com as crianças e este ano não houve essa possibilidade.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, em que fala do assunto do cadeado, este é um assunto que por ser um processo jurídico e como já foi notificada a Junta de Freguesia, julgo que o ideal era transmitirmos a informação pessoalmente, o processo está a ser apoiado pelo Advogado da Câmara Municipal e por isso acho que era importante manter isto na esfera jurídica, falaremos no final da Assembleia Municipal. Relativamente à questão da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, e o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, dizer-lhe que existe, como sabe, uma grande preocupação desta Comissão Municipal de Defesa da Floresta que foi criada pelo Decreto-Lei n.º 14 de 2019, de 21 de janeiro, com múltiplas entidades e neste momento para qualquer armazém agrícola é obrigatório ter um Parecer favorável desta Comissão, respeitando o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que foi aprovado pelo ICNF em agosto de 2017.

A verdade é que têm havido muitos problemas nos processos de licenciamento, porque Cartografia de Riscos de Incêndios não coincidem com aquelas que estavam aprovadas no PDM e aquilo que lhe posso dizer, é que neste momento nós já estamos a preparar na revisão do PDM, para que haja a conjugação das Cartas de Incêndio e Perigosidade, solicitando empresas especializadas para ultrapassar este problema. Eu sei que se trata exatamente de um projeto em Vila Verde, julgo eu, de um armazém, que tem criado algumas dificuldades na sua aprovação e portanto, o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios está em processo de revisão também.

Ainda não demos resposta ao seu e-mail porque estamos a juntar toda a informação dos Serviços de Proteção Civil e Divisão de Obras Municipais, para elaborar a resposta.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vitor Correia*, dizer que é com apreço que vejo esta Prestação de Contas relativamente à participação do Conselho Cinegético e Conservação da Fauna no território, julgo que é uma área em que a Câmara Municipal tem feito um excelente trabalho, tem-se investido muito nesta área e aliás, era um dos compromissos de candidatura.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer-lhe sempre que “há outro caminho” e o outro caminho é também a responsabilidade, a responsabilidade é a contenção e o bom senso, Senhor Deputado, isto porquê, misturou aqui um bocadinho os temas, misturou a Covid-19, misturou as festas de Natal, misturou os esforços e meios de combate à Covid-19, com aquilo que são as decisões e opções do Executivo.

Mas eu posso-lhe explicar exatamente aquilo que esteve em causa, nós não fechamos os restaurantes nas Festas da Cidade, nós fechamos os restaurantes no fim-de-semana da Noite dos Bombos, foi uma medida que foi justificada pela Autoridade de Saúde Local e se nós tomamos decisões ponderadas, são sempre em relação ao comércio e em relação à capacidade e à dinâmica que temos na cidade, fazendo todos os esforços para que os restaurantes não encerrem. Esta situação teve a ver com a preocupação de todos, dos ajuntamentos e de eventuais consumos nestas duas noites de elevada perigosidade e risco sanitário, foi com responsabilidade e sabendo que é uma decisão impopular, que foi tomada e foi tomada sabendo que estávamos a proteger o resto do mês de agosto, porque todos os restaurantes puderam funcionar o resto do mês de agosto sem casos Covid-19, felizmente.

Entretanto já houve casos Covid-19 que são inevitáveis na restauração e nessa altura as pessoas têm que encerrar, mas tudo o que nós pudermos fazer, com a responsabilidade que temos, para evitar ajuntamentos em dias específicos, vê-se isso em cidades de todo o mundo, Mirandela não é exceção. Se fosse para ser popular eu deixaria aberta a restauração, não seguia o Parecer do Senhor Delegado de Saúde, tivemos uma reunião, a Autoridade Local de Saúde disse que por precaução e porque são noites onde há muitos ajuntamentos e muito consumo de álcool, que seria bom evitar, é verdade que já havia muitas marcações de jantares, mas é verdade que nós conseguimos ultrapassar o mês de agosto, apesar do bem-vindo regresso dos nossos emigrantes, sem percalços e, por isso, hoje, julgo que tomamos uma boa decisão, com o bom senso e a responsabilidade de quem decide.

Em relação a esta matéria, Covid-19, desde março de 2020, que nós seguimos escrupulosamente as recomendações da Autoridade Local de Saúde, que são os técnicos, os médicos que nos podem ensinar e orientar sobre o que é que devemos fazer, por isso estamos neste espaço agora, nestas condições, distanciados de 2 m e com o uso de máscaras obrigatório.

Relativamente às festas de Natal, dizer-lhe que está a confundir as festas de Natal, no ano passado gastamos o dobro de dinheiro, nós tínhamos várias iniciativas programadas e orçamentadas para este Natal, obviamente que quando preparamos o orçamento para 2020, ninguém sabia que ia existir a Covid-19 e tínhamos um orçamento bastante reforçado, porque consideramos que a animação de Natal é uma animação importante para a cidade, importante para os emigrantes que nos visitam, importante para aqueles que estão lá fora, mesmo em Portugal, estão noutras cidades e vêm visitar a nossa terra e por isso dizer que, nunca faltou dinheiro para as regras do combate à Covid-19, nós asseguramos, até nas IPSS as desinfecções, em todo o lado nunca faltou verbas que foram alocadas à Covid-19. Mas a verdade é que, estando nós, como todos sabem, tristemente, sozinhos, isolados, a única forma de a Câmara Municipal poder de alguma forma compensar o isolamento, porque não há outra forma, não é possível fazer outros eventos, iluminar as ruas, iluminar mais ruas e mais espaços, inclusivamente as escolas, traz um bem-estar para todos e sente-se o Natal de uma forma diferente.

Eu quero-vos dizer que, retomando estas questões da iluminação de Natal, houve um ano até em que a Câmara Municipal não fez iluminação de Natal por restrições económicas, ou seja, parece-me a mim, hoje estando aqui, fazer um peditório, eu não sei se todos se lembram, julgo que foi em 2010, foi feito um peditório pelos comerciantes da cidade para fazerem a iluminação de Natal, eu própria na altura contribuí para a iluminação de Natal nessa altura. Não me parece que o investimento na saúde e no bem-estar dos mirandelenses se possa compagnar com situações de contenção e bom senso. Julgo que é um investimento e não um gasto.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, vou abster-me de fazer considerações sobre as acusações que faz relativamente à Câmara Municipal...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Ponha-me na cadeia a mim, já lhe disse ...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Quando diz sem caráter, sem cultura, mas...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *António Figueiredo* faça o favor de estar calado, não interrompa a intervenção da Senhora Presidente, pois a sua intervenção ninguém a interrompeu.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Eu não sei escrever nem ouvir...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Seja educado por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Eu não sei escrever nem ouvir...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Deputado, vamos então continuar, julgo que a questão do loteamento o Pombal, eu sei que o Senhor Deputado faz muitas denúncias e ainda bem...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Hoje fiz outra denúncia para o Tribunal e vai sentar o “cu ao mocho...”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Pois, acredito que sim Senhor Deputado, acredito que sim, a única coisa que tenho de lhe dizer Senhor Deputado é que, como é que sendo os Técnicos os mesmos, até há mais Técnicos, é verdade que os processos de licenciamento...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Está tudo mal licenciado em Mirandela...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

A verdade que os Técnicos de licenciamento...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Está mal licenciado o edifício na Cocheira ...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, eu tenho que lhe pedir para se ausentar da reunião para podermos prosseguir?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Está tudo mal licenciado...

----- O Deputado *António Figueiredo* continua a interromper a sessão não permitindo o seu normal funcionamento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu tenho de chamar a Polícia para o por na rua Senhor Deputado? É que eu faço-o, com este seu procedimento deixo de ter qualquer consideração por si.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Nem eu por si.

Chame a Polícia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Então cale-se por favor. Tenha respeito por estas pessoas, ou demita-se desta Casa que o Senhor não é merecedor de estar aqui nesta mui nobre instituição que é a Assembleia Municipal. Desculpe, o Senhor está aqui a mais, o Senhor está aqui a mais, foi eleito pelo povo, mas não merece o respeito do povo pelas suas intervenções. Faça o favor de estar calado.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Cale-se você mas é.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por favor, vamos então manter a calma.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhora Presidente, as minhas desculpas, pode continuar por favor.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:



Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É essencial mantermos a calma e o respeito entre todos.

Relativamente às denúncias, não entendo que só desde novembro de 2017 é que as coisas estarão piores ou estarão mal, de facto eu sei, conheço algumas denúncias, obviamente que nós como responsáveis políticos confiamos na capacidade técnica dos nossos quadros, acredito que possamos vir a ser fiscalizados. A verdade é que todos estamos sujeitos, nestes cargos e nestas funções, a problemas, outra situação não lhe posso dizer, tudo aquilo que faço é de boa-fé, confiando nos Pareceres Técnicos que temos, obviamente que todos nós e por isso é que existem os Técnicos, os Chefes de Divisão, que dão Parecer relativamente aos projetos.

Quanto ao prédio da Cocheira, eu tive oportunidade de estar com o Arquiteto *António Figueiredo* em duas reuniões...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

O que é que lhe disse o seu Arquiteto?! Que estava mal licenciado

----- O Deputado *António Figueiredo* continua a fazer comentários permanentemente, interrompendo a Sessão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O loteamento da Cocheira já estava licenciado do anterior Executivo. De qualquer forma aquilo que lhe posso dizer é que eu assumo os erros que faço, quem está com os processos de urbanismo é o Vereador *Orlando Pires*, é uma matéria muito difícil, a verdade é esta, nós confiamos nos nossos Técnicos, mas acredite que com a quantidade de processos que temos tido é difícil dar respostas, de qualquer forma estamos aqui, também para sermos fiscalizados, já tivemos a Polícia Judiciária a investigar outros anos e por isso não é vergonha para ninguém ser fiscalizado, obviamente que os responsáveis políticos têm a sua responsabilidade e os responsáveis técnicos também têm de assumir as suas, mas os projetistas também têm de assumir as suas. Nem sequer vou falar do processo de que falou há pouco da praça *Álvaro Soares*, porque pelos vistos também era uma situação que não podia ser licenciada...

----- Interrupções permanentes e duradouras por parte do Deputado *António Figueiredo*.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Como não podia ser licenciado o da Cocheira.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco* e a situação do Cadastro Simplificado ...

----- Face às permanentes e incompreensíveis interrupções do deputado *António Figueiredo*, o Deputado *Jorge Pires*, levanta-se, como forma de protesto e mostra mesmo intenção de se ausentar da sala.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Jorge Pires* agradeço-lhe que fique mais um pouco, por favor não abandone a Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, dá-me licença.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu preciso de si aqui, eu preciso de todos os Senhores Deputados, porque só com a ajuda de todos poderemos acabar com este martírio provocado pelo Deputado *António Figueiredo*. Essa sua posição é reveladora do seu carácter e do respeito que tem para com esta instituição.

Mas eu preciso que o Plenário me ajude a resolver este problema grave que temos aqui, eu vou dizer mais, este incompreensível, lamentável e anormal comportamento do Deputado *Figueiredo*.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

É grave o que o Senhor diz.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu já não sei que atitude tomar. Agradeço ao Senhor Deputado *Jorge Pires* manter-se connosco.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

É grave para si... Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) interrompe várias vezes o Senhor Presidente (não é audível o que diz uma vez que nunca falou do microfone).

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agradeço que prossiga Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, relativamente ao Cadastro Simplificado, dizer que em agosto de 2019, foi aprovada a expansão do sistema de informação cadastral, em maio de 2020, foi constituída a estrutura de missão, em agosto de 2020, foi efetivada a equipa de coordenação da estrutura de missão, nós vamos ter de facto aqui em Mirandela, coordenada pela CIM-TTM - Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes um serviço específico para o cadastro. Vamos contratar Técnicos, temos uma verba para contratar Técnicos, temos uma plataforma informática em gestão, vamos ter formação.

Já estamos a iniciar o processo, já houve uma reunião com a Senhora Secretária de Estado, a responsável por esta Pasta, por videoconferência, este processo vai ser iniciado. A interlocutora da Câmara Municipal é a Dr.ª *Maria Gouveia*, que também trata dos Sistemas de Informação Geográfica. Vamos iniciar para o ano implementar o sistema de Balcão Único de Prédios, prevemos chegar até ao final do projeto com 50 % do cadastro feito. É um projeto muito importante para nós.

Relativamente ao Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Mascarenhas *Manuel Gomes*, reafirmar o compromisso que temos com os mirandenses, no sentido de aproximar a saúde às pessoas, já chegou a viatura, de facto a Covid-19 não tem ajudado à implementação do projeto, mas estamos em crer que durante o próximo ano vai ser uma realidade em todas as nossas Freguesias.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Começo por agradecer ao Senhor Deputado *Jorge Pires* por se ter mantido nesta sessão, não é fácil, eu compreendo, todos nós fomos eleitos pelo povo, temos os nossos princípios, defendemos os nossos valores e ter de assistir a situações destas, insultos, interrupções e atitudes de todo lamentáveis.

Eu não quero adiantar, nem fazer um juízo de valor, esta pessoa não pode ser demitida porque foi eleita pelo povo, mas pode ser expulsa e eu tenho-me reprimido ao longo do tempo para tomar essa posição, mas vou acabar por tomá-la.

Informo de que chegou-me à Mesa um requerimento do deputado Figueiredo, eu acho que há pessoas que não têm noção do que é um requerimento... e para saber o que é um requerimento basta ter a 1.ª Classe..., que diz assim:

“Exmº Sr, Presidente da Assembleia Municipal

Exm.º Srº Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do Executivo...”

Eles estão aqui não são da Assembleia, não há requerimentos para eles.

“Exmº Srs. Deputados Municipais

Conforme o artigo 36º, do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, diz o seguinte:

1 – Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o Presidente da Assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.”

Nós sabemos isso Senhor Deputado, fomos nós que elaboramos o Regimento.

E depois diz ainda:

“Tudo isto também tem a ver também com a LEI ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, Decreto-Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, a Senhora Presidente, não percebe que está a cometer ilegalidades, atrás de ilegalidades, conforme por mim dito nesta AM em 25 de Setembro, sua Ex.ª, chuta para canto, mas tem responsabilidades, não só o Executivo, pelo menos ligava para o Ministério Público, se havia denúncias do Deputado Municipal, António Figueiredo...”.

Senhor Deputado, a sua excelente formação académica não lhe ensinou o que é um requerimento?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) interrompe várias vezes o Senhor Presidente (não é audível o que diz uma vez que nunca falou do microfone), mas interrompe várias vezes.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, retrate-se, cuide-se, retrate-se, cuide-se, este não é o lugar para uma pessoa como o Senhor.

Meus Senhores, às 14 h 30 m estaremos aqui para prosseguir com a sessão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos dar continuidade à nossa Sessão.

Tínhamos ainda um pedido de esclarecimentos, sobre o último assunto tratado, por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, *António Martins*. Dado não estar presente, vamos guardar para os “Outros Assuntos” e vamos iniciar o Período da Ordem do Dia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo em conta o pedido de Interpelação à Mesa do Senhor Deputado *António Figueiredo*, solicito que se dirija para fazer a intervenção. Tem três minutos para o efeito.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, pretendo fazer uma Declaração de Voto para que fique registado em Ata, sobre o requerimento que entreguei à Mesa na parte da manhã e o ponto não foi fechado, no meu entendimento. O requerimento não foi lido na totalidade e foi sonogado em várias partes que interessavam a esta Assembleia Municipal. Isso é crime. Saber vossa excelência, só leu aquilo que lhe



interessou. Se não me der a palavra, que me está a dar, quero que seja lavrado em Ata um protesto por me ter sido negada a palavra e cortado o meu direito de Deputado Municipal.

Se o Senhor Presidente não aceitar, irei pedir a identificação de dois Deputados Municipais presentes em relação à reclamação por escrito, conforme o artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em resposta à questão formulada, isto não é uma Declaração de Voto, porque nada foi votado. Em relação ao requerimento, a Mesa declinou este requerimento por entender não ser requerimento algum, não ser apresentado no documento nenhum assunto para de apreciação deste plenário nem de interesse para o Município. Que fique registado em Ata.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção vai-se reger só por três ou quatro pontos e, neste preciso momento, também duas ou três dúvidas que têm a ver com dois pontos.

Senhora Presidente, gostava que me referenciasse e que pudesse explicar a esta Assembleia qual é a posição e qual é o estado que tem a ver com os relatórios trimestrais da ACIM. Era importante esta Assembleia ter conhecimento se esses relatórios estão a ser entregues conforme aquilo que foi protocolado entre a ACIM e a Câmara Municipal.

Também queria ter conhecimento e se fosse possível entregar a esta Assembleia o relatório dos clubes que assinaram o Contrato de Desenvolvimento Desportivo, neste caso foram 13 clubes, no ano de 2019. Também saber de Vossa Excelência, digamos, o conteúdo e qual é o estado em que está esse relatório em relação ao que foi protocolado com a Câmara Municipal e esses 13 clubes.

Por último, em relação à Feira do Rancho, o conhecimento que teve o meu Partido é que não foi ainda pago aos produtores de pão e de vinho e também alguns produtores de rancho. Gostaria de saber qual a razão e motivo porque ainda não foram saldadas essas dívidas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a questão formulada, que se divide em três pontos.

Em relação ao Contrato-Programa/relatórios, os mesmos têm sido entregues dentro do prazo que foi fixado no próprio Contrato-Programa assinado entre a ACIM e a Câmara Municipal de Mirandela.

Relativamente ao relatório dos clubes com Programa de Desenvolvimento Desportivo, estamos a falar naqueles que têm Contrato-Programa para 2020 e que estão, neste momento, a desenvolver também o Contrato-Programa para 2021, portanto, será entregue ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que tem a competência da área do Desporto e depois será encaminhado para o Senhor Deputado da CDU.

Quanto à Feira do Rancho, não sei concretamente dos fornecedores que estamos a falar. De qualquer forma, aquilo que lhe posso dizer é que, neste momento, a Câmara Municipal de Mirandela está a pagar a 60 dias. Portanto, a não ser que não tenha sido feito o procedimento de contratação, tudo aquilo que foi faturado é pago no prazo de 60 dias. É uma questão que vamos avaliar junto dos serviços de cultura para podermos verificar se houve algum lapso no procedimento, mas acredito que se os produtores reclamam esse pagamento, obviamente que vamos tentar entender, junto da Senhora Vereadora *Vera Preto* que vai fazer chegar essa informação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que reportará essa mesma informação ao Senhor Deputado.

4.2 - Proposta de Desvinculação do Município da Associação MirCom.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, tendo a Senhora Presidente utilizado o voto de qualidade por se verificar um empate, aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a desvinculação do Município de Mirandela como associado da Associação MirCom, por ser sua competência nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Tinha uma saudação especial para os alunos brasileiros do Mestrado em Administração Autárquica da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do IPB, mas parece que estão ausentes. Portanto, fica sem efeito. Apenas lhes iria desejar que fossem bem-vindos e que aproveitassem bem o que de bom hoje, aqui, observassem.

Sobre o assunto que agora vai ser discutido, confesso que teria imenso gosto em participar e dar o meu melhor contributo para esclarecimento das questões subjacentes à proposta que vai ser apresentada. Contudo, nos termos regimentais e conforme dita o Código do Procedimento Administrativo, dada a circunstância de ter funções nos órgãos sociais desta associação, a minha obrigação, conforme os deveres dos membros da Assembleia Municipal, é pedir dispensa de intervir neste processo, ao abrigo do artigo 63.º e 64.º do Regimento em devido tempo aprovado.

Assim, informo que não irei votar neste ponto, ficando ao dispor para eventuais esclarecimentos posteriores, caso seja entendido necessário. Peço à Mesa que não considere a minha presença na contabilização dos presentes quando for a hora de contar os votos.

Por outro lado, não posso deixar de felicitar a ACIM, embora não tenha nada a ver com a MirCom, porque hoje recebi na minha caixa do correio, se calhar alguns dos presentes também já terão recebido, uma carta com uma coisa que achei imensamente útil, uma carteira com uma máscara e, sobretudo, a grande mensagem a fazer um apelo às compras com segurança no comércio local.

Desejo Boas Festas na medida do possível.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Proposta de Desvinculação do Município da Associação MirCom. Porquê, Senhora Presidente?

Depois de tantos protocolos e tantas guerras estabelecidas aqui nesta Assembleia, vem agora no final do seu mandato pedir a desvinculação da Câmara Municipal de Mirandela da MirCom. Porquê, Senhora Presidente? Ela deixou de contribuir para o aumento e melhoria da sustentabilidade da comunidade? Ela deixou de promover a atratividade, o aumento das oportunidades de emprego, do comércio e também de recreio e lazer da população? Porquê, Senhora Presidente?

Vai-me dizer: “É por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que não se enquadra tanto no objeto e nas áreas prestacionais.” Senhora Presidente, esta Lei não obriga a que a Câmara Municipal deixe de estar condignamente representada nesta associação que tantos préstimos tem feito à comunidade e, em particular, ao setor do comércio e da indústria. Porquê, Senhora Presidente?

Aliás, a Senhora Presidente anda em contraciclo. Quis sair das participações do Hospital Terra Quente, quer sair da MirCom, comparativamente, o seu Governo reverte privatizações da TAP e noutras instituições. Se, por um lado, em Lisboa é pura ideologia política, aqui é o quê, Senhora Presidente?

Ainda por cima, sem qualquer cuidado com os cinco recursos humanos que trabalham nesta associação, sob pena de ficarem com vínculo precário e verem as suas vidas a andar para trás.

Sinceramente, não entendemos qual a sua pressa, porque, tanto quanto sei, não tem nenhum Tribunal nem outra instituição com poderes para tal a que obrigue a Câmara Municipal a desvincular-se desta associação.

Então é porquê, Senhora Presidente, que quer sair desta associação?

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu ia colocar duas perguntas à Senhora Presidente. Uma delas o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, acabou, penso eu, de me esclarecer. Tem cinco funcionários, é isso? Ia perguntar o número de funcionários.

A outra questão prende-se com o seguinte: Esta associação MirCom que foi criada há uns anos e que teve um papel bastante relevante para efeito de tentativa de obtenção de fundos, é aquilo que conheço, se é que teve. Queria perguntar precisamente isso. Os objetivos por que foi criada ainda se mantêm?

Porquê a saída? É porque já não tem viabilidade? Porque choca com o papel da Associação Comercial?

O papel da MirCom, penso eu, será que tem alguma coisa a ver com o papel da Associação Comercial? Portanto, não precisamos da MirCom, porque temos a Associação Comercial e os objetivos da MirCom podem efetivamente estar inseridos através da Associação Comercial?

Para poder votar em consciência, gostava de ser esclarecido nesse sentido. E, aproveito para não voltar a usar da palavra neste ponto, caso na votação vença a questão da retirada, gostava de lembrar à Senhora Presidente que nos dissesse o que é que vão fazer a esses cinco funcionários?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU congratula-se com esta proposta de desvinculação, porque todos sabemos, se não sabemos, devíamos saber, porque é que foi criada esta associação, a MirCom. Acho que não é novidade nenhuma quando é que ela foi criada e qual foi o objetivo da sua criação.

Em primeiro lugar, foi criada, porque a Associação Comercial estava impedida de exercer para aquilo que foi criada, por imposição do Tribunal, pois as suas contas estavam penhoradas, porque a gestão da Associação Comercial estava em causa e esteve em causa perante o Tribunal.

Depois, também sabemos que a MirCom foi criada com o intuito de criar postos de trabalho e não sabemos quais foram os postos de trabalho que foram criados, mas não é por isso que nos congratulámos com essa desvinculação. Obviamente não podemos deixar de mencionar a preocupação que a CDU tem em relação aos cinco postos de trabalho que estão criados. Sabemos que esses postos de trabalho não têm que estar em causa. Agora, o que está em causa é porque é que essa associação foi criada? Esse é que é o princípio que nos devia interrogar a todos. Qual foi o objetivo com que esta associação foi criada? E nós sabemos que não foi e

que não está, pelo menos é o conhecimento geral, que a MirCom não tem prestado um serviço assim tão relevante aos comerciantes de Mirandela, basta falar com eles. A grande maioria deles nem sabem o que é que faz a MirCom. Portanto, não vamos inverter por esse caminho, porque estamos errados.

Obviamente que nos preocupa a questão dos postos de trabalho e isso é o que tem que ser aqui realçado e tem que ficar bem claro: o que é que a Câmara Municipal vai fazer com estes cinco postos de trabalho. Provavelmente haverá sítio no Município para que estas cinco pessoas possam ser incluídas e desempenharem um papel útil àquilo que é a atividade da Câmara Municipal e do seu Executivo, na prestação do serviço público, coisa que não tem sido até agora.

Também sabemos que independentemente da Câmara Municipal, isto que fique bem claro, se desvincular da MirCom, a Câmara Municipal de Mirandela, como é hábito ao longo destes últimos 40 anos, não há de deixar de participar financeiramente para a sustentabilidade da MirCom, como tem feito com a maior parte das associações aqui no Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O colega que me antecedeu, era aquilo que eu ia falar.

Em termos da MirCom, acho que podia ser uma mais-valia, um elo de ligação ao pequeno comércio, mas a situação mais preocupante é para onde é que vão esses funcionários? A quem ficam vinculados? Vão para casa? São cinco famílias. Mandá-los para casa acho que isso não é o mais correto, penso eu. Era isto que o Senhor Deputado Municipal que me antecedeu... Concordo plenamente com as últimas afirmações que fez.

----- A Senhora Deputada Municipal *DÉBORA PEREIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Este ponto da Ordem do Dia chamou a minha atenção, uma vez que estando em plena crise económica provocada pela pandemia COVID-19, onde todos sabemos que quem mais está a sofrer com esta grave crise são os pequenos comerciantes e onde se deviam unir esforços para apoiar o comércio local, o Município de Mirandela apresenta uma proposta sobre a sua desvinculação da Associação MirCom, ou seja, Mirandela Comercial.

Era, a meu ver, necessário compreender o porquê de tal decisão e a sua urgência. Desta feita, e no sentido de melhor compreender esta proposta do Município, fiz uma breve pesquisa. Assim, a criação de uma associação privada sem fins lucrativos, MirCom, e consequente adesão da Câmara Municipal de Mirandela como sócio fundador, foi deliberado em Reunião de Câmara em 06 de dezembro de 2006, tendo a mesma sido constituída por escritura em 19 de janeiro de 2007. O seu objetivo consiste em contribuir para o aumento e melhoria da sustentabilidade da comunidade, promovendo a atratividade, o aumento das oportunidades de emprego, comércio e também recreio e lazer da população, pela promoção e revitalização do comércio tradicional e modernização e requalificação do núcleo urbano do Município de Mirandela, o desenvolvimento da gestão unitária integrada e serviços de interesse comum, assim como a valorização e promoção das áreas de comércio e serviços.

No entanto, todos nós sabemos que a Lei não é estática, sofre frequentemente alterações, está em constante evolução e adaptação à realidade. Desta feita, surge em 31 de agosto de 2012, a Lei n.º 50/2012, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

Ora, se analogicamente poderíamos até comprar esta associação, pela participação municipal obtida, a uma empresa local, no entanto, no que respeita a alguns requisitos, ora, atendendo ao presente e ao disposto no artigo 10.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, verificamos que o objeto social da MirCom, já anteriormente mencionado, não se enquadra no objeto das áreas prestacionais previstas na mencionada Lei, que sejam, abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, transporte de passageiros, criando desta forma uma ilegalidade que urge resolver com a máxima urgência.

Ademais, resulta ainda do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 33.º n.º 1 alínea o) do Regime Jurídico da Autarquias Locais, a proibição de subsídios de investimento. As entidades públicas participantes não podem conceder às empresas locais quaisquer formas de subsídios de investimento ou em suplemento participações de capital.

Desta feita, continuando a Câmara Municipal como associada, deixaria de poder conceder a esta associação qualquer apoio financeiro, nomeadamente a atribuição de subsídios como era feita até aqui.

Desta forma, compreendo a necessidade urgente da desvinculação do Município da Associação MirCom, uma vez que se decidirmos não participar na associação, se o Município não for seu associado, poderá conceder subsídios tão necessários aos tempos que decorrem, de forma a ajudar e promover o comércio tradicional.

Assim, e de acordo com o já previsto no Orçamento Municipal para o próximo ano, através da celebração de Contratos-Programa, a MirCom será subsidiada, tal como as demais associações do concelho, de forma mais justa, legal e transparente.

Votos de Boas Festas a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Faço já de início uma Declaração de Interesses relativamente a esta questão.

Eu, sendo também parte do Partido Social Democrata, defendo sempre menos participação do Estado na sociedade civil, que funcione sempre como um papel regulador e não tanto como um interveniente, mas mesmo assim, olhando para aquilo que é a justificação e mesmo ouvindo o que disse a Senhora Deputada *Débora Pereira*, a mim deixa-me na mesma alguma dúvidas relativamente à justificação para a desvinculação do Município da MirCom.

Tal como refere no documento, esta desvinculação surge ao abrigo da Lei n.º 50/2012, e que nos diz que, mesmo dizendo no art.º 59.º que o Executivo pode participar nesta associação de fins privados e pode ter participação nesta associação, há ainda algumas dúvidas que se levantam relativamente à justificação que nos dá.

Aqui, a primeira que tenho é relativamente à equiparação que fazem da MirCom com uma empresa local e não como uma participação.

Vendo aquilo que nos diz sobre o que é uma empresa local, diz-nos que: “São empresas locais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da Lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão de se verificar um dos seguintes requisitos:

- Detecção de maioria do capital ou dos direitos de voto;
- Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização;
- Qualquer outra forma de gestão.”

Ou seja, para conseguirmos equiparar a nossa participação a uma empresa local teria o Município que ter, aquilo a que se chama, “influência dominante” e, curiosamente, no próprio documento diz-nos o seguinte: “A participação do Município de Mirandela enquanto associado da Associação MirCom, não lhe confere uma influência dominante, nos termos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.”

Então, não tendo essa posição dominante na associação, não me é perceptível como é que se faz esta equiparação com uma empresa local.

Fica a pergunta, então, com que base fazem essa equiparação?

Mas, considerando essa possibilidade e tomando que a participação do Município na associação é equiparada a uma empresa local, diz-nos o Município que: “(...) o objeto da associação não se enquadra também no objeto e áreas prestacionais previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, a saber: abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos/limpeza pública, transporte de passageiros e distribuição de energia elétrica em baixa tensão.”

Ou seja, consideraram que não se enquadraria naquilo que está disposto no art.º 45.º, que não seria então uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral.

Se olharmos um pouco mais abaixo na mesma Lei, o art.º 48.º, fala-nos das Empresas Locais de Promoção do Desenvolvimento Local e Regional, onde nos diz que: “Para os efeitos da presente Lei, são consideradas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional aquelas que, visando a promoção do crescimento económico, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social, no respeito pelos princípios da não discriminação e da transparência e sem prejuízo da eficiência económica, tenham inclusivamente por objeto uma ou mais das seguintes atividades:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas públicas” e uma série delas que não vou enumerar, até ao ponto e), onde nos diz: “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.”

Acredito que a MirCom se enquadra facilmente nesta alínea e). Mesmo embora não sendo uma empresa de âmbito intermunicipal, o n.º 2 do mesmo artigo diz-nos que: “Excecionalmente, e sem prejuízo do disposto no artigo 32.º, podem os municípios constituir ou participar em empresas locais de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, quando estejam verificados os seguintes pressupostos:

- A Associação de Municípios ou a área metropolitana que integrem não se encontre interessada em constituir ou participar em tais empresas;
- Demonstrem capacidade financeira para o efeito.”

Não tendo presente qualquer intenção das Associações de Municípios que integramos estarem, neste momento, interessadas em constituir uma entidade intermunicipal desta natureza e sabendo que o Município demonstra capacidade financeira para o efeito, visto até já ter saído do Plano de Saneamento Financeiro, então acredito que está justificada a existência da MirCom, mesmo sendo comparada com uma empresa local.

No entanto, questiono, também, o porquê de enquadrarem a MirCom como uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral e não se ter enquadrado como uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, visto que os princípios orientadores, definidos no art.º 49.º da mesma Lei, enquadram perfeitamente no âmbito da MirCom naquilo que são os objetivos perseguidos pela associação.

E, uma última dúvida, prende-se com o facto de que se fala, por um lado, numa participação, onde está enquadrada no art.º 59.º - Outras Participações – e, por outro lado, fala-se depois que é equiparado a uma empresa local. Ora bem, são duas questões completamente diferentes, aquilo que é a empresa local e aquilo que é uma participação numa entidade e, neste caso, numa associação com fins privados.

Por isso, também, faço as mesmas questões. Quais são os motivos que nos levam a querer desvincular da MirCom neste momento tão complicado para o Comércio Tradicional?

Parece-me que em termos jurídicos não temos essa obrigação. Existe aqui, parece-me, uma vontade política para essa saída. Se assim é, que se diga que há essa vontade política e que se quer sair da Associação MirCom, desvincular-se, por uma vontade e por uma escolha política do próprio Executivo.

Penso que é bom ser coerente as posições, pois se nós sabemos que a Senhora Presidente criticou na campanha muitas vezes a MirCom, mas ao longo do tempo foi-lhe dando algum valor e reconhecendo que, se calhar, era uma necessidade e tendo em conta o atual panorama, penso que ainda mais se mantém essa necessidade. E porque tudo em política, muitas das vezes aquilo que passamos para o exterior também é importante, mantermo-nos vinculados à MirCom, neste momento, era um sinal positivo que dávamos ao Comércio Tradicional e que dizíamos que estávamos com eles para enfrentar estas adversidades.

Deixo estas ideias e fico à espera dos esclarecimentos relativamente a estes pontos que levantei.

----- O Senhor Deputado Municipal RUI SÁ (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A intervenção que me antecedeu penso que foi muito objetiva, muito concisa e esvaziou quase a minha intervenção.

Confesso que não vinha preparado para a fazer. Contudo, porque li bastante sobre esta temática, alguma coisa hei de saber dizer sobre aquilo que vi.

O que me parece é que a intervenção que me antecedeu fez uma análise objetiva de um parecer da CCDR-C e a Senhora Deputada que antecedeu o Senhor Deputado *Nuno Magalhães* fez também uma interpretação do mesmo parecer de forma diversa.

Portanto, naquilo que eu li e num pedido duma Câmara Municipal à CCDR-C de uma situação idêntica, para não dizer igual à de Mirandela, o parecer da Jurista da Câmara Municipal é que sim, a Câmara Municipal poderia prosseguir como sócia de uma associação equiparada à MirCom.

Sobre a mesma temática, o Parecer da CCDR-C vai em direção diversa, dizendo, contudo, que a Lei não obriga a que a Câmara Municipal não possa ser associada dessa associação, dizendo, contudo, aquela situação dominante que o Senhor Deputado *Nuno Magalhães* aqui disse e muito bem e nos objetivos que prossegue, não bastando ter só no seu objeto social os objetivos, teria que os praticar.

Quando se pede um parecer a dois Juristas, obtêm-se três pareceres. Penso que fui claro naquilo que acabei de dizer.

Agora, outra situação que me preocupa, e vou fazer aqui uma Declaração de Interesses. A minha mulher é funcionária da MirCom e eu não vou votar neste ponto, peço que a Mesa considere que não vou votar neste ponto. Contudo, porque li algumas coisas sobre este assunto, achava que deveria referir isto. A Câmara é sócia da MirCom em 50%, a ACIM é sócia da MirCom em 50%.. Nenhum deles tem posição dominante. Agora, a Câmara Municipal saí sócia da MirCom, fica a ACIM ou então terão que ser cooptados outros associados.

Pergunto eu: que outros associados? As associações agrícolas? As associações agrícolas já levaram às suas assembleias gerais o poder de ser sócias da MirCom? Isso foi acautelado?

Ou seja, a Câmara Municipal sai e quem vier de trás que “feche a porta”.

E os direitos destes funcionários que são funcionários há 14 ou 15 anos desta associação? De que forma ficam salvaguardados? Saímos, quem vier de atrás que “feche a porta”.

Não sei se é assim. O que quero aqui dizer é que a Câmara parece-me não estar mal intencionada no processo. Se não está mal intencionada no processo, terá que clarificar a esta assembleia como pretende salvaguardar os direitos daqueles funcionários.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Também eu, à semelhança do Senhor Deputado *Rui Sá*, tinha pensado não intervir. Não intervir, porque obviamente no momento da votação irei estar ausente da sala visto que sou a pessoa interessada. Quando digo “sou a pessoa interessada”, sou, porque faço parte daquelas cinco pessoas que aqui identificaram.

Quando não queria intervir, não o queria fazer, porque de facto, ao longo de 20 anos parece que constantemente tivemos que vir aqui, eu, em nome dos meus colegas, defender a honra do nosso trabalho. Deu a sensação que durante 20 anos nós nos aproveitamos de umas determinadas instituições e nada fizemos em prol do desenvolvimento do nosso concelho.

Pois tenho a dizer que de facto sou uma Técnica de Desenvolvimento Local...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

De facto, há conflito de interesses. Além de não poder votar, não deve intervir também.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Então deixe-me só fazer um agradecimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É a Lei. O voto em si, se calhar, é menos importante que a intervenção.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas eu queria agradecer aos Senhores Deputados que estão a pensar em nós.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Então termine o mais rapidamente possível sem influenciar a votação.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, não quero influenciar.

Em nome dos meus colegas, quero agradecer a preocupação que estão a ter na manutenção e nos direitos de cada uma das pessoas que trabalham lá há mais de 20 anos.

Peço desculpa.



----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a eu própria, também antes de seguir e dar a palavra à Senhora Presidente, devo informar a sala que tendo em conta o lugar que ocupo de Presidente da Assembleia Geral da ACIM também não vou participar na votação, escusando-me de o fazer e abandonarei a sala ao abrigo do n.º 3 do art.º 64.º do Regulamento da Assembleia Municipal de Mirandela, estabelecido à luz do Código do Procedimento Administrativo.

Peço, por isso, a vossa licença.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É uma questão que não se põe, mas a qual eu gostaria de ver respondida.

Estou a ver que, de forma direta ou indireta, um grande número destes senhores representantes do povo têm interesses diretos ou indiretos, por interesse ou fora de interesse na MirCom.

Partindo do princípio ou desta hipótese hipotética que mais de metade destes senhores que aqui estão, incluindo eu próprio, tivéssemos interesse nesta associação, qual era o procedimento a ter?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O conflito de interesses tem a ver com quem está diretamente ligado como trabalhador ou órgãos sociais, ou quem tem elos familiares com colaboradores dessa associação.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me permite, Senhor Presidente, fui muito objetivo.

Já cheguei à conclusão que há cerca de 10 pessoas que terão interesse. Se tivéssemos 61 pessoas interesse, qual era o procedimento a ter?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Se houvesse muitos seria um problema, mas só há quatro casos que pediram para usar dessa prerrogativa. São quatro que estão diretamente ou indiretamente ligados ao processo e por uma questão de ética, a Lei nem é tao clara como isso, podem preferindo, retirar-se da votação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou responder às questões em particular, porque estão todas relacionadas com o mesmo objeto, a Proposta de Desvinculação do Município de Mirandela da Associação MirCom, mas tenho que dar algumas informações que julgo que todos que acompanharam este processo, em particular todos aqueles que estão envolvidos, da Associação Comercial e Industrial de Mirandela e a constituição da MirCom – Mirandela Comercial.

Mirandela Comercial foi objeto de uma candidatura ao URBCOM em 2007 e foi tendo funcionários. Quando a Associação Comercial e Industrial de Mirandela entrou num processo de muitas dívidas acumuladas, houve a necessidade de os funcionários transitarem para a Associação MirCom. É certo que os funcionários não entraram com este Executivo, é normal, estávamos em 2007, havia até funcionários que não estavam na MirCom ou nunca estiveram e que trabalhavam na Câmara Municipal. Por isso, dizer que havia dívidas de 1999 e houve tempos em que os funcionários não receberam durante anos. Estão agora a ser suportadas essas dívidas, está agora a conseguir-se que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela tenha algum desafio financeiro.

Também posso dizer, com toda a transparência, que é fácil criticar por criticar, mas esta é uma questão que nos envolve a todos e também a todos aqueles e alguns, em particular, que fizeram intervenções.

A preocupação deste Executivo, desde a primeira hora, foi manter os postos de trabalho. Se o Executivo não tivesse de alguma forma criado condições para que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela pudesse assegurar o pagamento a fornecedores, estamos a falar de fornecedores locais, estamos a falar de muitas empresas locais e eram dívidas avultadas, estão nos relatórios de contas, os Senhores Deputados podem consultar. Já sabemos que nem os três funcionários, nem os cinco funcionários poderiam manter os postos de trabalho e, por isso, a única forma de haver a manutenção dos postos de trabalho é a desvinculação do Município da Associação MirCom.

Já em meados deste ano, fizemos várias reuniões sobre este assunto com a preocupação sempre da manutenção da ACIM, também da MirCom e dos trabalhadores. A melhor opção, segundo os nossos consultores, inclusivamente o parecer do Revisor Oficial de Contas, era a desvinculação, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 12 dos Estatutos, pelas razões e nos termos que vou explicar com toda a transparência.

Da leitura da Lei n.º 50/2012, na sua atual redação, resultou perceber-se que o objeto social da MirCom não se coaduna com o disposto no art.º 10.º da referida Lei, a qual, em 2012, veio trazer profundas alterações aos pressupostos subjacentes à constituição da MirCom em 2007.

Com efeito, a celebração do Contrato-Programa, sem que a associação assegure o conjunto de serviços de interesse geral devidamente elencados na norma supra referida – e que não são os constantes no seu objeto social –, ficará, desde logo, comprometida, conforme é referido no parecer da Direção de Serviço 74/2017, de 31 de março de 2017, da CCDR-C, sobre a

temática “Associações participadas pelo município; Associações de direito privado com influência dominante das entidades públicas participantes; Contratos-Programa”.

No referido parecer pode ainda ler-se o seguinte: “(...) com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2012 ficou proibida a atribuição de subsídios ao investimento a quaisquer entidades constituídas/dominadas ou participadas pelos municípios(...) Porque se trata de uma associação da qual a autarquia é associada, não pode estar conceder àquela qualquer subsídio – o que não aconteceria se a Câmara Municipal não fosse dela associada, como resulta do disposto no art.º 33.º, n.º 1 alínea o) do Regime Jurídico das Autarquias Locais”.

A celebração de Contrato-Programa tem de ser obrigatoriamente aprovada em Sessão de Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara; a dispensa dessa aprovação é aplicável apenas no caso de Contratos-Programa celebrado com a entidade da qual o Município não faça parte.

Em todo o caso, tem sempre de ser comunicado à Inspeção Geral de Finanças e não poderá ser confundido com duplicação de subsídios, muito menos assemelhar-se a uma prestação de serviços.

Na deliberação, tomada por unanimidade em reunião de Câmara de 28-03-2007, não há evidências para se concluir que o pedido de subsídio de 50.000,00 € aprovado para a MirCom se destinasse à constituição de um Fundo Associativo com o objetivo de demonstrar influência dominante da Câmara, embora se deva considerar que, à data (2007), não havia essa preocupação ou necessidade, já que a questão só surgiu em 2012, com a Lei n.º 50/2012 e apesar de constar como tal em Relatórios de Contas devidamente aprovados.

Portanto, o Fundo Associativo não se encontrava – nem encontra – verdadeiramente criado e regulamentado, como deveria ter sido, nos termos previstos no artigo 29.º dos Estatutos.

Neste contexto, cumpre esclarecer publicamente que a Câmara não se “está a desonerar de 50% do valor que tem na Associação MirCom”, aliás não se está a desonerar de valor nenhum. Ou seja, como nunca foi constituído o Fundo Associativo e não existindo um Capital Social, como resulta da própria natureza desta coletividade – Associação Sem Fins Lucrativos –, não se alcança o intuito de algumas afirmações que foram proferidas.

Esta questão da “influência dominante” até poderia ser considerada se a MirCom prosseguisse os objetivos/atividades referidos no parecer e na proposta à Reunião de Câmara em 19 de novembro, tal como decorre da Lei n.º 50/2012. Em todo o caso, a situação é – e foi – irregular, na medida em que a ACIM, em bom rigor, teria de ser excluída, em virtude de nunca ter concretizado qualquer capital para o Fundo Associativo e, assim, deixava de fazer sentido a Câmara ficar como “associado único”.

Sobre a quota anual, no Parecer, a Informação de Direção de Serviços 1808/2019, da CCDR-N, de 19-02-2019, é claramente referido que, pese embora o pagamento de uma quota anual por parte das autarquias locais em associações que prossigam fins de relevante interesse público local seja legalmente admissível, tal pagamento não poderá configurar a natureza de apoio financeiro.

De resto, no mesmo parecer vem ainda mencionado o seguinte: «No entanto, se o município não participar na Associação – isto é, se não for seu associado – poderá conceder-lhe apoio, caso se verifiquem todos os requisitos legais, sendo de realçar que qualquer apoio concedido tem de se destinar às atividades de interesse municipal desenvolvidas pela referida Associação.»

Em síntese:

- A Lei n.º 50/2012 veio trazer o despropósito de a Câmara Municipal continuar como associada da MirCom, na medida em que, nesse caso, não pode conceder-lhe qualquer apoio financeiro para o desenvolvimento das suas atividades.

- No seio da MirCom, nunca foi constituído nem regulamentado o “Fundo Associativo”, como previsto nos Estatutos. Estamos a falar de 2007.

- Uma associação sem fins lucrativos, como é o caso da MirCom, não tem capital social. Por isso, falar de participação de 50% nunca teve qualquer sentido. Este “princípio” sempre foi dúbio e será até caso para perguntar: Onde é que estão os restantes 50%?

Obviamente que o futuro da MirCom passará por outros associados. A MirCom será certamente para manter se for esse o objetivo, esperando sempre que a Câmara não seja um obstáculo, mas seja um promotor do desenvolvimento local, com a preocupação essencial de não “engordar” as associações de forma a torná-las completamente insustentáveis e criando problemas gravíssimos na gestão financeira.

Temo dizer que se esta proposta não for aprovada, de facto, estão em causa os postos de trabalho. Mais do que estamos realmente a fazer e a lutar para esta manutenção, não pode ser feito.

Esta questão tinha que vir sempre à Assembleia Municipal, obviamente tem que se votar em consciência, mas queria também partilhar o nosso parecer sobre estas questões, sabendo de antemão que os problemas da ACIM e da MirCom não foram criados nos últimos três anos. Existem desde a Reginorde, desde os tempos da passagem do milénio, ainda sobre o pagamento do fogo-de-artifício do ano 2000.

É sobre isto que tenho que vos falar, por isso, estou disponível para questões suplementares.

----- O Senhor Deputado Municipal PAULO PINTO (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, com tantos assuntos importantes para tratar, vem numa época em que o comércio tradicional está a passar pelas dificuldades que está, vem a Senhora Presidente propor que a Câmara Municipal saia da MirCom.

Depois, a Senhora Presidente fez aqui uma ameaça, uma chantagem. Se não for “como eu quero” a votação, que é a aprovação da saída da Câmara Municipal da MirCom, os ordenados não são pagos? É essa a sua chantagem? Fica-lhe bem, Senhora Presidente, esta chantagem junto da Assembleia? Sinceramente, está-nos a maniar, está-nos a condicionar e eu que conheço os cinco funcionários que lá trabalham que têm andado constantemente com as suas vidas num “alvorço” desde que a MirCom e a ACIM é tema de discussão e deliberações nesta Assembleia Municipal.

Se bem se lembra, Senhora Presidente, por causa da ACIM, metade desta Assembleia já se ausentou, porque não foi capaz de prestar um parecer jurídico que tinha a esta Assembleia e agora mais uma vez. Só pode ser mesmo perseguição política e pessoal à



MirCom quando ela foi criada por causa do URBCOM da altura. Admitamos que poderá ter dado jeito à ACIM, mas cumpriu um papel fundamental, porque foi com ela que se implementou obras significativas junto do comércio tradicional.

Senhora Presidente, se a votação não for como a Senhora Presidente acha, não vão ser pagos os ordenados àqueles cinco funcionários que lá estão?

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, aqui fiquei um pouco confuso, porque por aquilo que me deu a entender, não sei se percebi mal, mas apresentou-me aqui um parecer que se refere a questões de participação dominante. Nós não temos participação dominante e no próprio documento diz isso. Então, não estou a perceber muito bem onde é que se aplica toda essa questão.

Depois, é exatamente aquilo que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* disse agora. Nós estamos a votar uma proposta que nos foi apresentada sem nenhum desses dados que acabou de dizer. Nós não podemos, apenas trabalhamos com aquilo que nos é dado, não podemos concordar consigo quando só nos diz metade das coisas. E aqui está em causa isso. Você apresentou-nos aqui dados novos, além de nos condicionar na votação ao dizer que se não votarmos a favor, não serão pagos os ordenados, que é isto que estamos mesmo a falar e nós ficamos numa situação em que “nem para um lado nem para o outro”, porque se de um lado temos uma proposta que efetivamente a fundamentação jurídica que nos apresenta se calhar não é a mais indicada, por outro lado, apresenta-nos outro conjunto de dados que não temos capacidade, neste momento, de dizer e comprovar.

Aqui, também deixo esta questão à Mesa. A partir de agora o que é que nós fazemos? Deixo esta questão para discussão.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito sinceramente, quem está confundido agora sou eu.

Independentemente das questões partidárias, quero votar em consciência. Estive agora a pensar em algumas coisas.

Queria que isto me fosse dito com alguma franqueza e alguma frontalidade.

Não sei de qual forma é que ficam melhor salvaguardados os empregos das cinco pessoas. Não sei qual é a função da MirCom atualmente e no passado. Não sei qual é a função da ACIM. Não sei se se sobrepõem uma à outra.

A MirCom tem cinco funcionários? Mas, então, não estão lá a fazer nada? Porque é que tem de ter cinco funcionários e desde quando é que os tem e para que é que os teve?

A conclusão que estou a tirar aqui, peço desculpa pela precipitação, é só uma questão política mesmo.

Não estou a perceber, sinceramente, e por favor – estou a falar de coração – esclareçam-me. De facto, quero que fiquem salvaguardados os cinco empregos das pessoas, que nem sei se conheço, pareceu-me que conheço uma ou duas pessoas.

Depois vejo a questão política, parece que vejo políticos de um lado com interesse naquilo, parece que vejo políticos do outro também com interesse naquilo, parece que vejo políticos de um lado que se querem ver livres daquilo, do outro lado também se querem ver livres.

Deve estar por trás muita confusão, sinceramente, e eu gostava de esclarecer isto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não há dúvida que há algumas questões que própria Mesa também ainda não entendeu. Para se votar em consciência, como Deputados que somos, pedia à Senhora Presidente o seguinte: Em questões jurídicas este organismo não é uma sociedade por quotas e a Câmara tem 50% de quê...? Não é uma Sociedade naturalmente mas é uma Associação com percentagens?

Deixo a explicação para a Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões. Bem sei que isto não é um assunto simples, fácil e que só veio a esta Assembleia, porque tem de ser resolvido.

A Câmara Municipal, tal como há pouco o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou do Hospital Terra Quente, a verdade é que há a proposta de venda das ações do Hospital Terra Quente que já foi aprovada há algum tempo, aqui, na Assembleia Municipal e vai ser efetivada.

Obviamente que todas as questões legais que envolve são questões legais bastante complexas. As autarquias, neste momento, têm legislação muito específica e estão vedadas às participações, por exemplo, entidades e sociedades, agora sociedade por quotas, antes sociedade anónima, com fins lucrativos, como são os negócios da saúde.

Por isso, quanto mais cedo a Câmara Municipal conseguir resolver estas questões, melhor é para o concelho, melhor é para o Município.

Portanto, em relação à questão da MirCom, não se trata de uma ameaça, não se trata de uma chantagem. Acho é que é uma questão meramente populista tanta preocupação com os ordenados dos funcionários e o Senhor Deputado era Deputado na altura quando estiveram cerca de um ano sem receber salários e não houve tanta preocupação.

Neste momento, a verdade é que estão sem receber salário e sem receber o subsídio de Natal, ou seja, têm dois salários em atraso. Portanto, dizer que esta foi a solução que melhor satisfaz os preceitos legais e os pareceres que tivemos juntamente com o Gabinete Jurídico e com o Revisor Oficial de Contas, chegamos à conclusão que esta seria a melhor solução para salvaguardar os empregos, para salvaguardar as pessoas, porque se falarmos em política, não estamos a falar da política partidária, estamos a falar da política pública. A vontade política enquanto entidade pública, enquanto gestora da Câmara Municipal, neste momento, é dizer-vos que se

pudesse por em causa quer a ACIM, quer a MirCom e posso dizer que, para mim, este assunto antes de entrar para a Câmara sempre foi muito confuso, eu partilho das vossas preocupações, porque até que ponto é que conseguimos separar as duas associações, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e a Mirandela Comercial, se os fins poderão ser os mesmos. Percebi entretanto que a Mirandela Comercial tinha um propósito de implementar no terreno um projeto comunitário – URBCOM – e que entretanto tem feito candidaturas a fundos comunitários no âmbito da formação que é impossibilitada à Associação Comercial de o fazer.

Ou seja, são problemas de empregos precários há 20 anos, alguns há 15, há 14. Portanto, não é há três anos que os empregos ficaram precários. Os empregos estão precários há 20 anos. Por isso, cada um tem que votar em sua consciência, obviamente. Não se trata de ameaças, nem chantagens. Estou a ser o mais transparente possível a colocar-vos o problema, como me foi colocado a mim, porque a mim este problema também foi colocado nestes moldes. É esta a situação que temos e é uma proposta de solução. Se por acaso tiverem outras propostas de solução para por “em cima da mesa”...

Já foram obtidos diversos pareceres, a Câmara Municipal não tem interesse nenhum em acabar com a MirCom, bem pelo contrário. Como não teve interesse a acabar com a ACIM, porque a ACIM estava condenada pelas dívidas, pelas penhoras que tinha dos fornecedores. Desde que entrei na Câmara Municipal e até agora tem mantido, aliás, tem crescido até, porque esta Câmara, pela política que está a fazer, sem conflito com a política partidária, como vocês querem sempre fazer envolver nestas questões, até colocou o Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor na Associação Comercial que tem dado muita visibilidade e que tem feito um trabalho meritório para a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só uma interpelação à Mesa relativamente a este ponto.

Nós agora vamos votar aquilo que nos é apresentado como proposta do Município e a justificação que lá consta não é a mesma que foi dada pela Senhora Presidente. Há um conjunto de dados novos que a Senhora Presidente deu aqui que podem influenciar e muito a votação.

Não sei até que ponto será bom prosseguirmos com esta votação e deixo isso à consideração da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Parece que a Senhora Presidente já esclareceu o que tinha a esclarecer e não tem mais nada a acrescentar. Sendo assim, vamos avançar para a votação.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR*, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA*, o Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* invocaram o art.º 9.º e as alíneas a) e b), n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos contra, seis abstenções e 21 votos a favor, não aprovar a desvinculação do Município de Mirandela como associado da Associação MirCom.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei contra, porque na proposta que nos foi apresentada não encontro razões suficientes para esta desvinculação e, volto a dizer, segundo os novos dados que a Senhora Presidente deu aqui poderíamos mudar completamente a votação, mas quisemos prosseguir, acho que mal, mas vamos ver o que vai dar.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A Democracia é um ato de legalidade e dignidade. Viva a Democracia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei contra, porque é um erro recorrente da Senhora Presidente não fundamentar devidamente as suas propostas e percebemos que a votação se, porventura, fosse no sentido contrário, seria feita de forma inexplicada e muito mais. Ficamos sem saber se os funcionários da ACIM vão receber os seus ordenados ou não, até porque têm dois meses em atraso e isso não pode ser motivo de elogio e de cumprimento daquilo que está a ser, neste momento, incumprido.



----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei contra, porque o enquadramento dado a esta proposta proveniente da Câmara Municipal não era suficiente para outro tipo de votação. Não vi explanado nessa certidão fundamentação objetiva e que não fosse facilmente rebatida como foi aqui no debate que tivemos. Por isso, votei contra e se houver dados novos a certidão que venha com esses dados para a votação ser de outra forma.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Abstive-me, embora entenda por bem que as Câmaras Municipais não devem participar neste tipo de associações, nem de sociedades. Por isso mesmo votei anteriormente a favor da saída da Câmara na participação do Hospital Terra Quente. Esta minha abstenção tem a ver com uma questão muito sensível que são os problemas laborais e entendo que neste processo não foi apresentada qualquer salvaguarda, prevenção ou um plano estabelecido, plano B, que venha colmatar esse problema. Para mim as pessoas estão em primeiro lugar.

4.3 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2021.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto:

1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2021;

2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais um ano a terminar, sem que seja apresentada uma nova proposta de Orçamento.

Cerca de 3/4 do mandato estão cumpridos, com tantos projetos e iniciativas que ficaram por cumprir. Será desta que este Orçamento devolverá aos mirandelenses, a boa esperança propagandeada pela candidatura do outro caminho?

Esta é a pergunta que estará nos boletins de voto e que irá a sufrágio em outubro do próximo ano.

À semelhança de anos anteriores, os valores totais orçamentados constituem um número astronómico, cerca de 39,5 milhões de euros, que representa um aumento de 3,5 milhões de euros, em relação ao orçamento do ano anterior, que era de 36 milhões de euros.

As Grandes Opções do Plano, têm uma dotação de cerca de 25 milhões de euros, sendo 50% da verba, isto é, 12,5 milhões de euros, justificada para gastos com ações sociais, onde prevê prestar várias ajudas, uma das quais, a vários empresários, pelo que nos ocorre perguntar-lhe, que apoios previstos são estes a favor dos empresários, visto ser ano eleitoral?

Este Orçamento demonstra-nos que vai ter mais dotação livre, que seria expectável, visto que muitas das rubricas não têm sido executadas na sua totalidade, o que automaticamente serão cabimentadas para o orçamento seguinte, mas diz também que irão ser gastas no setor da ação social.

A despesa de capital comparativamente a 2021, aumenta 1,3 milhões de euros, número que deve ser realçado. Ao nível das transferências do estado, o Município vai ter mais receitas ao nível do IVA, que em relação a 2019 aumentaram 1,5 milhões de euros e comparativamente a 2018, aumentaram cerca de 2,2 milhões de euros. Esta nova fonte de receita, que tem aumentado no seu mandato, tem-lhe possibilitado a folga suficiente para baixar o IVA e o IRS, o que a deixa quase sem glória na promessa eleitoral de baixar impostos municipais, aos olhos dos mirandelenses.

Dadas as transferências de competências verificadas do poder central para os Municípios, tanto as receitas correntes como as despesas correntes aumentaram em montantes significativos, sobretudo para pagamento de salários.

Postos estes considerados sobre os números dos documentos previsionais apresentados, com rubricas orçamentais cada vez mais aumentadas, a Senhora Presidente acha que tem feito a diferença na apresentação de projetos estruturantes e de valor acrescentado a favor das pessoas e das empresas locais? Gostávamos de obter uma resposta da sua parte, porque, Senhora Presidente, se bem me lembro, em Mirandela, nos últimos tempos, sem época covid, só mesmo o cantor de música pimba *Emanuel*, contratado para a festa de final de ano 2019, cantou mais alto, porque faltaram outras festas e inaugurações bem mais a preceito e a gosto dos mirandelenses.

Senhora Presidente, o grupo municipal do PSD, já dá como certo que no final do próximo ano, estaremos aqui novamente a votar uma modificação orçamental com a redução de cerca de 6 a 9 milhões de euros, pois são tantos os concursos de obras que têm ficado vazios e as modificações orçamentais a verificarem-se, os mirandelenses, mais uma vez, veem goradas as suas expectativas em relação ao investimento necessário para o desenvolvimento do concelho.

Senhora Presidente, é fácil ler este documento pelo que nele está inscrito e pelo que não está inscrito.



Não apresenta, Senhora Presidente, uma estratégia clara de desenvolvimento para o concelho, que sinalize um rumo forte, capaz de criar novas sinergias positivas para o concelho.

Por exemplo:

No setor da Saúde, o Hospital de Mirandela tem o seu serviço de urgência com a classificação de médico-cirúrgica, mas que não passa do papel e que nunca, em momento algum, vimos a Senhora Presidente reivindicar esse verdadeiro estatuto a favor do Hospital, que tão importante papel desempenha a favor da população de Mirandela;

Na área Social, tão importante nos dias de hoje, não foi capaz de construir um novo Centro de Saúde e prestar apoio a outros idosos que têm o mesmo direito;

Ao nível da Educação, apesar de lhe reconhecer o investimento que fez em equipamentos e sentir da sua parte uma constante preocupação para que nada falte ao Agrupamento de Escolas de Mirandela e aos seus alunos, Senhora Presidente, as verbas por si gastas ao longo do seu mandato, ficam muito aquém das verbas despendidas pelo anterior Executivo, pelo que devia ter ido mais além nos apoios tecnológicos, ainda que a competência da digitalização das escolas continue na esfera do Governo.

Então ao nível do Ensino Superior, onde o anterior Executivo investiu tanto dinheiro e num ambiente tão difícil com a construção do Edifício aqui atrás de nós, o seu Executivo não foi capaz de continuar o projeto, com a resolução do alojamento local, construindo ou adaptando para o efeito, um espaço, satisfazendo assim as reivindicações dos jovens estudantes universitários que nesta terra desenvolvem os seus estudos;

Nas áreas tão importantes para o desenvolvimento do concelho, como a Agricultura, o Turismo, que desempenham um papel primordial ao nível do emprego e da empregabilidade, não apresenta medidas diferenciadoras e de alavancagem a favor da economia local.

Sobre a Agricultura no concelho, os projetos não passam de meras intenções. Organizou alguns fóruns onde as conclusões, por vezes brilhantes, não passam de promessas sem fim à vista nas suas concretizações;

O setor do Turismo, sendo uma área prioritária para a riqueza do concelho, apesar de todo o *show off* televisivo de um ou outro programa, não vislumbramos qualquer rubrica inscrita neste Orçamento para a promoção e divulgação de forma meritória do concelho.

Por outro lado, é evidente que a maior afirmação do potencial turístico do concelho, são como os exemplos dos investimentos previstos e já anunciados, que trarão bom nome ao concelho e melhor economia local.

Devo referir neste item, que a requalificação de algumas praias fluviais em alguma Freguesias, achamos serem da maior importância para o concelho e para as Freguesias;

Nos setores do Comércio e da Indústria, vejam só Senhores Deputados, a demagogia da Senhora Presidente da Câmara, ainda não conseguiu iniciar a obra da Expansão da Zona Industrial de Mirandela, pouco ou nada investiu no Complexo Agro-Industrial do Cachão e vejam só, já anunciou a “sete ventos” aos empresários a construção ou a planificação de uma nova Zona Industrial para o concelho, ao que pergunto se é na Vila Torre de Dona Chama, porque nesta localidade não projetou e construiu obra efetiva durante o seu mandato, daí a minha pergunta – qual o local previsto para a sua construção?;

Ao nível da Cultura, Senhora Presidente, em que situação se encontra o Protocolo com a Fundação de Serralves, porque os Museus e espaços culturais continuam fechados aos fins-de-semana, quando com a sua eleição foi criada a ilusão do contrário.

Senhora Presidente, depois de ter o privilégio de ter inaugurado as obras herdadas, propõe-se melhorar um número significativo de equipamentos e espaços públicos:

- Os passeios da Ponte Machado Vaz/Ponte Nova;
- A Rotunda do Hospital/Golfeiras;
- A Expansão da Zona Industrial;
- A Requalificação dos Bairros do GAT e Operário;
- O acesso ao Parque José Gama;
- A Estação de Camionagem;
- A Estação do Caminho de Ferro de Mirandela.

São obras de facto muito importantes. O PSD gostava de as ter realizado, mas já que no momento é de todo impossível, resta-lhe a esperança de as inaugurar no próximo mandato, quiçá.

A implementação da Agenda 2030, só deixará de ser um momento de sociabilidade política interessada em ano de eleições, se com isso e de forma integrada consagrar propostas nas vertentes económicas, sociais e ambientais, construídas num amplo consenso para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.

Senhora Presidente, continuo pouco ou nada esclarecido, sobre o verdadeiro problema que este Orçamento pretende atacar. As obras são importante, mas não chegam.

A falta de criação de emprego é senão o principal flagelo do concelho. Este Orçamento, conjuntamente com os 3 que já operacionalizou, tem criado postos de trabalho o suficiente? A criação de emprego é a melhor política de natalidade e anti envelhecimento que pode existir a fim de contrariar o envelhecimento demográfico que nos atinge. A estimulação do investimento, a geração de confiança no seio dos investidores e o apoio aos empreendedores, permitirão a criação de emprego, são políticas de anti envelhecimento mais determinantes e sustentáveis do que qualquer outro tipo apoio direto, mas efémero como se possa atribuir às famílias, como por exemplo a baixa dos impostos IMI e IRS.

Continua em detrimento de outras causas, a não adoção de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e colocar o Município na linha da frente;

Ao nível da Mobilidade, não basta contruir mais ciclovias, se depois não se criam programas paralelos a formar civicamente munícipes a integrarem no seu cotidiano o uso da bicicleta, se depois nas suas escolas ou locais de emprego, não terem espaços seguros e vigiados para atracar o seu meio de transporte.

Retoma tardiamente o plano de requalificação das estradas municipais, pelo que os Senhores Presidentes de Junta podem ter promessas feitas, mas as estradas pavimentadas a tempo das eleições já não vai ser possível concretizá-las.

Senhora Presidente, ficou patente a sua fraca capacidade de executar Orçamentos. Em ano de eleições autárquicas, vai colocar toda a sua energia neste Orçamento. O sucesso deste Orçamento é também o sucesso de Mirandela.

O PSD estará atento a todos os seus movimentos e criticá-la-á politicamente sempre que ultrapassar as regras democráticas e de boa convivência. Em política não vale tudo. Mas nas últimas eleições valeu mesmo tudo para derrotar o Executivo do PSD.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2021, sendo os principais documentos de planeamento do Município, espelham clara e inequivocamente as opções de gestão, o seu financiamento e os compromissos, que o atual Executivo se propõe realizar em 2021.

Se no passado ano, aqui estivemos a discutir um documento num cenário de suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, que acabou por acontecer no final de 2019 e, apesar de retirado o garrote financeiro que obstaculizou a retoma do programa eleitoral deste Executivo, sufragado pelos munícipes em outubro de 2017, a sua execução, foi uma vez mais abruptamente condicionada pelas contingências da pandemia.

Atualmente, todos temos consciência do cenário de instabilidade económica e financeira que nos vai continuar a afetar no próximo ano, daí que, a definição deste Orçamento deve espelhar as necessárias provisões para enfrentar o imprevisto, assumir os compromissos da delegação de competências da Administração Central, dos encargos com a dívida e a execução dos projetos de investimento, entre outros, tudo em articulação e convergência com o programa eleitoral assumido com os mirandelenses e no mais rigoroso respeito pelas regras do equilíbrio orçamental e financiamento, como realizado e refletido até à data, na dinamização da dívida do Município e na diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

De facto, se este Executivo soube estar à altura do difícil desafio gerado pelo grande impacto social negativo, causado por esta pandemia, com a criação e aplicação de um conjunto de medidas tais como: a isenção da cobrança das taxas aos feirantes, a isenção da cobrança do estacionamento, a criação do Cartão do Comércio local, a diminuição do prazo médio de pagamentos para 112 dias, estando neste momento nos 60 dias, isenção de 1 mês na cobrança da água, o fornecimento de computadores portáteis para alunos do Agrupamento de Escolas, tudo importantes medidas de alívio para a vida de muitos, estou certo de que continuará a merecer a confiança dos mirandelenses neste próximo ano e nesta fase derradeira da pandemia.

Senhoras e Senhores Deputados,

Este Orçamento está alinhado com o compromisso das promessas feitas às legítimas expectativas dos mirandelenses. Tal como prometido, o Executivo vai reduzir o IMI para a taxa mínima de 0,3% a aplicar aos prédios urbanos, vai manter a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes, vai devolver 3% do imposto arrecadado em sede de IRS e, como fez nos anos anteriores, vai continuar a descentralização de competências e transferir uma verba superior a 800 mil euros para o Orçamento das Freguesias, dando-lhes a autonomia necessária para fazerem a sua gestão corrente.

A nível do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades do Município destacam-se pela sua importância a execução dos seguintes projetos: a requalificação do Complexo Agro-Industrial do Cachão, a ampliação da Zona Industrial de Mirandela, o investimento na rede viária municipal com a reformulação, reabilitação e qualificação de ruas e estradas, a criação de mais vias pedonais e cicláveis, o investimento na reparação de reservatórios de água, na conversão da iluminação pública da cidade e do concelho para LED, na renovação de praias fluviais, na plantação de novas árvores e a renovação de jardins, na renovação do auditório municipal, na requalificação da estação ferroviária e da estação de camionagem. A nível social, os apoios às instituições locais de solidariedade social, os planos relativos à habitação social com a reabilitação de edifícios, os apoios à educação como sejam a requalificação, modernização e manutenção de edifícios escolares, os transportes escolares e o reforço do parque informático com o fornecimento de computadores ao Agrupamento de Escolas de Mirandela, a promoção da Ação Social Escolar, a promoção da saúde pública, entre outros.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento para 2021 com um aumento de 9 pontos percentuais face ao Orçamento inicial do ano transato, justificado em grande parte pela transferência de competências da Administração Central e fundos autónomos, parece-me ajustado face à incerta realidade do estado pandémico a curto prazo, e equilibrado, face ao quadro macroeconómico a médio e longo prazo.

Honrando a palavra dada, este Executivo continua a reduzir a carga fiscal, permitindo a criação de mais liquidez para as famílias através da devolução de taxas e impostos e a diminuir a dívida a terceiros. Ao mesmo tempo, vai executar os projetos de investimento, não porque se trata de ano de eleições, mas porque as condições financeiras, em grande medida, planeadas e criadas por este Executivo o permitem e porque os mirandelenses merecem que o seu dinheiro público seja aplicado com o rigor e onde mais se justifica, para que todos possamos usufruir de um concelho mais coeso, equilibrado e sustentável, a nível económico e social. Daí o voto favorável que esta Assembleia deve dar ao Orçamento.

Votos de Boas Festas para todos e muita saúde para 2021.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Queria começar por dizer que sobre as Grandes Opções do Plano para 2021 e o Orçamento, nem tudo está mal, como é lógico. Há aqui obras referidas, a efetuar no concelho de Mirandela, que são importantes para o concelho de Mirandela. Mas, o que nos é apresentado demonstra que afinal a cidade e as aldeias ainda não estavam tão bem como se apregoava aqui há três ou quatro anos. Ainda há muito para fazer e parece que, já se falou aqui, não é só como está programado, ainda fica muita coisa por fazer.

No entanto, a sensação que eu tenho ao analisar este Orçamento e este Plano, esvanece-se no sentido de me parecer que é um pouco mais do mesmo. Isto é, que “este caminho” que a Senhora Presidente tem apregoado vai bater quase ao mesmo, porque há atitudes que têm sido tomadas em que o resultado obtido é semelhante ao anterior.

Portanto, não vejo aqui aquilo que era necessário ver, para além destas obras referidas que são importantes, como digo, mas aquilo que era necessário, que era preparar o futuro do concelho de Mirandela, dos nossos filhos, dos nossos netos e nós enquanto vivemos aqui, eu não vislumbro. Por isso, faço já um pedido à Senhora Presidente, porque o documento é extenso, as letras muitas vezes são “miudinhas”, é difícil de nós vermos, posso estar enganado, por isso, a minha intervenção é no sentido de ficar mais esclarecido.

Penso que as grandes obras, chamar-lhe-ia obras estruturantes, não grandes obras, porque às vezes uma obra pequena pode ser uma grande obra desde que vá ajudar/beneficiar as pessoas e a vida das pessoas no dia-a-dia, portanto, as obras estruturantes para o concelho de Mirandela, que já referi aqui em outras intervenções anteriores e que não desenvolvo, porque não é o lugar adequado, o tempo passa e estamos a falar do Orçamento, mas que deviam, na minha opinião, estar contempladas e não estão. São importantes para o desenvolvimento de Mirandela, para o futuro de Mirandela. Caso contrário, caímos no definhamo do concelho e da cidade de Mirandela.

Não haverá desenvolvimento em Mirandela sem essas obras estruturantes. Posso dar um exemplo concreto, que já dei aqui. A Feira da Alheira. A Feira da Alheira não mais poderá realizar-se nos moldes em que era realizada, dado o aparecimento da COVID-19 e todas estas situações que vamos vivendo e gerindo.

Então, esta questão da COVID-19 tem dado lições a quem as quer aproveitar, para outros parece que não. Por isso, Mirandela precisa urgentemente de um espaço adequado para a realização de feiras temáticas, de eventos, um espaço que tenha uma componente fechada – um pavilhão mais adequado e preparado para tal – mas, por outro lado, que também tenha uma componente ao ar livre onde os pavilhões a instalar, os pavilhões dos expositores, possam ser colocados com o devido espaçamento e os corredores de acesso ou do público também, de modo que a questão que já referi aqui, que constatamos nas feiras anteriores, em que mal cabemos lá, não nos dá sequer tempo para podermos apreciar o pavilhão, os produtos expostos e podermos adquirir ou não. Isso tem que ser, não só a questão da COVID-19, mas também já era necessário, tem que ser remodelado, tem que ser ultrapassado, tem que ser preparado a rigor, com o espaço adequado e as condições de garantia em termos de saúde e não só, para que todos fiquem protegidos, conforme as regras de segurança que agora também foram alteradas.

Ao criar-se esse complexo, chamamos-lhe assim, de eventos, de feiras temáticas, de congressos – porque não? – e outras realizações, deveria programar-se logo um espaço alternativo para reuniões deste tipo. Nós vimos o que é que passamos hoje, o que é que estamos a falar, certamente alguns nem estão a ouvir-me como gostariam, como eu tive dificuldade em ouvir os anteriores e sem condições. Não temos um lugar para pousar os nossos documentos, para trabalhar. Estamos todos aqui a fazer um sacrifício para isso. Então, ao realizar-se uma obra dessas, já programar com um auditório preparado para esse tipo de reuniões.

Certamente concordarão comigo que esta é uma necessidade urgente para Mirandela, essencial para que a economia e o turismo não parem nem sejam adiados.

Com certeza que a Senhora Presidente e todos nós queremos que em fevereiro haja a Feira da Alheira, mesmo que a COVID-19 ainda continuasse, vem aí a vacina, não sabemos como vai ser, mas pode Mirandela ter menos infetados e podia haver Feira da Alheira, se houvesse condições.

Portanto, se vamos adiar estas situações, nunca mais. Daí, eu achar que no Orçamento deviam constar já para esta obra ou outra um estudo, um planeamento, no sentido de preparar o futuro de Mirandela.

Não pensem que é só este exemplo. Podemos dar outros exemplos que também contribuía muito para o desenvolvimento de Mirandela. Estradas de acesso a Mirandela, urge melhorar, com um novo traçado mais adequado ao Século XXI. Por exemplo, do cruzamento de São Salvador à Trindade que é uma estrada em que não são muitos quilómetros, mas permitia um acesso rápido ao IP2 e que “desencravava” para lá e para cá, para a vinda das pessoas para Mirandela de forma mais célere a atual.

Como por exemplo, também, de Torre de Dona Chama para Mirandela via Mascarenhas. Era urgente encontrar outro traçado e uma via mais rápida para chegar à sede do concelho. Ou do campo de aviação para Barcel, Abreiro, etc. e outras mais.

Já tiveram tempo, na minha opinião, nestes três anos, de programar esse tipo de obras que ajudavam a criar emprego, ao desenvolvimento económico de Mirandela e que ajudam a dar a Mirandela um protagonismo regional, nacional e europeu nestes setores de vitalidade económica, turística e social e não só.

Por isso, fico triste ao não encontrar este tipo de programação futura. Fico triste ao ver, por exemplo, que este ano não houve prova do azeite novo. Não haveria condições? Nem que fosse só um grupo representativo de ir a alguns lagares, fazer essa prova e divulgar o concelho de Mirandela. Gostava de saber se houve algum problema e porque é que não o fizeram, por exemplo.

Também podia falar, relacionado com isto, também me deixa muito preocupado, que é a questão do empréstimo. Vemos as outras Câmaras desde que o Senhor Presidente *Marcelo Lago* começou, mesmo já no tempo dele, mas a partir daí até agora vemos uma série de empréstimos sobre empréstimos e o endividamento que custou, como sabem, a situação que estava em 2017. Melhorou. Agora vem o empréstimo de um milhão de euros. Gostava de saber mais concretamente sobre isso, porque no fundo preocupa-me. Preocupa-me, porque se, por um lado, vamos ter um empréstimo e, por outro lado, reduz-se à taxa das receitas do IMI, por exemplo, que convém alertarmos que o IMI só vai beneficiar todos os proprietários que tenham as propriedades, porque quem não tem, não vai beneficiar, não vai lucrar, portanto, não vai ter mais dinheiro daí, como é lógico. Preocupa-me, porque poderemos estar a hipotecar o futuro de Mirandela.

Penso que o Senhor Deputado *Faustino da Cunha* irá também falar alguma coisa da visão dele, porque há aspetos positivos que estão aqui consagrados.

Deixo estas preocupações à Senhora Presidente, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a todos vocês.



----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A Senhora Presidente da Câmara, no Enquadramento Municipal, põe em evidência o Cartão Comércio, como sendo aquele que mais dinâmica apresentou. Facto que concordo.

Em contraponto a Gestão de Apoio aos pequenos agricultores, não passou de uma iniciativa efémera, segundo as suas palavras, afirmando também que não superou as vicissitudes, e não se aproximando dos reais problemas que foram surgindo.

Fica-lhe bem, Senhora Presidente, reconhecer que falhou, sobretudo num sector que deveria ser para si, tal como é, e foi para mim. Agricultura e agricultores. Por isso, o fracasso da Gestão de Apoio aos Pequenos Agricultores, deve imputar-se inteira a Vossa Excelência.

Relativamente à questão do Cachão, devo recordar-lhe que o diagnóstico que explanou no documento em análise, já foi há muitos anos identificado, discutido e até explorado, até à “raiz do cabelo”, e quem perdeu foi sempre o povo que vive da agricultura e no meio rural.

Contudo, perguntava-lhe Senhora Presidente, pelo que percebi, a Senhora pretende replicar a atividade do Complexo de há mais de 50 anos?

Que se pretende afinal, com o envolvimento das entidades do sistema científico e tecnológico (UTAD e Instituto Politécnico de Bragança)?

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Quanto à rede viária municipal, mais uma bandeira do outro caminho, usada e abusada na campanha de 2017, vocês acreditam na requalificação das vias inscritas no presente Plano e Orçamento?

Vale de Lagoa – Alvites; eu não acredito! Múrias – Regodeiro; eu não acredito! Fonte da Urze, Cobro e Rego de Vide; eu também não acredito! Vale da Sancha; também não acredito! Vilar de Ouro; eu também não acredito!

Então se falarmos da via São Salvador, Vila Verde, Freixeda, via que considero de maior importância estratégica para Mirandela, há mais de 40 anos que deveria ter sido transformada numa Via Nacional, vocês acreditam? Eu não acredito!!! Tudo isto consta no Plano de Atividades.

Finalmente uma palavra sobre as questões ligadas aos aumentos e diminuições das receitas:

Proponho que leiam a Declaração de Voto do Senhor Vereador *Manuel Rodrigues*, que demonstra claramente as razões de tais aumentos e diminuições e respetivas consequências.

O valor das receitas, propositadamente empoladas, que serão maioritariamente “derretidas” em despesas correntes, claramente direcionadas para a distribuição de “carinhos” “carnavalíssimos”, “pascoalíssimos” e outras “zinhas”, nomeadamente “campanhazinha”, em prejuízo dos investimentos necessários para fazer crescer e desenvolver a economia do nosso concelho.

Com um Orçamento de receitas de 39.500.000 euros, ao longo do próximo ano, (espero só até ao dia das eleições), cá estaremos para o executivo apresentar engenharias financeiras, propondo duas ou três revisões orçamentais de redução de receitas, com o único objetivo de esconder a vergonhosa taxa de execução orçamental, que estoicamente, os membros do PS votarão favoravelmente, esquecendo estes que, tais orçamentos criam expectativas aos agentes económicos de pequena dimensão, pequenos agricultores e pequenos comerciantes, fornecedores de bens e serviços à Câmara Municipal e que nesta altura vivem tempos de enorme dificuldade.

Por aqui me fico. Tenham um Bom Natal e um Bom Ano Novo.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só vou aqui falar duas palavras que é em relação à Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2021.

Dei uma vista de olhos ao Orçamento. É um Orçamento “charmoso”, “belíssimo” e “intimíssimo”, com uma ligação sem qualquer compromisso e é tudo retórica. Retórica que leva à persuasão, que leva à manipulação e que, por fim, dá lisonja. Esta Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2021, não é uma proposta de Orçamento que tenha na sua forma um conteúdo de manifestação. É prepotente e não aceita desafios *a posteriori*. É “Maria vai com todas” e não dá um horizonte, não dá uma metodologia séria para Mirandela. Vamos lá ver aquilo que vamos fazer a este tipo de Orçamento, vamos lá ver o que vamos fazer.

Uma das abordagens que faço também é que com tanta revisão que tem havido, qualquer dia chegamos a revisões tipo Assembleia da República com a COVID-19.

É incompreensível este ano e a Senhora Presidente devia saber isso, que não vai ter 39 milhões para o seu Orçamento. Mas isso qualquer leigo que tenha “dois dedos de testa” é capaz de desmistificar esta situação. Apresentando um aumento em relação ao ano passado, se não me engano, de cerca de 3 milhões de euros e não conseguindo fazer um Orçamento que tinha proposto para o ano de 2020 que estamos a terminar.

Portanto, estes 39 milhões de euros, chamo-lhe a isto uma “vacasagrada”. Se conseguirem isto é ótimo para Mirandela, mas tenho a certeza absoluta que isso não vai acontecer. Esta Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2021 é destruidora. Todos os conceitos de ética republicana, se queremos ser sérios com a política temos que ter ética republicana e isto não tem ética republicana. Faz-me lembrar as palavras de *Eça de Queirós* e faz-me lembrar das palavras de *O Malhadinhas, Aquilino Ribeiro*.

É enganar os mirandenses, como os têm enganado ao longo destes anos. Eu não vejo obras. Uma chancela a dizer assim: “Esta obra foi minha. Fui eu que a coloquei a concurso.” Eu não vejo nada disso. Que não me venha falar depois em Deloitte, porque tenho ali um anexo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – tenho ali e posso mostrá-lo – que a Senhora Presidente se precipitou. Ela não podia pedir à Deloitte diretamente. Teria que pedir primeiro ao Tribunal de Contas, à DGAL e à IGF e só *a posteriori*, se essas três instituições lhe dissessem para pedir – eles até têm o Procurador *Alexandre Coelho* que é ele que faz isso,

que me enviou, tem lá uma terminologia académica que não percebo nada daquilo – só depois é que a Câmara poderia então fazer um pedido de acerto direito, acho que é isso, convidando três empresas. Só depois disso, porque estava a Câmara em Plano de Saneamento Financeiro e, portanto, não poderia fazer isso de imediato, tinha que passar por essas três bases.

Eu recebo uma comunicação do DCIAP do Porto para pôr a Senhora Presidente em Tribunal e eu não pus. Eu disse: “Arquive-se, que não faço nada contra a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.” Do DCIAP do Porto, Rua Camões, que eu estive lá.

Não me venham falar aqui em legalidades ou ilegalidades. Não me venham falar nisso, porque eu tenho dados suficientes para dizer isto que estou a dizer.

Portanto, ao longo destes três anos, o investimento foi zero mais os reptos revelantes, peço à Senhora Presidente que me diga que vossa excelência pôs em marcha, que eu saiba, nenhum. Por favor, poder-me-ia esclarecer? Poi isso, peço à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Com isto, termino a Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2021.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É claro o esforço de convencimento na apresentação das Grandes Opções do Plano.

Passa-se de 43 páginas, para o ano de 2020, para se apresentar agora um documento com 63 páginas. Escreveu-se mais.

Este esforço de pormenor pode ter resultado de um maior conhecimento das necessidades e de alguns projetos já em curso, alguns já estão a ser realizados, pelo que se transmite a convicção de uma expectativa crescente da realização.

Embora o Plano e Orçamento seja um documento de intenções, alguns projetos representam, para mim, mera forma de gastar e não de investir, outros representam necessidades há muito manifestadas por mim, em representação do CDS-PP, nesta Assembleia.

A Requalificação da Central de Camionagem, já em curso, poderá contribuir para uma primeira impressão positiva de quem chega e para uma imagem de agradável recordação de quem parte.

Contudo, há um projeto que, por si só, justifica uma atuação determinada, de todos: O Plano de Transportes Públicos para o Concelho de Mirandela.

Como é do conhecimento da Assembleia, o CDS-PP tem pelas minhas intervenções nos últimos quase 10 anos, tem vindo a reclamar o fim do isolamento das populações rurais que, envelhecidas e sós, estão impossibilitadas do acesso a outras aldeias onde têm familiares e amigos, ou, o que é prioritário, a consultas nos centros de saúde e hospitais da cidade.

Dentro da cidade o serviço hoje prestado é, como já referi algumas vezes, indigno de uma cidade como Mirandela.

A expectativa de um serviço “Regular” ou “A Pedido” de transporte concelhio é um projeto de esforço de todos, pelo que me congratulo por isso.

Oxalá venha a ter realização! Assim espero.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cada Sessão que aconteça daqui para a frente até ao final deste mandato, para mim será sempre a última, como esta é a última vez que virei aqui de forma direta ou indireta, falar sobre o Orçamento, acho que fará todo o sentido também e permitam-me isso agora “à pala” do Orçamento, também ir fazendo sempre um balanço daquilo que eu acho que foi a minha prestação ao longo destes quase 30 anos, 30 anos não são 30 dias, nem 30 meses, são 30 anos de dedicação, acho eu, à causa pública.

Quando pela primeira vez me candidatei à minha Junta de Freguesia, eu tinha dois princípios muito bem definidos na minha vida que era, fazer tudo o que pudesse pela minha Freguesia, naquela altura uma aldeia só, acho que consegui, mas essa é a minha análise, é a minha avaliação, que não será a mais imparcial certamente e quando me candidatei pela primeira vez à União de Freguesias também para fazer tudo aquilo que pudesse e que fosse capaz de fazer, também acho que o fiz e também mais uma vez é a minha avaliação de forma muito parcial.

O outro objetivo com que eu me candidatei às Juntas de Freguesia foi, continua a ser e esse não o consegui, foi fazer com que o meio rural se pusesse ao nível do meio citadino e continuo a não encontrar explicação para perceber como é que há pessoas, 61 pessoas que estamos aqui, a grande maioria são originárias da aldeia e que só ouço falar em meio rural duas a três vezes por ano, ou duas a três vezes por mandato.

Ouçó falar no meio rural, quando é para a aprovação do Orçamento, ouço falar no meio rural quando é a aprovação da Prestação de Contas e ouço depois falar disso todos os dias, falar todos os dias no meio rural, que é na campanha eleitoral.

Depois, a não ser eu e peço desculpa por esta imodéstia, a não ser eu, não acontece uma única Assembleia Municipal em que não fale no meio rural, esse, pelo menos esse “louro” têm que me deixar atribuir a mim próprio e saio daqui insatisfeitíssimo porque nunca consegui fazer equivaler o meio rural com o meio citadino.

Mas também acho que cumpri com a minha parte, sinceramente acho que cumpri com a minha parte e acho que fiz tudo para que isso se invertesse. Infelizmente quer os Executivos, e vejam bem, mais uma vez eu estou a falar os Executivos, não estou a falar o Executivo, infelizmente mais uma vez os Executivos e os Senhores Membros da Assembleia Municipal, fizeram com que isso não acontecesse, fizeram com que isso não acontecesse, porque eu acho que é uma injustiça grande, vai ser outra injustiça este ano por este Orçamento, eu continuo a não perceber e aquilo que antigamente se falava, o FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, porque é que a Câmara Municipal de Mirandela recebe 12 ou 13, ou 15 milhões de FEF mas só o recebe porque existe o Franco, só o recebe porque existe Vila Boa, porque existe Contins, porque existe Lamas de Orelhão, Passos, todas as Freguesias, todas essas aldeias, porque se fosse só Mirandela apenas receberia, 7, 8, 3, 4 milhões, mas assim recebe 12, ou 13, ou 15 milhões de euros de FEF, mas metade desse valor não vai para as aldeias e depois querem que o concelho se desenvolva de uma forma harmoniosa, Mirandela tem 200, 300, 400, não sei, funcionários, quantos é que vão trabalhar nas Freguesias?

Mirandela tem uma Câmara Municipal?! Quantas vezes se deslocou às Freguesias?! Mirandela tem os serviços de transportes, quantas vezes vão às Freguesias?!

E não vou estar a falar, nem a debruçar-me mais sobre este assunto. Toda a gente sabe qual é a minha posição e não me venham dizer que só a defendo agora, porque alguns ainda quase não tinham nascido e já eu defendia esta posição, alguns não pensavam ainda que viriam a ser políticos, ou a ter responsabilidades políticas, já eu defendia estas posições.

Irei sair daqui, irei continuar onde continuar, irei sempre continuar com esta minha ideia, com esta minha opinião. Também tenho a certeza e desculpem mais uma vez a minha imodéstia, que o mundo rural vai perder muito, mas vai perder muito com a minha saída, mas quem decidiu quando entraria fui eu, com a votação do povo e quem decide quando saio sou eu, com vontade ou sem vontade do povo.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Falando um pouco do Orçamento, vou começar por fazer uma abordagem global, aquilo que nos é apresentado, na divisão que nos é dada pelos 5 Eixos.

Começando pelo I Eixo, fala-nos no Eixo do Crescimento Económico, emprego, competitividade e internacionalização e a primeira aposta que nos dá o Município, tem a ver com a questão da modernização administrativa. Este ano particularmente, acredito que seja uma prioridade, fruto também da situação pandémica que quase que nos esforça a ter de utilizar outro tipo de meios para cumprirmos com aquilo que é o desígnio da Administração Pública e por isso aqui é de salutar a introdução do MBWAY no pagamento das faturas, mas temos que lamentar a questão de ainda não haver aqui a introdução de um meio semelhante para o pagamento dos parquímetros, porque sabemos que às vezes é difícil ter os trocos para os parquímetros e já falamos aqui uma vez sobre a questão da introdução da Via Verde neste sistema e aqui seria de esperar também, fruto do atual contexto, que pudesse existir esta solução para os parquímetros.

Saudar também o investimento que é feito na formação dos Colaboradores visto que além de uma obrigação legal, é também uma forma de melhorar os recursos humanos, ganhando-se não só no presente mas também no futuro.

Passando para o projeto de requalificação do Complexo Agroindustrial do Cachão, aquilo que eu tenho a dizer, é que no dia 08 de setembro, tivemos a visita da Senhora Ministra da Coesão Territorial *Ana Abrunhosa*, visitou o Complexo e ficou a conhecer o Plano Estratégico de Revitalização do Complexo Agroindustrial do Cachão, a 04 de dezembro, o recém eleito Presidente da CCDR-N *António Cunha*, visitou o Complexo e ficou a conhecer o Plano Estratégico de Revitalização do Complexo Agroindustrial do Cachão e até disse que seria difícil o financiamento antes de 2022. Segundo a comunicação social, este Plano vai ser apresentado na CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes e posto todas estas informações, aquilo que nos é trazido a esta Assembleia é uma folha, uma folha com as explicações sobre este projeto, um projeto que vai ser estruturante, não só para o concelho de Mirandela, mas principalmente para o concelho de Mirandela e acredito que nós aqui já deveríamos ter mais explicações, até porque as apostas que estão a ser feitas no presente podem vir a ser irreversíveis no futuro e nós todos poderemos ter um contributo para dar sobre este projeto e por isso, deixar aqui também o apelo, para que se traga aqui esse projeto de revitalização e de requalificação, para que seja também analisado por esta Assembleia Municipal.

Sobre a questão da Ampliação da Zona Industrial, acho que tem sido tema de todos os Orçamentos e normalmente ouvimos sempre dizer nas dificuldades do projeto, na ausência de projeto, nas dificuldades técnicas e chegamos agora aqui, aparece novamente o Projeto de Ampliação da Zona Industrial. Não temos qualquer dúvida que tenham havido constrangimentos e que a preparação deste projeto, tal como falou na Reunião de Câmara e bem, que deve ser pensado agora para 10 anos, mas passaram-se três anos e não se avançou sempre por causa do projeto.

E por isso perguntamos, se já existe efetivamente o projeto? E se só agora existe projeto, porque é que nos anteriores Orçamentos contemplávamos sempre a Ampliação quando não havia projeto e não se poderia executar.

Passando para a questão do “Emprego Já”, eu confesso-me um cético da iniciativa “Emprego Já” e é uma iniciativa, que partiu na altura, do Executivo PSD, e confesso-me um cético porque à partida era um Programa em que haveria aqui um financiamento de todas as empresas que criassem postos de trabalho, mas, quando fui contactando com alguns empresários, vi que afinal não era assim um Programa tão apelativo e então decidi fazer uma análise sobre este Programa “Emprego Já” e os dados que eu solicitei ao Senhor Presidente da Assembleia remetem-nos para 2016 a 2018 e vemos que nesse período apenas foram concedidos 39 apoios em 90 espectáveis.

Foram apoiadas 33 empresas e de um total de 90 mil euros orçamentados, apenas se utilizaram 34 mil euros, cerca de 1/3 do que era previsto. Ora, como disse isto remete para 2016 a 2018, irei solicitar novos dados para aprofundar um pouco mais esta análise.

Mas acho que mais importante do que a falha na execução deste Programa, é os postos de trabalho que não foram criados e nós temos aqui também que compreender o porquê deles não terem sido criados. Não estamos a dizer de todo que se acabe com esta iniciativa, antes pelo contrário, mas que façamos um trabalho de repensar e ver porque é que ele efetivamente não está a ser tão apelativo e a criar os postos de trabalho que se exigia.

No Plano de Atividades vi que em vez dos habituais 20 mil euros que eram previstos para este Regulamento, este ano constam apenas 12 mil euros e gostávamos de compreender o porquê dessa redução.

Relativamente à internacionalização, aqui acho que aparece pouco mais além do título do Eixo, porque depois a única referência que tem a internacionalização vai para as vias municipais, mas ficam aqui as perguntas, o que é que se fará sobre a internacionalização? Onde iremos promover Mirandela no mercado internacional? Onde vamos colocar os produtos mirandenses no mercado internacional? E onde vamos buscar esse investimento internacional para ser alocado aqui em Mirandela?

Acreditamos que Mirandela é um verdadeiro oásis em Trás-os-Montes e que há uma série de potencialidades que precisam de ser exploradas e também internacionalmente conseguiremos promover, tal como têm feito outros concelhos.

Passando para o II Eixo – Comunidade, Equilíbrio Social e Intergeracional, começando na solidariedade e ação social, eu já o disse no último Orçamento e mantenho, aqui existem claramente algumas melhorias, isso fruto de alguns Protocolos e iniciativas que



têm sido criadas e por isso nós vemos com bons olhos todas as iniciativas que incutem esta matriz de solidariedade e de ação social na nossa sociedade.

Relativamente à habitação social, também são projetos com os quais concordamos, muitos deles também partiram dos Executivos do PSD e por isso também acreditamos que 2021, possa vir a ser um ano importante para a afirmação desta requalificação e desta reabilitação da habitação social, principalmente para aligeirar um pouco aquilo que foram as dificuldades que este ano nos incutiram e por isso a creditamos que 2021 seja um ano importante para esta questão da habitação social.

Sobre saúde, Senhora Presidente finalmente temos uma imagem da Unidade Móvel de Saúde! Foi promessa para os 100 dias, foi sucessivamente adiada ao ponto de fazer um verdadeiro “quatro em linha” estando prevista em todos os Orçamentos e agora, finalmente passados cerca de 1000 dias conseguiu-se cumprir a Unidade Móvel de Saúde e agora vamos tê-la nas nossas estradas.

Se podemos dizer que falhou na promessa, fazemos votos para que a Unidade Móvel de Saúde seja uma realidade para todos os mirandelenses e que ajude neste meio e neste ambiente difícil que vivemos.

Relativamente à educação, 2021 é sem dúvida um ano de desafios, não só pela questão da transferência de competências que nos dá estes novos desafios e além disso também nos atribui novas responsabilidades e aqui esperamos que o Município esteja consciente dos desafios que tem pela frente e que assuma com responsabilidade esta transferência de competências e que projete bem aquilo que é o futuro das nossas crianças, que são o nosso futuro.

E visto estarem conexas, aqui ligadas algumas questões, aqui quero falar também da requalificação de um edifício público para alojamento de estudantes, isto uma iniciativa que foi defendida por nós tanto aqui, como no Conselho Municipal de Juventude e também da questão da reabilitação da zona antiga da cidade, para alojamento de jovens casais, também muitas vezes por nós falada na questão da emancipação jovem.

Relativamente ao desporto, aqui só quero salientar uma questão, é falado no Orçamento que será criado um Regulamento para a realização da Gala do Desporto Municipal e que irá ter a intervenção do Conselho Desportivo Municipal. Ora bem, este Conselho do qual eu faço parte e eleito por esta Assembleia reuniu uma vez em 2019, penso ser muito pouco para uma cidade amiga do desporto como é Mirandela.

No III Eixo, relativamente à Coesão Territorial, Revitalização Urbana e Rural, neste ponto é-nos aqui apontada uma série de obras para todo o concelho, aqui não temos muito a apontar e seremos sempre a favor do que é a valorização de todo o concelho, de dotá-lo de infraestruturas que são necessárias à população. E gostava apenas só de destacar um pormenor que eu muitas vezes defendi, não aqui, mas dentro dos meus círculos mais íntimos, que tem a ver com o depósito de água da antiga Estação de Caminho-de-ferro, a meu ver eu acredito que é uma boa aposta e além de um elemento, recuperar a memória coletiva e de respeito do passado, acredito que ganhamos um bom cartão-de-visita também para a cidade de Mirandela e por isso também, saudar por esse investimento.

No IV Eixo - Valorização e Preservação dos Recursos Naturais e do Ambiente, destacamos os investimentos nos sistemas de de água e saneamento, Etar's e outras obras aqui contempladas e no V Eixo, apenas destacar a abertura, finalmente da Ecoteca e algumas infraestruturas turísticas que se pretendem criar.

Depois de vermos isto tudo, fazendo uma soma, ou resumindo aquilo que é a apresentação destes Eixos, encontramos aqui uma série de obras de requalificações, construções e mais obras e todas as aglomeradas no ano de 2021, sendo que muitos investimentos que aqui estão eram investimentos que deveriam ter ocorrido ao longo destes três anos e que agora são aglomerados para o final.

Da mesma forma definimos aqui cinco Eixos em que em nada contrariam aquilo que é a nossa visão para o concelho, mas que depois no seu desenvolvimento, vemos que pouco se interligam e não nos apontam necessariamente para aquilo que é o seu projeto futuro para Mirandela, sendo apenas quase um chapéu-de-chuva para abarcar todas estas obras e requalificações que se pretendem fazer.

Daquilo que nos salta à vista, parece haver aqui uma necessidade, um imediatismo para que se lancem todas as obras, sem que haja uma definição das próprias prioridades do curto, do médio e do longo prazo.

Olhando para os números numa visão global, vemos que a receita corrente corresponde a 68,36 %, a receita de capital 31,64 % e no orçamento da despesa, a despesa corrente corresponde a 57,70 % e a despesa de capital a 42,30 %. No que toca a esta distribuição, eu aqui contrário um pouco o que os meus companheiros acham, eu acredito que não há nenhum problema nesta distribuição em que as despesas e a receita corrente são maiores do que a receita de capital, isto porque o ano de 2021 implica-nos aqui alguma incerteza e essa incerteza obriga a uma despesa imediata e que muitas das vezes é nesta despesa corrente ou a chamada quase despesa de curto prazo que ela se deve enquadrar, principalmente face a esta incerteza com a Covid-19, os planos de vacinação e tudo o mais.

No entanto, a nossa incerteza vem com a questão de todas as obras e projetos que estão a ser lançados, se nos anos anteriores eram enquadráveis, neste ano parece-me demasiado otimista querer fazer tudo aquilo que não se conseguiu fazer nos anos anteriores. Não temos a mínima dúvida que eles são importantes, mas se olharmos para aquilo que é o Plano Plurianual de Investimentos, vemos um acréscimo de 2 milhões de euros comparativamente a 2020. Ora, este acréscimo pode-nos soar um pouco a algum eleitoralismo e até usando as palavras que o Senhor Vereador *José Cunha* já utilizou relativamente a outros Orçamentos em anos de eleições, parece ser um Orçamento ambicioso para parecer que se vai fazer muita coisa e a verdade acaba um pouco por ser essa. E aqui eu sei que entramos naquela dicotomia do “preso por ter cão e preso por não ter”, porque se nos anos anteriores acusamos de pouca ambição, agora criticamos porque somos demasiado ambiciosos.

Mas não é isso que se trata, acho que é necessário ter uma leitura daquilo que é o ambiente macroeconómico, tal como referiu o Senhor Vice-Presidente, daquilo que é expectável para o próximo ano e sendo um ano de incertezas não me parece recomendável ter toda esta expectativa de lançar todas as obras que existem e mais algumas, com uma incerteza que paira principalmente naquilo que é o setor da construção.

Fazendo também uma comparação entre a estrutura das receitas e despesas, aquilo que olhamos na distribuição percentual das grandes rúbricas, vemos que não há grandes alterações e se esta circunstância à partida pode não significar nada, por outro lado leva-me a fazer duas questões, a primeira, se nada muda porque é que vamos esperar resultados diferentes? E a segunda, se no passado, não só em 2020, mas também em 2019 e 2018, tiveram dificuldades em executar as grandes obras, tendo em conta estas



circunstâncias para 2021, como é que pretendem agora executar tudo e como é que esperam que tenhamos confiança neste Orçamento? Quando não conseguiram cumprir aquilo que estava previsto nos anos anteriores.

Avançando um pouco para o Balanço Previsional Plurianual, eu aqui, eu sei que é bom ser otimista e ser otimista é bom principalmente nestas circunstâncias e para enfrentar as adversidades, mas quando é em exagero torna-se perigoso e neste Documento parece-me existir demasiado otimismo. Segundo o Documento nos próximos 5 anos o total do ativo do Município irá duplicar, passando de cerca de 81 milhões de euros para 142,5 milhões de euros, principalmente graças ao crescimento dos ativos fixos tangíveis, o património também duplicará e o passivo irá reduzir em cerca de 4 milhões de euros. Eu aqui tenho que perguntar onde é que se baseiam para fazer esta previsão? Porque me parece demasiado otimista.

E posto isto, é com alguma insegurança e alguma desconfiança que olhamos para o Orçamento, nós acreditamos que o Orçamento não deve ser uma montra de ações e projetos, entendemos ter de ser um Documento de previsão e que deve ser além de realista, um Documento que espelhe o caminho para construir para Mirandela e para os mirandelenses.

Não basta apresentar projetos, não basta lançar ações, nem basta definir Eixos, +e necessário que todos eles se correlacionem formando o tal caminho que queremos para a sociedade.

Por fim, reiterar só esta preocupação, o facto de ser o maior Orçamento do mandato, 39 milhões de euros, segundo as previsões que têm acontecido nos anos anteriores a execução andará, antes de habitual redução que vamos falar no Ponto seguinte, em cerca de 62 %, isto normalmente antes dos ajustes que fazem no Orçamento. Tendo em conta o ano que se avizinha, tendo em conta a dificuldade que o setor da construção está a enfrentar, tendo em conta o crescimento de preços que esperamos para o próximo ano, como é que podemos ter confiança para estas obras todas que pretendem lançar no próximo ano de 2021.

Termino dizendo que nós apenas estamos preocupados, não somos da ótica “do quanto pior melhor”, apenas estamos preocupados com a execução do que possa acontecer.

----- O senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Explanar aquilo que o meu anterior colega comunicou aqui, a leitura do Orçamento cada vez mais dá a ideia e reporta exatamente naquilo que eu vou explanar.

Não vou entrar na questão técnica, porque repetimos sempre a mesma questão Orçamento atrás de Orçamento e comparando os Orçamentos não só de Mirandela, mas dos 12 concelhos que compõem o nosso distrito, vemos que não passa tudo da mesma questão, da mesma forma e a execução desses Orçamentos fica sempre aquém daquilo que se propõem como é dito em termos de Orçamento.

“O território não é um espaço morto, mas sim um espaço com vida social, económica, política e cultural, condicionadas pelas suas características naturais, onde a gestão do mesmo a partir de uma perspetiva regional não impede, antes implica uma visão integrada de todo do território nacional.

Ao longo das últimas décadas, os direitos fundamentais subtraídos aos transmontanos que agravaram as suas condições de vida e da vida que levam, não têm como causa o território ser interior relativamente ao litoral. A “interioridade” é o argumento que os responsáveis, PS, PSD e CDS, encontraram para branquear as suas responsabilidades e esconder as suas opções pela política de direita, essa sim, causa funda do agravamento das desigualdades e das assimetrias regionais.

Foi subtraído o direito à mobilidade. Foi subtraído o direito à saúde. Foi subtraído o direito à educação. Foi subtraído o direito à justiça. Foi subtraído o direito à proteção social. Foi subtraído o direito a serviços públicos de qualidade. Foi subtraído o direito ao desenvolvimento económico. Foi subtraído o direito ao progresso social.

E agora espantam-se: Não há gente no interior! E com isso multiplicam os programas para a coesão territorial, as unidades de valorização do interior, os *movimentos pelo interior* e Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, ZASNET, que mais não são que medidas avulsas, ajuntamentos do bloco central e espaços transfronteiriços sugadores de recursos comunitários para resolver coisa nenhuma.

O grave défice demográfico com que o país está confrontado e de que esta região é ilustrativo exemplo, é o resultado de uma política que, sem ir mais longe, entre 2009 e 2015 e apenas nos 12 concelhos do distrito de Bragança, encerrou 24 estabelecimentos de ensino e deixou os estudantes dos concelhos de Vimioso e Freixo de Espada à Cinta sem escolas secundárias, encerrou 32 % dos estabelecimentos do pré-escolar, ou seja, 40 dos 125 existentes e destes 39 eram públicos. Entre 2009 e 2017 reduziu para metade o número de estabelecimentos de ensino superior, 2 em Macedo de Cavaleiros, 1 em Mirandela, 1 em Bragança e 1 em Miranda do Douro, enviando para outras bandas mais de 150 docentes.

O grave défice demográfico é o resultado de uma política que reduziu o poder de compra às populações. Em 2017, quando já se fazia sentir a reposição de rendimentos, 7 dos 12 concelhos estavam abaixo de dois terços do poder de compra médio do país, Vinhais (58,3 %), Vimioso (62,6 %), Carraceda de Ansiães (61,7 %), Freixo de Espada à Cinta (63,6 %), Alfândega da Fé (64,6 %), Torre de Moncorvo (63,8 %) e Vila Flor (63,1 %) e os 12 concelhos no seu no seu conjunto divergiam da região norte em 23 pontos percentuais e da média nacional em mais de 30 pontos percentuais.

O grave défice demográfico é o resultado da acelerada sangria de recursos humanos, destruição de condições materiais e organizacionais, do encerramento e desclassificação de hospitais públicos na região e pasme-se que em pouco mais de 5 anos, alargando ao distrito de Vila Real, levou à instalação de 5 hospitais privados Terra Quente em Mirandela, Hospital da Luz e Trofa Saúde em Vila Real, Hospital Privado de Chaves, Terra Fria em Bragança e Valpaços.

O grave défice demográfico é o resultado de políticas agro-florestais inspiradas na Política Agrícola Comum da União Europeia e no estrito respeito das suas regras, tão amigas do interior e do minifúndio que caracteriza a região.

Os dados conhecidos e oficiais dizem-nos, por exemplo, que entre 1989 e 2009, 25 mil hectares de batata passaram a 11 mil, 44 mil hectares de centeio passaram a 29 mil, no trigo a redução foi de 2/3, na vinha desapareceram mais de 20 mil hectares, o número de bovinos reduziu 2/3 de cabras mais de 50 % e de vacas leiteiras a redução foi de 10 mil cabeças.



Pois, mas e o olival que tanto marca a paisagem dos concelhos da terra quente? Esse registava em 2009 uma evolução positiva, mais 21 mil hectares, mas não tinha em força a concorrência da produção intensiva no Alentejo e Ribatejo e veremos com o Recenseamento Agrícola de 2019 qual a realidade, quer em relação ao olival, quer em relação às explorações abandonadas, quer em relação à concentração da propriedade, quer em relação a outras produções e difícil será que o cenário seja menos negro.

Ora a Constituição da República Portuguesa, de entre muitas coisas, na parte da organização económica, incumbe prioritariamente o Estado de *“promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os setores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior”* define como objetivos dos planos que concretizem esta incumbência *“promover o crescimento económico, o desenvolvimento harmonioso e integrado de setores e regiões, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica, com as políticas social, educativa e cultural, a defesa do mundo rural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português e no que toca particularmente à política agrícola à cabeça coloca com o objetivos “aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infraestruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes ao reforço da competitividade e a assegurar a qualidade dos produtos, a sua eficaz comercialização, o melhor abastecimento do país e o incremento da exportação”*

Sucessivos governos, PS, PSD e CDS, como fizeram o contrário do que a CRP consagra, consideram que o problema não está nas suas políticas, mas sim na própria Constituição.

Nós, os comunistas acompanhados por muitos patriotas e democratas, consideramos precisamente o contrário. É na CRP que residem as soluções para responder às desigualdades e assimetrias regionais. Consideramos que integrado num plano mais vasto de desenvolvimento do país, orientado por outra política alternativa às opções das últimas décadas, uma política patriótica e de esquerda, onde o cumprimento da CRP é um dos eixos fundamentais, deve existir um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.

Um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional que partindo da imperiosa necessidade de valorizar o trabalho e os trabalhadores, reformados e pensionistas, reforçar e qualificar os serviços públicos essenciais, de uma política fiscal mais justa na distribuição da riqueza criada, de efetuar o Estatuto da Agricultura Familiar, de discriminar positivamente nos Orçamentos do Estado e dos fundos comunitários, os territórios atingidos pela desertificação, de concretizar a criação de regiões administrativas e apoiar a atividade de micro e pequenas empresas, deve no Plano Regional, entre outras:

- Projetar o Complexo do Cachão como uma unidade industrial pública, pensada no aproveitamento integral do potencial agrícola da região e na valorização da produção nacional, funcionando como um ponto de recolha, transformação e escoamento de toda a produção agrícola da região, constituindo-se assim, um elemento de apoio e incentivo à produção, garantindo o escoamento dos produtos a preços justos ao produtor e criando emprego de qualidade, e não como a lixeira a céu aberto que foi nos últimos anos e agora o Polo Tecnológico em que o querem transformar;

- Reativar o caminho-de-ferro, nomeadamente as linhas do Tua, Sabor, Douro e Corgo, moderno e rápido com ligação a Espanha para transporte de passageiros e mercadorias, assegurando o seu caráter público, e não a sua transformação em ciclovias;

- Efetivar as compensações para a região por parte das empresas de produção de energia;

- Implementar um Programa de Apoio à Agricultura Familiar nas áreas da promoção, embalagem e comercialização dos produtos agrícolas, com uma Comissão de Acompanhamento integrada pelas Associações de Agricultura e representantes do Ministério da Agricultura;

Concretizar um Entrepósito Comercial de Produtos Agrícolas Certificados, com Denominação de Origem Protegida, integrado no Complexo Agroindustrial do Cachão;

- Reabilitar a indústria extrativa no distrito de Bragança, designadamente do complexo mineiro relativo às Minas de Ferro de Torre de Moncorvo, numa lógica de valorização e aproveitamento dos recursos naturais e não por via da entrega à lógica de exploração dos recursos naturais das multinacionais;

- Definir um plano regional de melhoria e ampliação da rede viária, assegurando a ligação de todos os concelhos à rede nacional de autoestradas e a ligação destas aos principais aglomerados populacionais e zonas industriais;

Elaborar um plano integrado e sustentado do regadio na região, de forma a aumentar todo o potencial agrícola, principalmente do Vale da Vilariça;

- Pensar regionalmente um programa de desenvolvimento do turismo, articulado entre as autarquias e com envolvimento de entidades públicas como o ICNF e o IPB, que promova, valorize e defenda as características naturais e paisagísticas da região e a sua diversidade cultural que não se coaduna com uma lógica de turismo de massas, nem dinâmicas de “capelinhas”;

- Adotar medidas de valorização e diferenciação dos produtos endógenos e das raças autóctones, por via da sua garantia de qualidade e características únicas.

Exige políticas integradas de valorização do território. Exige uma rotura com a política de direita, a realização de uma política alternativa; patriótica e de esquerda, uma alternativa política que a concretize, que tenha ca Constituição da República Portuguesa o seu guião e no horizonte os Valores de Abril no futuro de Portugal.”

E para terminar, podíamos continuar aqui a enumerar as várias carências que temos no nosso concelho e na nossa região e só concretizando para definir, aquilo que tem de ser uma estratégia de desenvolvimento não só do nosso concelho, mas da região, infere-se que para o ano vamos estar aqui a falar de mais 39 milhões de euros de Orçamento desta Câmara Municipal, como de outras todas aqui do nosso distrito, mas o que é que continuamos a dizer, continuamos a divergir daquilo que é o crescimento nacional, do crescimento de outras regiões da Europa e não continuamos a lutar pelo desenvolvimento da nossa região.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Agradeço antes de mais as questões que foram colocadas, tal como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e obrigada por me ter dado agora a palavra, porque de facto eu trazia uma intervenção inicial no Orçamento, que vou fazer depois de respondidas, de forma muito genérica, todas as questões de grande pertinência que foram colocadas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é certo que o Orçamento teve um aumento de cerca de 3 milhões de euros relativamente ao Orçamento anterior e quanto às questões levantadas relativamente às empresas, o que lhe posso dizer é que temos de facto um plano de ação pós Covid-19, que vai ser elaborado no primeiro trimestre de 2021, no sentido de estarmos preparados para, após a pandemia, Mirandela poder dar resposta às exigências que temos pela frente, como já tinha referido na intervenção anterior.

A estratégia de desenvolvimento para Mirandela e aproveitamento para vos dar nota de que este Orçamento é feito num caminho e com um rumo muito determinado, está vertida nos vários documentos que foram apresentados, nos nossos compromissos eleitorais em 2017 e quero-vos dizer que, pese embora a pandemia que nos assolou no ano de 2020 que todos conhecemos, alguns constrangimentos que têm havido, dizer-vos que, em termos gerais, os compromissos têm sido assumidos, têm sido implementados e temos conseguido ao mesmo tempo investimento e também a diminuição de impostos às famílias.

Conseguimos também o apoio às Juntas de Freguesia, fundamental para a coesão territorial e em relação às questões da saúde que na altura colocou, creio que questionou um novo Centro de Saúde, de facto isso é uma competência do Ministério da Saúde, mas julgo que os dois Centros que temos neste momento na cidade são suficientes para as questões relacionadas com a oferta de cuidados primários de saúde.

Relativamente à educação, posso-lhe dizer que houve aqui há uns anos um Programa Tecnológico, Mirandela na altura não aceitou esses equipamentos informáticos, dadas as condições infraestruturais que nós tínhamos. Neste momento estamos a adquirir alguns equipamentos, a DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares está a adquirir alguns equipamentos informáticos, facilitando até o trabalho do Agrupamento de Escolas de Mirandela, que tem sido muito intenso uma vez que algumas turmas têm estado confinadas e vai ajudar aos alunos que estão em isolamento possam aceder às próprias aulas.

Em relação ao Ensino Superior, há vários projetos de reabilitação urbana, sempre fui apologeta de que a reabilitação urbana era uma prioridade absoluta e não criar novas residências e por isso criamos o Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana.

Relativamente ao turismo muito se tem feito, este ano posso-vos dizer que o turismo em particular nos meses de verão e em particular nas casas de turismo rural, subiu substancialmente, as pessoas procuraram o interior, procuraram o isolamento, procuraram a natureza e portanto, há aqui um potencial enorme de crescimento de turismo no nosso concelho.

Quanto ao comércio e indústria e também já avançando com algumas questões relacionadas com a expansão da Zona Industrial, obviamente que a expansão da Zona Industrial tudo se atrasou, não foi só com o projeto, a questão é que o estudo de impacto ambiental demorou dois anos a ser aprovado e neste momento está em fase de concurso público para adjudicação. A nova Zona Industrial vai entrar em fase de concurso, esperemos ter concorrentes para que possamos executar a obra.

Relativamente à cultura, dizer-lhe que relativamente a Serralves, nós suspendemos o contrato, dadas as condições pandémicas e convidá-lo também a ir aos nossos Museus uma vez que estão abertos ao fim-de-semana, convidá-lo a ir visitar no fim-de-semana a nova exposição que inauguramos ontem do Parque Natural Regional do Vale do Tua, como projeto de biodiversidade, na Ecoteca, é por marcação na Ecoteca, mas os Museus têm estado abertos ao fim de semana para que todos aqueles que queiram ir visitar possam fazê-lo em segurança.

Quanto à Agenda Estratégica 2030, dizer-lhe que tem realmente um inquérito, que pode responder e que nós agradecemos e relativamente à fraca capacidade de executar Orçamentos, dizer-lhe que de facto durante os primeiros dois anos e eu tenho referido isto nesta Assembleia, estamos a falar de 2018 e 2019, o nosso foco foi realmente as escolas, tínhamos na altura todas as escolas em obras, a Escola Secundária, a Escola do Fomento, a Escola do Convento e o novo edifício da Escola Luciano Cordeiro e havia que haver disponibilidade financeira para suportar as aulas nas escolas, não interrompendo as próprias obras e a obra da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo que foi concretizada.

A verdade é que a capacidade financeira e a disponibilidade financeira para pagar aos empreiteiros é fundamental para a continuação da obra, se não a obra para e não tínhamos neste momento as escolas prontas para que, em segurança as crianças possam estar em novas infraestruturas, imagine o que era não haver a conclusão das escolas e termos em fase de pandemia nas antigas condições que tínhamos, era um problema gravíssimo em tempos de Covid-19 e por isso dizer-lhe que em relação às obras, fizemos aquilo que tínhamos capacidade financeira para o fazer.

Este ano iniciamos um novo ciclo de abertura de concursos, que infelizmente têm em alguns casos concretos, ficado desertos mas também não poderíamos adivinhar infelizmente, mas tínhamos tido outra preparação certamente, que iríamos entrar num ano tão difícil como aquele que vivemos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Sousa*, dizer-lhe que saímos do Plano de Saneamento Financeiro em dezembro de 2019, entramos em 2020 e aconteceu a pandemia. Fez uma referência à redução de IMI e IRS e grande parte das nossas preocupações são os transportes escolares e a ação social.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, de facto há muitas necessidades quer na cidade, quer nas aldeias, obviamente que muitas das situações que são resolvidas já não constam destas Grandes Opções do Plano, mas que aquilo que vamos fazendo é verdade, é ter a expectativa de poder iniciar e executar obras, obviamente que estamos cingidos também aos Fundos Comunitários e por isso vamos fazendo aquilo que nos é possível, preparando o futuro de todo o concelho de Mirandela. Relativamente ao que falou, eu julgo que estava a falar de um espaço multiusos, ou seja, de um pavilhão multiusos, julgo também ser uma necessidade para Mirandela, posso-vos dizer que a Feira da Alheira é muito difícil retirar do Parque Império, todos os comerciantes acham que a sua localização central e o comércio é muito melhor, houve um ano que a Câmara Municipal da altura tentou fazer na Reginorde, mas não foi de facto apelativa e nunca mais foi realizada nesse espaço.

Relativamente à estrada do Cruzamento de São Salvador à Trindade, temos a aprovar uma Moção na próxima Reunião de Câmara, porque é uma estrada classificada como Estrada Municipal, nós consideramos que deve ser uma Estrada Nacional, para ter os benefícios da qualificação do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e portanto da Infraestruturas de Portugal. Já aconteceu com outros processos, que depois vão à CIM-TTM, existe uma possibilidade de chegar às mais altas instâncias governamentais.



Quanto aos eventos, dizer-lhe que de facto não foi possível as provas, temos neste momento a decorrer uma iniciativa que está disponível nas redes sociais, que é “Mirandela - Destino do Azeite 2021” e através do Museu da Oliveira e do Azeite a Câmara Municipal está a fazer visitas guiadas, *workshops*, degustações, provas de azeite, é uma iniciativa da Divisão de Cultura, que o convidamos para participar.

Relativamente ao empréstimo, todos os anos é feito um empréstimo de 1 milhão de euros, que este ano esteve para ser utilizado, felizmente não foi necessário, para na eventualidade de existir a necessidade, são feitas várias propostas a vários Bancos, tem sido feito isso desde que iniciamos cada ano e este ano não foi exceção, nunca foi utilizado felizmente, mas dá-nos alguma disponibilidade de tesouraria o empréstimo de curto prazo que tem de ser pago no próprio ano, mas dá-nos alguma possibilidade, caso seja necessário, de utilizar ou de precisar de algum dinheiro disponível. Tem sido sempre apresentado em Orçamento.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, dizer-lhe que em relação ao Cachão e passo também a dizer ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, que relativamente ao Cachão conto trazer na próxima Assembleia Municipal o Plano já aprovado na última reunião da CIM-TTM, por isso não veio a tempo para esta Assembleia Municipal, foi um trabalho encomendado pela CIM-TTM e não teria lógica vir primeiro à Assembleia Municipal que à Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes e portanto, depois da aprovação na CIM-TTM virá aqui certamente para vocês poderem consultar.

Relativamente à rede viária, as estradas vão ser adjudicadas, vamos ver se temos candidaturas.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer que é um Orçamento sem ética e que não é sério, não me oferece qualquer comentário, uma vez que aquilo que diz, que não tem um conteúdo concreto, não me parece que seja assim e portanto, não vou fazer qualquer comentário.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, concordar que a Central de Camionagem era uma obra extremamente necessária para Mirandela, eu partilho das suas preocupações relativamente aos transportes públicos para o concelho, é certo que a Câmara Municipal de Mirandela delegou na CIM-TTM a autoridade de transportes, tem havido um esforço muito grande de todos os autarcas, no sentido de ter mais carreiras, mais transporte regular e temos dado muitas compensações aos operadores, mas o negócio do transporte, temos poucos operadores, transportes nada rentáveis e temos muita dificuldade em oferecer o transporte regular de passageiros, quando temos poucos passageiros fora do período escolar, a verdade é esta e portanto as empresas querem o lucro, nós não temos meios para criar transportes autónomos, uma vez que o concelho também é muito grande.

Aquilo que lhe posso dizer, é que o transporte a pedido é também uma das soluções que está em cima da mesa.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, estou certa de que o mundo rural vai realmente perder um autarca, não quer dizer que perca, pode haver outras funções que poderá fazer sempre serviço público e por isso concordo que o Município são as nossas aldeias, a vila, tudo aquilo que faz parte do nosso território, Mirandela como centro urbano é também uma das nossas preocupações, mas obviamente que o mundo rural e a agricultura é aquilo que nos sustenta.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, partilho muitas das preocupações de que falou, dizer-lhe que em relação ao Complexo e ao Plano vai ser apresentado na próxima Assembleia Municipal. Dizer que quanto aos parquímetros está a ser estudado um *software* específico para poder fazer o *upgrade* para outras soluções de pagamento sem ser em moedas. Relativamente ao orçamento da Zona Industrial, eu acho que já expliquei que está em fase de concurso público, os dois anos de demora do estudo de impacte ambiental, os estudos de impacte ambiental são de facto muito exigentes e tem-nos criado muitos problemas à sua concretização.

Relativamente à iniciativa “Emprego Já” dizer-lhe que neste momento, como eu disse há pouco, o Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor está na Associação Comercial e Industrial de Mirandela, realmente o ano de 2017 e 2018 foram anos difíceis, porque quando terminou o CLDS, que era onde estava localizado o Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, ficamos sem a capacidade de análise técnica dos projetos e das candidaturas e houve um problema grave nesses apoios.

Estamos disponíveis para fornecer todos os elementos, para poder analisar de facto como podemos melhorar este programa e rentabilizá-lo para criação de emprego. Posso-vos dizer que na última discussão da Estratégia 2030 do Norte 2020 e na intervenção que fiz no âmbito da CIM-TTM e com o Presidente da CCDR-N, foi de facto a criação de emprego como foco fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho e da nossa região, sem emprego não há pessoas e sem pessoas não há serviços sustentáveis, no mundo rural, nas nossas aldeias, na vila e na cidade, é fundamental a criação de emprego.

Temos incubadoras de empresas até no âmbito do Plano Regional do Vale do Tua, temos empresas importantes que estão a candidatar-se a fixar-se em Mirandela, algumas empresas estrangeiras, que pretendem fixar em Mirandela, posso-vos dizer que a maior fatia de atração de investimento que queremos fazer é em relação àqueles que são de cá e que saíram e que neste momento podem estar em condições de investir cá, tanto emigrantes, como pessoas que saíram e imigraram em Portugal, neste momento têm condições, com as vias informáticas, de investir na sua terra e portanto há algo que os liga aqui, o que também é muito importante.

O investimento em Mirandela terá sempre como estratégia, a atração de investimento para mirandelenses numa primeira fase emigrantes que possam regressar e também técnicos que tenham as suas empresas e que possam deslocalizá-las para Mirandela, em particular e esta empresa de que falo é uma empresa de informática que quer ter como ponto tecnológico Mirandela, como ponto central de uma filial em Mirandela.

Dizer que quanto à transferência de competências, no dia 01 de janeiro de 2021, vamos ficar com mais uma competência, que é uma obrigatoriedade, que são as contraordenações de trânsito e estas contraordenações de trânsito tem sido muito difícil aceder à plataforma informática da ANSR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, tem havido muito trabalho por parte da Divisão que está com esta situação, vamos ver com o que correm. A da educação, como todos sabem, está a correr bem, obviamente que a Câmara Municipal não pode interferir nas atividades pedagógicas, como tem toda a lógica, nós acolhemos sim os assistentes técnicos e os assistentes operacionais e todo o equipamento informático é da dependência do Ministério da Educação essa competência não passou para a Câmara Municipal.

Relativamente ao Conselho de Desporto, vou verificar para reunirem com regularidade, até porque agora o podem fazer por videoconferência, sei que reuniu muito recentemente o Conselho de Juventude, e portanto também temos de falar naquilo que de facto tem reunido e a juventude é fundamental a vossa participação.

O investimento para 2021, apesar das incertezas, porque temos prazos para concretizar no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, até 2023 é importante que as obras estejam plasmadas, pese embora podermos ter os problemas que temos tido até hoje, dos empreiteiros não concorrerem. É sempre mais difícil as obras no interior, uma vez que há obras, por exemplo, a Estação Ferroviária que foi candidatada e não teve concorrentes, é uma obra de reabilitação muito específica, com muitas particularidades, estou em crer que nesta fase de segundo concurso podemos ter candidatos.

Temos prazos para execução dos projetos e aquilo que lhe posso dizer, é que apesar da insegurança, prevemos fazer tudo para que haja a confiança nos nossos Técnicos, nos nossos trabalhadores, nos nossos empresários, para que possamos executar as nossas iniciativas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que aquilo que apresentou foi realmente muitos dados sobre a agricultura, a defesa do mundo rural e a valorização territorial, pelo menos a valorização do interior está na ordem da agenda política, eu acho que ainda não se tomaram as medidas urgentes e inadiáveis para a valorização do interior, mas julgo que a única forma de valorizarmos o interior é haver vontade política do Governo central para que isso seja uma realidade.

Termino, porque esta intervenção estava pensada para o início deste Ponto, no entanto vou tentar ser rápida e ultrapassar aqui algumas coisas...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Eu acho que o Senhor Presidente deve por travão a isso, já que a Senhora Presidente já acabou a sua intervenção, não vai fazer agora um discurso político!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhora Presidente, agradeço que continue por favor.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha última intervenção do ano só poderia começar reproduzindo a mensagem que coloquei nos Documentos de Gestão que há pouco concluímos, quanto às Opções do Plano.

Assim, refiro:

“O ano que termina em breve exigiu uma gestão autárquica cada vez mais atualizada com maior rigor e responsabilização na gestão dos recursos públicos, na difusão do conhecimento, na modernização e reforma administrativas, na qualificação da administração autárquica e no bem-estar da comunidade, no planeamento e gestão do território, na recuperação e reconversão urbanísticas assente numa criteriosa gestão financeira, onde o direito do ambiente e a sustentabilidade ambiental, a saúde pública, o património, a ciência e a cultura, a ação social, as novas políticas de integração, que no seu todo constituem preocupações a merecer atenção prioritária dos responsáveis autárquicos, jamais se impuseram como agora.

Doentes infetados, custódia de contactos sociais, isolamento profilático, recolher obrigatório são, hodiernamente, expressões quotidianas e encerram os temas comuns e permanentes das discussões públicas e de gestão.

A liberdade e os princípios mais gerais de um Estado de Direito Democrático são limitados por emergência, calamidade e alerta. Estamos mais inseguros individualmente e a desconfiança sem paralelo consome as mentes mais simples e exige dos políticos e responsáveis públicos, uma serenidade inimaginável e uma capacidade de trabalho ímpares onde valores como o altruísmo, a humildade e a solidariedade se afirmam sobre orçamentos, eficácia e eficiência financeiras.

O rumo de três anos mantém-se e só se diversifica porquanto um vírus assim o determina. Não zigzagueamos nem hesitamos, apenas repensamos e orientamos em função do interesse que a vida saudável exige, que o bem-estar dos mais vulneráveis o condiciona e a obra pública não prevalecerá sobre a VIDA.

O que agora traduzimos, enquanto desígnio do fazer acontecer em Mirandela, é o nosso compromisso possível numa lógica simples de aplicar o dinheiro onde mais se justifica, onde mais se vislumbra necessário e onde todos aproveitem.

Mirandela na génese do pensamento gestor, mas onde quem mais importa são as pessoas, o seu conforto e a sua saúde, para que possam desfrutar do legado da cidade jardim, da memória de todos os tempos e dum futuro que os faça sorrir e conviver com abraços, apertos de mão e muita cumplicidade.”

Tinha aqui preparado os vários Eixos, mas julgo que o Senhor Deputado *Nuno Magalhães* fez uma aproximação aos vários Eixos que foram prosseguidos e portanto, aquilo que vos posso dizer, até porque nós somos o concelho da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes que mais projetos temos, não o montante maior, mas mais projetos temos aprovados a nível da CIM-TTM.

Quanto ao Orçamento, dizer-vos também que o Orçamento teve um aumento de 3 milhões, é de 39. 492. 893 €, a nível do Orçamento da Receita e componente corrente constitui 68,34 % e a de Capital 38,64 %. A dotação global é distribuída por funções, nas Grandes Opções do Plano reflete-se um investimento de cerca de 5 milhões de euros, representando 65,25 % do valor total do Orçamento para o ano de 2021.

A elaboração deste Orçamento plurianual inscreve o cumprimento deste conjunto de normas para o período em questão, sendo de relevar que para o ano 2021 as Receitas Correntes superam as Despesas Correntes em cerca de 18,48 %, ou seja, cobrem as Despesas Correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo em 12,42 %, pelo que ainda financiam despesas de investimento.

Termino, com uma visão, iniciaremos, como disse, no primeiro trimestre do próximo ano uma estratégia dirigida à recuperação económica pós Covid-19, centrar-se-á na identificação de oportunidades e onde o Município possa explorar todas as tendências e as

mais-valias do interior, face às ameaças transversais e subsistentes aos efeitos da pandemia no subconsciente das pessoas, alicerçando as competências do interior e da qualidade de vida, bem como explorando a transição digital para comunicar em excelência, em prol dos produtos, do comércio local, da vida saudável e da segurança sanitária.

Para já é tudo Senhor Presidente, convidava-vos a votar favoravelmente este instrumento de gestão importantíssimo para o próximo ano.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que disse a Senhora Presidente gostava que fosse mais claro, no ano de 2021 a Câmara Municipal pela Lei que foi votada no país, no acordo entre PS e PSD na transferência de competências, a Câmara Municipal vai ficar, se eu percebi bem, com as competências das contraordenações de trânsito e aquilo que eu perguntava à Senhora Presidente porque não ficou esclarecido e eu gostava de perceber, é quantas pessoas é que vão ficar alocadas a este departamento? Se as receitas destas contraordenações, vão ser receitas que vão ser atribuídas à Câmara Municipal para o seu orçamento? E se e isto é que é o mais importante ficarmos esclarecidos, é se estas transferências que vão ser tidas pela Câmara Municipal, se é que vão ser, se não vai haver através desta posição uma redução naquilo que será a transferência do Orçamento de Estado para a Câmara Municipal?

Agradecia estes esclarecimentos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu na minha atividade profissional tenho uma empresa, eu vou ao GAM e tenho de pagar com o meu cartão pessoal, não há Visa, é uma vergonha, eu já disse isso no anterior Executivo e digo-o agora, é uma vergonha autêntica, só em Mirandela é que existe isso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto às contraordenações, a fiscalização mantém-se obviamente na PSP e na GNR, este é um processo que já foi descentralizado em algumas Câmaras, tem sido um processo difícil porque a Plataforma Informática da ANSR não comporta os Municípios todos e portanto neste momento estamos numa fase transitória para passar para a Câmara Municipal. As receitas vão ser repartidas entre as entidades fiscalizadoras e a Câmara Municipal, foi decisão do Executivo e vai à próxima Reunião de Câmara, ficar na dependência da Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, porque tem os serviços de fiscalização, mas também porque tem a competência da Qualidade e temos de abrir um procedimento novo.

Posso-vos dizer que na CIM-TTM todos os concelhos quiseram transferir esta competência para a CIM-TTM, entretanto a CIM-TTM abriu concurso para um Jurista que ficaria a tratar das contraordenações, no entanto, como o processo não está terminado e a competência vai transitar para as Câmaras no dia 01 de janeiro, obrigatoriamente, ficará dependente nesta Divisão, obviamente alocando um Jurista do Gabinete de Apoio Jurídico e com a colaboração de Divisão de Administração Geral.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer-lhe que vou verificar, junto do GAM, a inexistência de pagamento por cartão Visa.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor, 10 abstenções e 15 votos contra, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2021, documento que inclui a Aprovação da Contração do Empréstimo a Curto Prazo de/até ao Montante de 1.000.000,00 €, nas condições constantes das atas de abertura de propostas e de análise das mesmas com o Banco Comercial Português sob proposta da Câmara Municipal, que constam do documento em apreciação, entre a página 137 e a página 158.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Abstive-me neste Orçamento por razões que passo a aludir.

Primeiro, porque acho que qualquer Executivo tem o direito de fazer o Orçamento que acha que deve fazer e que a Oposição pode é abster-se, mas não votar contra, porque é da responsabilidade do Executivo executá-lo.

Depois, abstive-me por aquilo que disse quando falei anteriormente e abstenho-me, também, porque não concebo que qualquer associação, seja ela qual for, cultural, religiosa, qualquer que seja, sedeadada em Mirandela receba mais de subsídio mensal, anual ou durante o Mandato do que a mais pequena Junta de Freguesia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto



Votei contra por uma simples razão. A única rubrica afeta no Orçamento de um investimento direto na minha Freguesia é precisamente a mesma rubrica que estava no Orçamento do ano passado.

No ano passado votei a favor, fiz uma Declaração de Voto nesse sentido, passaram-se 365 dias e a ideia não saiu do papel. Portanto, este ano, por coerência, não poderia votar favoravelmente essa rubrica novamente prevista no Orçamento.

Também de salientar que independentemente dos apoios que recebo para a minha Freguesia como subsídios, três anos decorridos, não há um único investimento direto do Município no nosso território.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

“Declaro que votei favoravelmente o Orçamento Municipal para 2021 convencido de que a inscrição, nas Grandes Opções do Plano, do PLANO OPERACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O CONCELHO DE MIRANDELA, irá finalmente dar início ao fim do isolamento das populações rurais, permitindo deslocações à cidade e a outras aldeias do concelho.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei contra, porque este Orçamento é o somatório de tantas rubricas e verbas não executadas em Orçamentos anteriores.

Votei contra, porque este Orçamento é eleitoralista e o desenvolvimento da cidade de Mirandela e de todo o concelho não pode estar à espera só do último ano que antecede as eleições.

Mirandela tem de ter um desenvolvimento sustentável durante todo o mandato, sob pena de ficar inquinada, sob projetos estruturantes que passa o tempo útil de serem executados. É uma visão miserabilista guardar para o último ano do mandato a realização de obras que são precisas há muito tempo. Quem perde com isso são as pessoas e as empresas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Em relação ao voto favorável relativamente ao Orçamento, seria uma injustiça da minha parte não o fazer, porque há dois anos atrás aquilo que solicitei diretamente à Senhora Presidente foi que à Junta de Freguesia de Alvites, tendo em conta a equidade que deve presidir as decisões no que diz respeito à repartição dos dinheiros pelas Juntas de Freguesia, foi uma estrada, uma escola e uma sede para a Junta. Relativamente à escola, vai ser transferido o subsídio que foi solicitado pela Junta para a realização dessa obra. Em relação à estrada, houve o atraso de um ano, mas sei que está lançada a concurso e, acima de tudo, a verdade é que o protocolo que foi celebrado com as Juntas de Freguesia revelou-se um instrumento fundamental na gestão dos interesses da população.

Por isso, efetivamente, a única forma de reconhecer esse trabalho é votar favoravelmente e dar os parabéns por isso.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

O meu voto é contra, porque é um Orçamento que não vai ser um Orçamento para os mirandenses. Não vai ser, isso é um ponto assente. Não consegue arranjar aquele montante de milhões de euros num período pandémico em que estamos. É irrealista. É um Orçamento bondoso da parte da Senhora Presidente da Câmara para os mirandenses, é um Orçamento intimíssimo, mas infelizmente não vamos conseguir ter esse montante de 39 milhões de euros. Acho isso especulativo e, torno a dizer à Senhora Presidente, sem ética republicana.

4.4 - 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

1 – Aprovar a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2020;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu desejava saber, os projetos que foram desvinculados que deram lugar às reduções, o que eram? Só pretendo uma explicação simples para saber o que é que nós perdemos.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também vou ser breve, na mesma ótica, saber quais são os projetos que estão em redução e também levantar aqui uma questão relativamente à questão do empréstimo de curto prazo, onde teve aqui uma redução de 530 mil euros e quando vemos que esta interligação que tem com o Plano Plurianual de Investimentos, vemos que se refere à amortização de empréstimo de curto prazo e queríamos então também tirar algumas dúvidas relativamente a esta redução, qual o seu motivo e qual o objetivo também desta redução?

E também deixar nota que à data desta Alteração, que novamente estamos aqui no final do ano a fazer uma redução, especialmente naquilo que é o investimento, vemos que do Plano Plurianual de Investimentos estavam apenas executado quase 50 % do que era projetado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu como membro da Mesa, quero fazer uma observação e uma pergunta sobre esta Alteração Orçamental, é lógico que estamos no fim do ano e de que está definido as verbas que faltaram ou que sobraram, daí esta Revisão, no entanto houve uma mexida no Orçamento da Assembleia Municipal, parto do princípio que não haverá mais despesas e que está correta. Mas por uma questão de ética, quem tratou desta Revisão do Orçamento devia ter falado com a Mesa da Assembleia Municipal. É imperdoável que tal aconteça, se bem que não passaria de facto de uma consideração.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as questões que foram colocadas, relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa, como bem reflete as alterações que estão nas identificações das rubricas incide, foi efetuada obviamente pelo Vereador responsável pela Pasta. Peço realmente desculpa pelo facto de não o ter informado, mas foi uma Revisão em baixa, uma vez que não houve a utilização das verbas que estavam alocadas no início do ano como previsão para o ano de 2020.

Dizer que, as grandes rubricas como podem ver não folhas de cálculo, são as obras financiadas que foram a concurso, não foram executadas, não houve pedidos de pagamento, estamos a falar obviamente de um valor de 1.5 milhões de euros em transferências correntes e cerca de 5 milhões de euros em transferências de capital, onde houve diminuições e anulações.

Dizer-vos que depois houve pequenos acertos em várias rubricas, mas aquilo que aconteceu foi, a execução das empreitadas não foi correspondente relativamente àquilo que tínhamos inicialmente previsto e que temos andado a reportar quer em Sessões de Assembleia Municipal, quer em Reuniões de Câmara, da dificuldade da execução.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Permiti-me que vos chame a atenção ao Plenário, só estamos 38 na sala, estamos em vias de perder quórum, atenção, não se ausentem porque se não vamos ter de interromper a nossa Sessão.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor e 13 abstenções, aprovar a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2020.

4.5 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2021.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30 de novembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2021, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor, duas abstenções e um voto contra, aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2021, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.



4.6 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30 de novembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Taxa de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2020 aos prédios urbanos;
- 2 - Aprovar a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;
- 3 - Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
 - Majorar até 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 4 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor e três abstenções, aprovar a Taxa de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2020 aos prédios urbanos, bem como o ponto 2 e o ponto 3 da deliberação tomada em Reunião de Câmara.

4.7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2021.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30 de novembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2021, ou seja, de 0,25%;
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2021, ou seja, de 0,25%.

4.8 - Proposta de Operação de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da ARUCUM Mirandela – Versão final.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter a versão final da Proposta de Operação de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da ARUCUM Mirandela, com toda a documentação que a acompanha, à Assembleia Municipal para respetiva aprovação, conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só venho porque gostava de perceber este assunto e em coerência com aquilo que se passou na última Assembleia, em que trouxeram aqui uma série de documentos, plantas, projetos e fotos, para dissecar aquilo que era da Sacor, eu pensava que hoje íamos ter uma apresentação também dessas, porque se não vou fazer figura de “estúpido”, porque sinceramente, eu minimamente ainda percebo da “poda”, mas tenho quase a certeza que muita gente que aqui está não percebe nada daquilo e acho que por uma questão de transparência e por uma questão de declarações não só proferidas, mas como também escritas.

Era importante percebermos o que é que estamos aqui a votar. E se estamos a votar algo que seja legal, que é para que não se andasse para aí a trocar outra vez uns azedumes de declarações, que na última Assembleia Municipal parecíamos todos uma “cambada de ladrões”, porque “tão ladrão é quem vai à horta como quem fica à porta”, como eu disse, mas que depois passadas duas ou três semanas a Senhora Presidente retratou-se, na Reunião de Câmara porque afinal era um procedimento que toda a gente fazia, portanto o indivíduo de Cedães tinha razão, “tão ladrão é o que vai à horta, como quem fica à porta”!



Mas eu gostava de conhecer este projeto e eu não sei até que ponto poderemos olhar para isto com alguma seriedade e com alguma responsabilidade, sem perceber o que é que é esta essência desta intervenção e aquilo que nós vamos retificar. Porque não vá carga d'água estarmos a votar alguma coisa que esteja em terrenos privados, novamente.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acho que era importante fazer este esclarecimento, nomeadamente à Câmara, porque o assunto é sério, estamos a fazer uma retificação que depois terá de seguir os trâmites normais e vamos fazer fé naquilo que nos apresentam documentalmente, mas acho que o momento exigia uma apresentação firme e fiel, da mesma forma daquela que foi aqui feita, quase como uma crucificação, mas depois houve uma ressurreição três semanas depois!

Deixo este desafio à Assembleia, porque não sei às vezes o que é que estamos aqui a votar, não sei às vezes o que é que estamos aqui a discutir e acho que é demasiado sério o assunto que está aqui para ser analisado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto congratulo-me com o Município estar a assumir aqui a reabilitação urbana, como um vetor decisivo para o desenvolvimento deste nosso concelho.

Na Assembleia de 25 de setembro, foi aprovada a Estratégia Local de Habitação, tendo na ocasião feito uma intervenção sobre o assunto, dando nota tratar-se do primeiro concelho do distrito de Bragança com esta estratégia aprovada.

Verifica-se, com satisfação, estarem a ser dados passos na implementação da estratégia referida, com a apresentação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Gostaria de destacar alguns pontos do Programa, embora todos sejam de grande relevo, mas que me parecem determinantes, tais como:

- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;
- Qualificar e integrar as áreas urbanas, especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e coesão territorial;
- Desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna;
- Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;

Qualquer destes pontos, aporta sensibilidade social, o que deve ser relevado. Porém, gostaria de ver esclarecida a forma de promoção e a sua aplicabilidade junto daqueles cujas condições de vida são mais pertinentes para o Programa. Este pedido de esclarecimento é feito no sentido e perceber se está garantido que o mesmo chega ao conhecimento de todos e que não fique estacionado em qualquer dossier ou gaveta.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou aqui repetir já algumas palavras sobre Reabilitação Urbana, começando por dar ênfase ao Centro Urbano de Mirandela. Assim, convido a abrir a página 20 do Relatório, onde estão definidos os 4 principais eixos estratégicos, objeto do ORU em apreciação, nesta sua versão final.

“Sim,

Mirandela tem uma identidade territorial própria, que lhe confere originalidade e singularidade, logo pela sua localização geográfica num âmbito regional, logo pela riqueza do seu património físico e arquitetónico, logo pelo legado histórico, assente em valores naturais, culturais e ecológicos, que interessa manter e revitalizar.

Vamos aqui ouvir falar da ARU, PERU, ORU e outros acrónimos afins para identificar ações e intenções de intervenção no seu património físico edificado e demais equipamentos urbanos e espaços verdes que a caracterizam:

O assumir dessa identidade territorial implica ultrapassar as diferentes etapas na arquitetura do processo de intenções de intervenção na malha urbana, desde logo pela que conduziu à apresentação da “Proposta de delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana”, aprovada na Sessão da Assembleia Municipal, em 18 de junho de 2018.

Nesta segunda etapa, em que a Assembleia Municipal é chamada a deliberar, dois anos e meio após a aprovação da anterior, e crentes de que foi efetuado um trabalho rigoroso de levantamento da situação, no sentido de um bom diagnóstico de necessidades de intervenção, vamos agora apreciar o PERU – Plano estratégico de Reabilitação Urbana, o qual contempla o tão almejado programa de ORU – Operação de Reabilitação Urbana do centro urbano de Mirandela.

Temos (página 34 e seguintes)

- O Plano Operação de Reabilitação Urbana, e a respetiva Matriz do Plano de Ação.

Que nos descrevem uma ambiciosa proposta de intenções de investimento, ao propor intervenções de fundo em zonas estruturalmente importantes – a concretizar a curto, médio e longo prazos, ou seja, até 2, 2 a 6, e superior a 6 anos respetivamente.

Envolve um investimento entre 22 a 25 milhões de euros, repartido pelas várias componentes; edificado, espaço público, espaços verdes, mobilidade e ações imateriais, e está ancorado em fundos comunitários no âmbito do PRO2020, obrigando a algumas necessidades imediatas de expropriações.

Destaco alguns exemplos:

- A requalificação da Praça 5 de outubro, e que implica a demolição do atual edifício da sede da Junta de Freguesia;
- Reabilitar a estrutura do Mercado Municipal e arranjos na envolvente próxima;
- A intervenção no recinto da Reginorde;
- O aumento da quilometragem de ciclovias e um upgrade à recente obra de requalificação da Zona da Nossa Senhora do Amparo;
- A reabilitação do parque habitacional e social;



- A revitalização dos espaços verdes, e dos equipamentos de utilização coletiva;
- Reforço das ligações cidade-rio;
- Perguntar; O que resultou da última monitorização à Ponte Machado Vaz? Foi recomendada alguma intervenção, por exemplo a correção da vazante dos passeios?

Mas questionar o seguinte:

- o Pode saber-se desde já o que está planeado para acomodar a Junta de Freguesia de Mirandela?
- o E sobre o Programa de Incentivos à Reabilitação do Edifício Privado (página 87 do relatório) que conjunto de incentivos administrativos e financeiros é previsto virem a ser concedidos aos particulares?
- o E o que nos diz o Executivo sobre a intenção da construção de um pavilhão multiusos?

Outras intenções de intervenção como:

- O Palacete dos Pessanhas e o Solar dos Condes de Vinhais;
- A reconfiguração do Largo Dr. Álvaro Soares;
- A requalificação do corredor ecológico Vale da Azenha;
- A reabilitação do edifício da antiga Estação Ferroviária e a modernização da Estação de Camionagem (esta já em fase de obra).

Sobre este assunto e concretamente sobre a reabilitação do edifício privado e com mais de 30 anos de idade, dizer ou interrogar o IFRUU – Instituto Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana, que canaliza e maximiza a aplicação de fundos comunitários pelo Portugal2020, estes fundos destinam-se a pessoas singulares, ou coletivas públicas, ou privadas com condições mais favoráveis do que as do mercado, fundos que podem ascender a 90 % do custo das obras.

No que toca às operações localizadas dentro da ARU e concretamente as que irão abranger os edifícios anteriormente referidos.

- Qual a utilização que está prevista para a sua exploração e funcionamento?

- Arrendar?

- Habitar?

- Turismo?

- Museu?

São exemplos de operação de reabilitação que urge levar a cabo por razões óbvias de relevante interesse para a cidade.

Enfoques da Proposta.

A oportunidade de aproveitar os fundos europeus e eventuais outros fiscais, como descrito na página 112 do Relatório, tais como o IMI, IMT, IRS, IVA, salvaguardados os devidos critérios de acesso e o facto de o Executivo passar a dispor de um instrumento atualizado de gestão, específico nesta matéria.

Mas,...

A concretização de uma ORU desta natureza exige uma compreensão plena do território, nas suas diferentes escalas e dinâmicas, alicerçada em estudos e projetos que definam e dimensionem com rigor as medidas operacionais...

É dito que esse trabalho de caracterização e diagnóstico foi feito com detalhe, e apresentado em documento autónomo.

- o Tal documento não deveria acompanhar a Proposta?

Sobre o edifício particular, o relatório refere a página 109, que “o sucesso desta iniciativa da Câmara Municipal, implicará uma forte articulação e corresponsabilização com os proprietários e outros titulares de direitos sobre os edifícios no interior da ARU.”

Mais é dito que, “será elaborado um relatório anual de monitorização das operações em curso, a submeter à apreciação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.” Questiono, essa apreciação será apenas de informação ou de deliberação?

Outra alínea, “é obrigatório a cada 5 anos de urgência da ORU, que a Câmara Municipal submeta à apreciação da Assembleia Municipal, não só um relatório de avaliação anual da execução da operação, como ainda se se justificar, uma proposta de alteração das medidas de programação.”

Repito: O que está previsto para uma eventual aprovação de proposta de alteração em termos de impacto significativo do curso de intervenções?

É ainda referido um regime excecional para obras que se destinem predominantemente ao uso habitacional, mas com uma vigência temporária até 09 de abril de 2021.”

Umas Boas Festas a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Para responder às questões que foram formuladas a Senhora Presidente delegou no Senhor Vice-Presidente esta intervenção.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

De uma forma muito sintética, porque o documento vos foi enviado, dizer-vos que a aprovação deste documento é um momento importante para Mirandela, trata-se de um documento que assenta na modernização da cidade de Mirandela, neste caso é um documento estratégico que incentiva a reabilitação urbana da cidade de Mirandela, sobretudo da sua zona antiga, em que se prevê e se incentiva a recuperação de espaços urbanos, considerados funcionalmente obsoletos, promover a melhoria geral de mobilidade na nossa cidade, promover a melhoria e criação das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, que todos

sabemos que é de extrema importância e também fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados.

Este documento incentiva não só a Câmara Municipal a recuperar edifícios municipais, mas também criar aqui um conjunto de incentivos para os privados. Este documento orientador contém, como viram, ações a curto prazo, algumas já estão a decorrer, a curto prazo entendemos como até dois anos, ações de médio prazo até seis anos e depois ações de longo prazo de seis ou mais anos. Para um período de dez anos é expectável que o Município invista entre 22 a 25 milhões de euros, recuperando os espaços públicos, os espaços verdes, mobilidade, ações imateriais e também a nível de investimento privado, seria importante que conseguíssemos incentivar um investimento na ordem dos 35 milhões de euros para um período de igual modo, entre dois a dez anos.

Também dizer-vos que foi criado o Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana e que os munícipes, os privados podem contactar e recorrer a este Gabinete para um conjunto de informações, nomeadamente os incentivos fiscais e também algumas orientações técnicas.

Este documento cruza com o documento seguinte que é a Estratégia Local de Habitação, que a seguir vamos apresentar.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Vice-Presidente está em condições de me garantir que não há nenhuma intervenção em espaços privados e que todas as intervenções que estão a ser feitas, ou que vão ser feitas a Câmara está legitimada para as fazer? Isso é importante para eu decidir o meu sentido de voto, vou fazer fé na resposta que me der sobre isso.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão, é *la palisse*, a Câmara só pode fazer intervenções em espaço público, aquilo que está aqui em causa é a Câmara Municipal fazer intervenções em espaços municipais públicos e os privados serem os investidores e fazerem eles próprios investimento nos espaços privados. É essa a garantia que o Município tem que dar, obviamente.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor e uma abstenção, aprovar a Proposta de Operação de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da ARUCUM Mirandela, com toda a documentação que a acompanha.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei favoravelmente, porque fiz fé nas palavras do Senhor Vice-Presidente da Câmara. Portanto, com o esclarecimento que me deu, acompanhei favoravelmente a votação.

4.9 - Proposta de Criação da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) – Nomeação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar a proposta para a Criação da Equipa para a Igualdade na Vida Local, nos termos da informação técnica.

2 - Submeter o referido documento à apreciação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto parece uma Comissão, dos Comissários da Comissão que propôs a constituição desta Comissão! E vamos ser sérios, aonde é que está a Igualdade nesta Comissão do movimento associativo? Onde é que fazem parte desta Comissão, a Associação de Pais? A Comunidade Educativa? O Movimento Juvenil? Os representantes do tecido empresarial e sindical? Ou seja, para sermos sérios, acho que esta Comissão, tratando o assunto que é, devia ter mais representatividade e não ficar num círculo fechado como está.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu é só talvez por uma questão de ignorância, mas os ignorantes também têm direito à informação, poderão é ficar com ela ou não. Eu gostava de saber mais pormenores em relação a esta Proposta de Criação de Equipa para a Igualdade na Vida Local, o que é que isto é? Qual é a finalidade disto? Que Equipa é que vai ser? Que objetivos é que tem? De onde é que vai sair essa Equipa? É uma Equipa de nomeação com que caráter? Eu gostava de obter mais informação sobre esta entidade, associação ou equipa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas, esta Equipa para a Igualdade na Vida Local, como está expresso na Proposta de criação, é uma obrigação da Câmara Municipal por um Protocolo que assinamos com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, ou seja, as siglas CIG.

A autarquia cada vez mais está envolvida, aliás, recebemos o prémio da Igualdade, está envolvida em processos, procedimentos e planos municipais para garantir a igualdade e a não discriminação e a Proposta que fazemos é basicamente envolver todos aqueles que são os Conselheiros locais para a igualdade, a Dra. *Sandra Pimparel* e também o Agente *Fernando Pessegueiro* e os dirigentes envolvidos nas áreas de urbanismo, educação, desenvolvimento cultural e também os recursos humanos.

Esta Equipa vai essencialmente conceber, elaborar, preparar propostas de atuação e avaliar as medidas e ações desenvolvidas no âmbito deste Protocolo, designadamente no Plano Municipal de Igualdade e não Discriminação.

Aquilo que posso realmente dizer-vos é que cada vez mais estes aspetos da vida social e da igualdade são mais importantes na sociedade e nós, Câmara Municipal temos estado envolvidos em muitas ações relativamente a esta temática, obviamente que incluímos o Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, que tem feito um trabalho muito próximo de algumas situações que implementamos já durante este mandato, que às vezes nós esquecemo-nos dos investimentos imateriais. Falamos em obras, em empreitadas, mas o investimento nas pessoas e na qualidade de vida das pessoas e no apoio a estes projetos é de facto essencial, para que possamos ter uma sociedade mais igualitária.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor, quatro abstenções e um voto contra, aprovar a proposta para a Criação da Equipa para a Igualdade na Vida Local.

4.10 – Proposta - Estratégia Local de Habitação - Revisão.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2020, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o documento referente à Estratégia Local de Habitação de Mirandela, na sua primeira revisão;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Deputada Municipal *LÍDIA NOURA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Citando o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa – “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” e cumprindo este preceito, quer os órgãos de poder nacional, regional ou local unem esforços para executar políticas que permitam a todos, sem exceção, o acesso a uma casa, porque é sinónimo de um lar.

Este é um direito que nos acompanha desde a Assembleia Constituinte de 1976, mas infelizmente existem ainda muitas famílias que não residem numa habitação condigna.

Colocar a tónica das políticas locais, no direito a uma habitação condigna é praticar o desenvolvimento do nosso concelho e dúvidas não restarão quanto à sua premência.

O atual Governo deu um passo importante em 2018 aquando da publicação do Diploma respeitante à Nova Geração de Políticas de Habitação, e o Município de Mirandela acompanha esta preocupação ao estabelecer a habitação condigna e a reabilitação urbana como prioridades, atendendo ao número de agregados que financeiramente se revêm carenciados e ao número de habitações desadequadas ao princípio de habitação condigna.

De forma a consolidar políticas locais que incrementem melhorias substanciais na habitação de uma boa parte dos mirandelenses, no horizonte temporal de 2020-2024, e com recurso ao Programa 1.º Direito – consideramos que a Estratégia Local de Habitação do Município de Mirandela, em articulação com outros planos, como o Plano Diretor Municipal e outros relativos à habitação e à reabilitação urbana, constitui uma oportunidade única de promover a igualdade de oportunidades no acesso à habitação.

Parabéns ao Executivo pela coragem de prever a aplicação de verbas para aquisição; construção e reabilitação, nos próximos 4 anos.

Esta ferramenta permitirá corrigir, apoiar e desenvolver um conjunto de famílias que há muito necessitavam que o poder lhes estendesse a mão.

Se nos pode parecer uma grande verba, maior e mais nobre é a sua missão.

Aproveito a ocasião para desejar a todos Boas Festas Felizes, com cautela e proteção.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Deputada disse tudo, eu sou um defensor acérrimo destes sistemas de proteção constitucional, já não é o caso do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que há pouco “atirou” com o artigo constitucional 37.º - liberdades, direitos e garantias, nem o referiu com medo, só convém falar em certas ocasiões da Constituição, noutras ocasiões omite-se. O que é o artigo 37.º - Liberdades, Direitos e Garantias, por isso vivemos num regime democrático e há pouco o Senhor Presidente, cortou-me a palavra,

veio aqui ao microfone dizer o que lhe interessava. É só isso que estamos a falar, mais nada. Ensina-me isso, isso é ética, isso é ética republicana, o Senhor Presidente não tem ética republicana.

Vamos mudar de assunto, concordo com tudo o que disse a Senhora Deputada e tirou-me a maior parte das palavras que eu ia dizer em relação à habitação social, mas a habitação social tem custos, tem custos e custos significativos, é preciso a Câmara Municipal criar um gabinete próprio para fazer os projetos, projetos tipo, projetos consolidados, projetos que tenham o mínimo de condições de higiene e segurança e agora com as várias especialidades que são infinitas em termos processuais, a Câmara Municipal não está isenta disso, a Câmara Municipal terá que pagar isso, não se pode sobrepor ao Estado.

É bonito falar nisto, eu gosto que a gente fale nisto, quanto é que custou isto à Câmara? Eu não sei, este Senhor que fez isto o *Aguiar de Matos* quanto é que levou à Câmara Municipal por fazer este documento, eu estive a ver e até é um documento mais ou menos, é razoável, porque eu tirei o curso em reabilitação urbana mesmo, tenho uma Pós Graduação de Reabilitação Urbana e sei daquilo que estou a falar, andei lá quase oito anos a tirar o curso de Reabilitação Urbana, não estou aqui só a falar por falar, tenho conhecimento de causa e aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse aqui há pouco ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, que iria cumprir escrupulosamente o espaço, engane-se disso, engane-se completamente, ele não lhe devia dizer isso, para bem dele não lhe deveria dizer isso, ele meteu o “pé na poça”.

Eu em Lisboa estive num Gabinete de Reabilitação Urbana, a trabalhar quase quatro anos, só havia problemas com as serventias e com muitas outras situações, dou-lhe o exemplo e pergunto aqui à Senhora Presidente, aquele estacionamento do Dr. *Paulo Sousa*, aquilo é público ou privado? Ele diz que é dele, ele que prove que é dele, a Senhora Presidente mete-se com ele por causa deste assunto? Eu digo que não é dele, ele terá que provar isso, mas ele afirma que é dele, que o prove que é dele.

Eu só tenho isto a dizer, que as coisas não são assim de ânimo leve, que é tudo uma coisa fantástica, gloriosa, cheia de articulações do bem, do mal, quando nos batem à porta e nos dizem assim: “esse espaço que está aqui à volta pertence à Câmara Municipal”, a pessoa responde: “não pertence nada, já estou aqui há mais de 30 anos tenho o direito de usucapião”, não tem nada diz a Câmara Municipal. Eu já estive nesses processos, estive com um Gabinete onde trabalhavam lá 200 pessoas, e vi como é que as coisas se processam.

Não me venham dizer que isto é a melhor coisa que podem dar aos mirandelenses, eu concordo com tudo isto, mas isto não se faz nem num ano, nem em dois, nem em três, nem em quatro, nem em cinco, nem em seis, nem em sete, isto já se devia ter feito há anos, vindo de trás, há anos, eu sempre disse isso, no meu Partido sempre disse isso, fizeram o bairro Pinto Balsemão, foi o Senhor *Marcelo Lago* que o fez, devido ao Dr. *Pinto Balsemão* ser amicíssimo do Senhor *Marcelo Lago*, fez-se o bairro Amarelo no tempo do Presidente *José Gama*, porque o Presidente *José Gama* lá tinha as suas influências políticas, e conseguiu-se fazer qualquer coisa, mas é difícil fazer isso, não pensem que isso cai do céu, isto tem de se trabalhar muito, tem de se ter Gabinetes a sério, aqui não há Gabinetes a sério para fazer isso, não há Gabinetes a sério e o estudo que vem aqui só fala em hipóteses, meras hipóteses, o que constato no estudo é tudo hipotético, é tudo retórica em termos de estudo, são esses os estudos. Quanto é que a Senhora Presidente pagou por isto? Não sei.

É isto que tenho a dizer em relação àquilo que eu poderia aqui explicar e concordo plenamente com a Senhora Deputada *Lídia Noura* do PS, concordo com aquilo que ela disse aqui, concordo plenamente com isso, devemos ter condições condignas na habitação,

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço todas as intervenções, julgo que a habitação e a dignidade da habitação é um direito, obviamente partilhado com todos, certamente, dizer que relativamente a esta Estratégia Local de Habitação foi aprovada, como sabem, uma candidatura para nós fazermos este estudo, o estudo custou à Câmara zero euros, foi financiado na sua maioria, fizemos uma consulta prévia e ganhou esta empresa, 15 mil euros julgo eu, mas foi financiado pelo Estado e por isso não custou nada, é uma obrigatoriedade para nós termos acesso ao Programa de Reabilitação Urbana, no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e portanto, a Estratégia Local de Habitação tem agora de ser aprovada no IRU.

Foi dado conta que o documento que veio numa Assembleia Municipal aprovado, tinha algumas carências detetadas pelo IRU e veio aqui agora a Revisão ao próprio documento.

Este é um documento importante, eu concordo, não podemos sempre discordar, aliás, concordamos em muitos dos valores e princípios com o Senhor Deputado *António Figueiredo* e às vezes nem tem a ver com o teor, tem a ver com a forma e o teor está lá, o teor é importante, aquilo que o Senhor Deputado *António Figueiredo* disse é importante, a verdade é que as estratégias demoram o seu tempo a serem consolidadas, a serem implementadas, mas há sempre um primeiro passo, que é ter um diagnóstico, como há também na doença, termos um diagnóstico da doença para iniciarmos um tratamento e temos de começar pela primeira fase que é o diagnóstico das dificuldades e estabelecer prioridades.

Hoje em dia a reabilitação urbana e algumas famílias carenciadas, nomeadamente a comunidade cigana, têm uma abordagem diferente aos bairros sociais, consideram que nos bairros sociais às vezes formam-se guetos, alguns já estão a ser demolidos em vários centros urbanos, não quer dizer que aqui seja assim, porque não é de todo, são bairros arejados, bairros com uma qualidade de vida bastante boa, mas de qualquer forma eles apostam também na reabilitação urbana, na aquisição de edifícios obsoletos e que não têm utilidade, para poderem alugar famílias carenciadas.

Isto é um projeto muito interessante, que nós podemos reabilitar a nossa mais antiga, a nossa zona histórica, fazendo financiamentos para podermos realojar famílias carenciadas e que tenham condições.

Há aqui uma particularidade, o bairro social Padre Américo, tristemente designado bairro dos Pobres, existe um problema de titularidade das casas desse bairro, que está a ser resolvido pelos Serviços de Património da Câmara Municipal, no sentido de podermos ter essa titularidade ou então fazer essa resolução do problema social que existe ali, pelas condições indignas da habitação.

O bairro Branco, o bairro Fundo Fomento Habitação, é um bairro particularmente detido por privados, grande parte das habitações já foram adquiridas por privados, a Câmara Municipal vai ter um Gabinete específico para fazer as candidaturas, falo no processo



administrativo, não falo nas questões relacionadas com o projeto de arquitetura e é considerado um bairro indigno porque tem fibrocimento no telhado. É contemplado neste projeto tudo o que é telhados, eficiência térmica, janelas, exteriores e espaços comuns.

Julgo que é um grande avanço que vamos dar em questões de habitação social, aqui na cidade, na vila e em todas as freguesias, uma vez que estão contempladas também e foram realizados inquéritos nas freguesias.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o documento referente à Estratégia Local de Habitação de Mirandela, na sua primeira revisão.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

05 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dado o adiantar da hora vou ser muito rápido.

Praticamente há 40 anos, fui convidado por um Presidente da Câmara de Mirandela a assistir a um evento desportivo neste mesmo pavilhão. Nunca mais cá vim, é a primeira vez que cá venho depois disso. Assisti nessa noite a um evento desportivo que projetou Mirandela a nível europeu e mundial. Foi a vitória de *José Pina*.

Acho que o *José Pina* merece que o nome dele, tem aqui a sua placa e sucede, Senhora Presidente da Câmara, que o que eu vou propor não vai aumentar as despesas do Orçamento, porque proponho-me a pagar pessoalmente isso. Vamos repor o que ali falta. Falta um “R”. Isto não é “ecinto”, é um “recinto”. De modo que pagarei o “R” e agradecia à Vereação que fizesse o favor de mandar pôr ali um “R” que pagarei com muito gosto.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveitava só para desejar a todos um Santo Natal e um Próspero Ano de 2021.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Prometo também ser breve.

Quero trazer a conhecimento da Assembleia de um pedido ao Executivo do seguinte.

A mudança de um titular num contador de água, mudança de titular, não estou a falar em colocar novamente o contador, custa 46,02 €. Depois, pergunto eu: Vimos aqui, e bem, votar, e bem, uma redução da taxa de IMI, vimos aqui votar a devolução de rendimentos de IRS, que dá a indicação de que vamos num determinado sentido, e bem, de reposição de rendimentos aos nossos municípios. E depois, nos impostos ou nas taxas indiretas, “carregamos-lhe”. Mas, como se isto não bastasse, de cobrar 46,02 € pelo ato administrativo de mudança de titular, de seguida desloca-se uma equipa de técnicos da Câmara, neste caso, à Freguesia, a Vale de Gouvinhas para pôr lá o contador.

A proposta que deixo ao Executivo é que se tiver que vir a esta Câmara a alteração ao regulamento e que para prestação deste serviço não seja cobrada esta taxa, agradecia.

Votos de Boas Festas para todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deixar apenas algumas notas.

Primeiro, enaltecer algumas situações que se passaram nos últimos meses. Refiro-me à vacinação da gripe. Já foi aqui mencionado pelo colega de Mascarenhas. Penso que foi extremamente importante, evitando que se deslocassem os nossos idosos à cidade.

Enaltecer também a visita do CLDS com a GNR às aldeias, aos nossos idosos mais isolados. Eles, de facto, apreciaram muito essa visita, acompanhada também por mim, neste caso, e penso que pelos outros Senhores Presidentes de Junta.

Referir algumas notas que fui tirando durante o dia, algumas já foram aqui mencionadas.

Tinha-se falado na possibilidade de se substituir a bolsa de materiais de 5.000,00 € pela verba, uma vez que havia dificuldade em arranjar os cubos. Penso que isso vai ser feito, tive há pouco a informação que, em princípio, vão ser disponibilizados os 5.000,00 € em vez dos paralelos. A nós interessa-nos, particularmente, porque temos uma obra para avançar já em janeiro ou fevereiro. Nesse sentido, agradecia de facto se vamos ter a confirmação dessa transferência ou se teremos que esperar pelos paralelos. É a obra em que a Câmara nos vai ajudar, subsidiando parte dela.

O Senhor Deputado *Humberto Cordeiro* referindo-se às estradas, lançou aqui o *slogan* que era “Eu não acredito!”. Vou alterar esse *slogan*. Vou alterar para “Eu quero acreditar!”, referindo-me, particularmente, à estrada de Vilar de Ouro. Estiveram lá há cerca de



dois meses os funcionários a tapar os buracos. Hoje falei com o responsável dizendo que já está praticamente igual. Portanto, era importante que esse projeto – sei que está na fase de projeto – não ficasse na “gaveta”.

Foi mencionado aqui também o Plano de Transportes da CIM que era para avançar no primeiro trimestre de 2020. Há quase um ano não temos tido grandes notícias, espero que em 2021 avance. Para São Pedro Velho é extremamente importante, porque penso que é das poucas Freguesias que não tem transporte público para a cidade.

Por fim, saber se já há novidades em relação ao projeto da praia fluvial da Ponte da Pedra. Se chegou a avançar esse projeto e se têm alguma novidade.

Bom Natal e Bom ano para todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria questionar a Senhora Presidente de um assunto que ultimamente foi muito badalado na Comunicação Social, com uma troca de galhardetes entre as partes, que tem a ver com o Lidl. Se nos poderia fazer um ponto de situação do estado dos processos e do desenvolvimento que existiu com as famílias e também perceber como é que aquelas famílias pagam o IMI. Fiquei a saber isso. Porque é que pagam o IMI? Não consegui perceber. Percebi isso nestas entrevistas e nestas trocas de galhardetes que houve.

Não sei se é possível reverter isto, mas parece-me perverso eu não poder usar algo que é meu – ainda há pouco ouvimos falar aqui na Constituição da República Portuguesa – e ter que pagar IMI sobre isso. É algo um pouco estranho, mas se nos pudesse fazer esse ponto de situação, era importante.

Em segundo lugar, a nossa Freguesia teve no final do mês de novembro uma aprovação da Direção Regional de Cultura e estamos, neste momento, autorizados, para fazer uma prospeção arqueológica num local que nos diz muito. Um local que infelizmente ficou abandonado décadas por incúria das pessoas. Às vezes digo que a culpa é mais das pessoas do que das instituições, mas, neste momento, fruto de um trabalho que desenvolvemos e uma estratégia, conseguimos que a Direção Regional de Cultura nos desse essa aprovação. Foi um marco importante para nós, foi o reconhecimento do trabalho que fizemos e acho que é importante olharmos um pouco para o património e esse começa nas instituições de proximidade, que são as Freguesias.

Deu para perceber que uma pequena Freguesia tem capacidade de trabalho e tem capacidade de explorar estas situações. Foi interessante apresentar uma ideia, apresentar um projeto, a Senhora Vereadora, desde a primeira hora, tem-nos acompanhado nesta caminhada, dentro da disponibilidade que ela tem, mas, neste momento, está na altura de eu chamar também a Câmara à responsabilidade deste projeto, que é apoiar-nos nesta segunda fase, de uma forma financeira, penso que já falamos sobre isso e eu penso que a Câmara vai ter abertura para o fazer, porque são investimentos pequenos, não são significativos, mas que podem caracterizar um território, que é uma Freguesia, que também vai dar um contributo muito importante para perceber como se vivia em Mirandela há seis/sete séculos atrás.

Isto é muito importante e acho que nós aqui temos um papel muito importante naquilo que é a salvaguarda do nosso património.

Não basta muitas vezes reconstruir uma igreja ou uma capela, é preciso perceber a história que está por trás disto. Isso identifica a identidade da nossa população.

Tenho dito isto: “Um povo sem história é um povo sem memória.” Tenho dito isto sempre e acho que é um desafio que nós, autarcas de Freguesia, temos que assumir, de uma vez por todas, que temos aqui um papel central nestes processos.

Em terceiro lugar, queria agradecer à Unidade Local de Saúde do Nordeste. A campanha de vacinação correu muito bem na minha Freguesia. Tenho que agradecer à Enfermeira *Sónia*, à Enfermeira *Natália* e aos profissionais que se lá deslocaram, porque de facto foi uma viragem este ano, fruto da pandemia, mas também agora estamos aqui todos ansiosos para perceber como vai funcionar a campanha de vacinação, obviamente se isto se materializar dentro de três ou quatro meses, da COVID-19. As Freguesias estão para colaborar, estão cá para ajudar. Temos um trabalho de terreno muito importante na recolha de informação e tramitação dessa informação e não queria deixar passar o momento sem agradecer a esses profissionais que foram incansáveis, porque houve falta de vacinas, houve vacinas muito contadas para serem dadas e felizmente as coisas chegaram para toda a gente.

Também agradecer ao CLDS 4G e à GNR. A GNR já faz um trabalho de proximidade há muitos anos junto das Freguesias, tem sido um trabalho de muita proximidade daquelas pessoas que vivem sozinhas, não podemos dizer que temos pessoas isoladas, porque elas vivem é sozinhas, mas de facto é importante o envolvimento destas instituições. A *Vanda* já não está aqui, é ela a coordenadora, queria-lhe agradecer de alguma forma este empenho que ela tem tido em voltar a retomar o trabalho que o CLDS já vinha desenvolvendo, mas agora está esse processo com ela.

Tem-se falado muito em cabazes e também era uma falta de respeito da minha parte hoje ir-me embora e não agradecer à Câmara Municipal que este ano, de uma forma diferente, porque nos anos anteriores tem havido recolha de alimentos e tem havido um trabalho incansável de voluntários, de pessoas ligadas às Câmaras para fazer a recolha de alimentos. Este ano não o pudemos fazer e obviamente este trabalho sai mais valorizado, porque dentro destas contingências conseguiu-se assegurar que o Natal de famílias que estão dentro daqueles critérios que estão definidos possam ter um Natal mais acolhedor e mais aconchegante. Não podia deixar passar este momento sem agradecer à Câmara Municipal, e na pessoa da Senhora Presidente, o trabalho que desenvolveram em prol da materialização desta atribuição.

Para terminar, aquilo que posso desejar é Boas Frestas dentro dos possíveis, porque este ano vamos estar um pouco limitados, vamos ter que fazer uma troca de compotas – acho que foi a sugestão que fizeram – não podemos fazer mais do que isso. Nós vamos trocar é alheiras e mel que é aquilo que temos na nossa região, para termos um Natal mais feliz.

Desejo uma Boas Entradas, que tudo corra pelo melhor. Que 2021 seja um ano diferente. Queremos que seja um ano bem melhor do que aquilo que foi 2020, porque infelizmente roubou-nos um ano de vida a todos, roubou-nos muitas famílias, isolou-nos de muita gente e acho que vamos ter um 2021 cheio de desafios para tentar recuperar aquilo que 2020 nos tirou.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Para falar em contexto de pandemia, é mais para partilhar o exemplo da Freguesia de Alvites com os colegas Presidentes de Junta e no fim deixar uma questão à Senhora Presidente que é uma preocupação que eu tenho.

Em Alvites, para tentar evitar que as pessoas se desloquem aos sítios onde há maior perigo de contágio, como sendo Hospitais, Centro de Saúde, Farmácias, articulamos com a Climira, aqui em Mirandela, e então a Climira vai à Freguesia de Alvites, cada pessoa paga 22,50 € - é o preço que eles cobram - e vai um Médico e um Enfermeiro.

Aquilo que fizemos foi compartilhar na totalidade às pessoas que tinham consultas de saúde marcadas que foram desmarcadas, porque muitos dos Centros de Saúde é isso que estão a fazer, a desmarcar consultas não urgentes, por isso, para aquelas pessoas que tinham mesmo consulta marcada, a consulta é gratuita, para aquelas pessoas que não têm consulta marcada, mas querem ir a uma consulta ao Médico, 10,00 € fica a cargo da pessoa e a Freguesia paga 12,50 €.

O que tem de interessante depois é que o Médico que passa as receitas, envia as receitas em formato eletrónico para o *e-mail* da Junta de Freguesia, entro em contacto com uma Farmácia que me prepara o cabaz da medicação e trago a medicação para a Freguesia, de maneira a que as pessoas não tenham que ir às consultas, nem terem que ir buscar a medicação.

Acho que isso é um serviço que as pessoas gostaram e recomecem que é muito importante para elas, porque se quiserem vir a Mirandela, ao menos que seja para passear, que não seja para os sítios onde o perigo de contágio é maior.

Isto leva-me à minha preocupação, que é a seguinte: Aqui, em Mirandela, não estou todos os dias, mas em Bragança sim e aquilo que vejo é que junto de instituições bancárias, junto de farmácias, junto de serviços públicos, devido às medidas de contenção da pandemia, não é permitida a entrada das pessoas para os estabelecimentos a partir de um determinado limite e o que acontece é que essas pessoas têm que esperar fora.

Estamos a chegar ao inverno, vai chover, vai nevar, vai gear e eu vejo os nossos cabelos grisalhos à porta dos bancos, à chuva e ao frio. Vejo pessoas que ficam à espera na rua, em alguns sítios, por exemplo, na Caixa Geral de Depósitos em Bragança, chegam a estar às 15 pessoas na rua e vão continuar à espera na rua e não vi qualquer preocupação por parte do Município - esta crítica não é ao Município de Mirandela, é ao de Bragança.

Aquilo que queria perguntar é se há alguma forma de o Município poder exercer algum tipo de influência ou implementar algum tipo de estrutura que acautele esse perigo. Isto porque, a pessoa não vai para dentro do estabelecimento, onde está protegida dos elementos para tentar evitar apanhar COVID-19, mas fica na rua à espera exposto aos elementos, sujeita a apanhar gripes, sujeita a apanhar constipações e depois vai para o hospital, onde pode apanhar COVID-19.

Essa preocupação junto aos pontos onde há mais concentração de pessoas e que por causa da limitação das lotações dentro dos estabelecimentos têm que forçosamente ficar na rua, seria interessantíssimo haver uma estrutura que permitisse que as pessoas pudessem aguardar resguardadas dos elementos.

Bom Natal.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para não estar a demorar muito tempo, eu prometi que viria aqui em todas as Assembleias sempre renovar os pedidos e as promessas feitas pelo Executivo, não o vou fazer, vou só apenas fazer referência a uma única coisa, que também terá acontecido com outras Freguesias e União de Freguesias, que este ano a União de Freguesias de Franco e Vila Boa não recebeu nenhum material respeitante à Bolsa de Materiais, ou seja, os 5 mil euros que eu pedi à Câmara Municipal para converter em paralelos na totalidade.

Não foi recebido qualquer tipo de material, mas também me foi dito quando é que ele irá ser recebido, se cumprirem, será só lá para março e só para ficar em Ata e eu disse isso na altura, que eu continuo a querer receber o material, em vez do dinheiro e já agora pedia que juntassem os materiais de 2020 aos de 2021. Era só.

Desejo a todos um Bom Natal e um Feliz Ano Novo, que seja melhor que 2020 e há-de correr tudo bem.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tive um pai que me ensinou a ser frontal e a não ter medo e a não ter medo.

Eu tenho aqui uma declaração passada pela Câmara Municipal, pela funcionária do Urbanismo, eu dei isso aos Presidentes dos Grupos Municipais, que é uma declaração dos Técnicos da Sonae, tem aqui os vários Técnicos e responde-me assim: Plantas de arquitetura das habitações, alçados, cortes vermelhos e amarelos a enviar ao Deputado Municipal *António Figueiredo*. E diz assim: "O Município desconhece quaisquer plantas de arquitetura das habitações, conforme o requerido".

Plantas das habitações que foram demolidas, uma, duas, três, quatro, cinco, este processo da Sonae está inquinado de ilegalidades, de ilegalidades que eu ando aqui há anos a discutir.

No entanto, passados uns tempos, pedi à Câmara, através de um ofício, paguei no GAM 38 euros e até hoje não recebi qualquer tipo de resposta, mandei para o Senhor Procurador *Alexandre Camilo* e ele disse-me para por a Câmara em Tribunal, para recuperar os 38 euros. A Câmara Municipal está em dívida para comigo em 38 euros, é uma vergonha! É uma vergonha, isto é uma vergonha!

Digam lá o que disserem, venham lá com as coisas que vierem, mas a situação ainda é mais preocupante, ainda é mais preocupante, eu tenho aqui uma admissão de comunicação, passada pela Senhora Presidente da Câmara *Júlia Rodrigues*, eu acho que ainda sei ler, tenho a 4.ª Classe, não sei escrever, tenho a 4.ª Classe e de um funcionário não sei quê Falcão, que é assim: "número de pisos acima da cota da soleira - 1, a baixo da cota da soleira - 1..." e depois tem assim: "registado na Câmara Municipal supra 2018-11-2" e depois a Senhora Presidente da Câmara à tarde de certeza, para abrirem o Continente, outra vez, 2018-11-2, foi no mesmo dia, estava apressada. Isto é uma hipocrisia tremenda.

O meu pai, eu já não falo na pessoa que era o estimado pai dela, já não falo nessa pessoa, não faria isto, o meu pai ensinou-me estes valores, que ela não cumpre, que ela não cumpre, é uma vergonha autêntica e vergonha maior, reparem o que é a vergonha maior, isto é uma autêntica corrupção o que está aqui. Veem esta carrinha (o Senhor Deputado mostrou umas fotografias), sabem quem é que deu esta carrinha? A Percentagem Decimal. Quem é a Percentagem Decimal? É o Senhor *Nuno Barreira*, o que fez o Continente! É uma vergonha! É uma corrupção autêntica nesta Câmara Municipal de Mirandela! É corrupto isto que está a acontecer, eu nunca vi igual na minha vida!

----- O Senhor Deputado *António Figueiredo* revela uma exaltação desmedida, começa a elevar a voz e quase a gritar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, vou-lhe retirar a palavra, isto não tem interesse nenhum para esta Assembleia Municipal, o Senhor está exaltado, agradeço que regresse ao seu lugar, fica sem a palavra a partir deste momento. Vá-se sentar por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Não me vou sentar nada, o Senhor aqui não manda, é um corrupto igual.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Somos todos corruptos Senhor Deputado, todos menos o Senhor! O Senhor é que é o exemplo da moralidade!

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
É a verdade! É verdade! É verdade!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
É impossível lidar com este comportamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu peço desculpa, mas perdi a vontade de fazer a minha intervenção.

Boas Festas para todos.

2.º Período de Intervenção do Público

06 - Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Na ausência no momento de qualquer elemento do público, não houve lugar a intervenções.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejar a todos Boas Festas, Feliz Natal e que o Ano de 2021, traga a serenidade, a paz e a tranquilidade que precisamos para enfrentar todos os desafios.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não havendo mais a tratar dou por encerrada a Sessão, desejando a todos um Bom Natal e agradeço a vossa presença e “paciência”.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pela Senhora Secretária.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;

Luís Augusto de Meló Guimarães
Luís Augusto de Meló Guimarães

A Primeira Secretária;

Luísa Maria Almeida Torres Belchior
Luísa Maria Almeida Torres Belchior